



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

**MEMORIAL
DE ATIVIDADES ACADÊMICAS**

PROMOÇÃO FUNCIONAL AO CARGO DE PROFESSOR TITULAR

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Florianópolis

2020

Dados de identificação

Nome: Maria Soledad Etcheverry Orchard

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Santiago do Chile

Nascimento: 27/2/1953

RG: 3.090.846 – CPF: 468.226.159-20

Nomes no Lattes

ETCHEVERRY, Maria Soledad

ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry

ORCHARD, M. S. E.

GOMES, Maria Soledad Etcheverry de Arruda

GOMES, M.S.E.A.

Vínculo institucional

Professora Associada IV

Departamento de Sociologia e Ciência Política

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Federal de Santa Catarina

SIAPE: 1160189

Contato

Telefone: (48) 3721-9250

E-mail: maria.soledad@ufsc.br

Agradecimentos

Foram tantas as pessoas a quem sou grata por terem compartilhado comigo os encontros que marcaram meus caminhos para a formação, e para tornar possível essa jornada como cientista social, como professora, como colega de trabalho, como amiga, que hoje me sinto afortunada por poder contar algo dessa história. A todas elas dedico tal esforço.

Agradeço em especial a quem contribuiu diretamente com o processo que integra o Memorial. Aos membros da banca, por cederem seu tempo para avaliar meu relato e contribuir com seus conhecimentos; a Elaine Thais da Silva Lima, pela disposição generosa e paciente para digitalizar uma montanha de documentos; a Carmen Garcez, pela mirada atenta ao ler esta narrativa.

À minha família, um muito obrigada sempre, por tornar o tempo vivido um melhor caminho.

Dizer que pode “ter experiência” significa que seu passado influi e afeta o presente, e que define a sua capacidade de experiência futura. Como cientista social, ele terá de controlar essa interinfluência bastante complexa, saber o que experimenta e isolá-lo; somente dessa forma pode esperar usá-la como guia e prova de suas reflexões, e no processo se modelará como artesão intelectual.

WRIGHT MILLS
(*A imaginação sociológica*, 1965, p. 212)

ÍNDICE

Apresentação	07
Preliminares de uma história	08
“Volver a los diecisiete”	09
O ingresso na graduação da Universidad de Chile.....	13
A vinda para o Brasil: estranhamentos e o início de uma formação interdisciplinar	17
A graduação na UFSC (1977-1981).....	19
O mestrado na UFSC (1982-1987)	21
Realizações como cientista social entre 1980 e 1994	26
Participação em projetos sociais e culturais.....	26
Atuação na docência de ensino superior	27
Atuação no Serviço Social da Indústria – SESI/Santa Catarina.....	28
Da admissão na UFSC ao afastamento para o doutorado: o início de uma longa jornada	30
Promoções/progressões.....	30
Atividades como docente na graduação (1995.1 a 1997.2)	31
Afastamento para o doutorado (1/3/1998 a 1/6/2002)	36
O doutorado como experiência artesanal para a ciência social e a docência	46
De volta à UFSC: o ensino na graduação e na pós-graduação (2002 a 2019)	48
As aulas na graduação.....	48
Na Coordenação do Curso de Ciências Sociais	51
Participação na comissão de elaboração do Projeto Político-Pedagógico.....	52
Envolvimento com a graduação.....	54
Na vice-direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas	55
Ensino na pós-graduação.....	56
Atividade como orientadora e participante de bancas.....	57
Orientações de graduação em Ciências Sociais (TCC e TCL)	58

Orientações de mestrado (dissertações) – PPGSP/UFSC.....	60
Orientações de doutorado (teses) – PPGSP/UFSC	61
Supervisão de pós-doutorado – PPGSP/UFSC.....	61
A produção intelectual na trilha das pesquisas	62
Narrativas, trajetórias de trabalho e empregabilidade	62
Transformações do setor elétrico brasileiro e as mudanças na concepção de energia: representações dos técnicos sobre as ações e sentido do trabalho no setor.....	63
Trajetórias de empreendedores excluídos de processos de seleção de incubadoras de base tecnológica	69
Emprego verde e inclusão social, estudo de caso no setor elétrico brasileiro. Uma trajetória de escolhas acadêmicas	72
Leituras do mundo do trabalho	84
Mundo do trabalho no cinema: uma leitura sociológica	89
Compartilhando saberes: experiências de extensão.....	95
Recuperando fios: uma narrativa possível.....	98
Bibliografia citada	100

Apresentação

O Memorial de Atividades Acadêmicas que ora apresento consiste em um relato sobre a trajetória da minha formação e da carreira como docente na UFSC através de um longo percurso de trabalho nessa instituição. Procurei organizá-lo cronologicamente e dar um sentido às atividades que desenvolvi nas áreas do ensino, pesquisa, extensão e administração, em consonância com o estabelecido na Resolução Normativa n. 40/CUN/2014, de 27 de maio de 2014, que fixa os requisitos de ascensão à classe de Professor Titular de Carreira da Universidade Federal de Santa Catarina.

Entendo que o trabalho assume um papel central e se entrelaça com várias dimensões da vida. Por isso, na narrativa criada para construir esse itinerário trago em alguns momentos outros aspectos da vida pessoal, com a intenção de identificar os fios que teceram as minhas escolhas e criaram os resultados acadêmicos possíveis ao longo desses anos. Espero não haver tornado a leitura por demais cansativa com as descrições que são esperadas para construir tal panorama.

Em anexo vão os documentos comprobatórios sobre as atividades declaradas no corpo do texto. Alguns dos documentos não disponibilizados aqui podem ser consultados nos processos de Progressão Funcional que foram apresentados regularmente ao Departamento de Sociologia e Ciência Política no decorrer de todo o período de vinculação à Universidade Federal de Santa Catarina.

Preliminares de uma história

Escrevo este Memorial em plena pandemia da Covid-19 e, neste cenário de tragédia coletiva de ameaça à vida, que produz tanta inquietude, reflito sobre o possível valor desta narrativa. Contar histórias tem um lado lúdico e tento me apegar a esse sentimento prazeroso. Com o espírito dividido entre o desassossego e o prazer, procuro manter o entusiasmo para tentar alinhar dados e compor minha trajetória e, com esse objetivo, escolher alguns dos marcos significativos que nem sempre estão muito nítidos no curso da vida. Fazer deste documento uma crônica com sentido me demandou olhar retrospectivamente para minha vida, que como a de qualquer pessoa não se deixa descrever por uma única perspectiva. Assim, esta é uma versão narrada a partir de algumas das minhas experiências e escolhas feitas entre determinações e contingências, num percurso que se desenrola tendo como foco a construção da identidade acadêmica em perspectiva e o reconhecimento no interior da comunidade à qual pertencço.

Aquilo que eu tenha feito ganha um sentido para além desta crônica individual, como memória compartilhada das vivências de uma geração. Afirmo isso por entender que, quando se tenta organizar uma experiência, cria-se um enredo, mas este nunca se esgota em um único personagem. Com o recurso da narrativa se ganha “semelhança com a vida”, conforme cunha Bruner (1987), e isso implica ter acesso aos detalhes que compõem as interações, às descrições do ambiente em que se atua, aos sentimentos e valores aos quais se adere. Por força de pressupostos da própria Sociologia, há de se defender que existe essa possibilidade lógica de que os destinos e repertórios são sempre compartilhados, uma vez que os recursos sociais para a ação não são distribuídos aleatoriamente e os atores individuais não são anteriores ao coletivo.

Resgato tais argumentos para terminar de me convencer de que talvez valha a pena, ou valha o gosto, criar este enredo que tem de mostrar a convergência entre meu testemunho subjetivo e os reflexos de uma época, das determinações e possibilidades propiciadas no âmbito das comunidades de que participei ao longo dos anos.

Para começar esta história escolho uma anedota relacionada ao meu sotaque. Pode parecer um detalhe sem importância para efeitos de alinhar o meu caminho acadêmico, mas acho que o fato é relevante para expor essa convergência à qual me referi. Sempre que se inicia um semestre de aulas na graduação com calouros, percebo que os alunos me olham com certa surpresa, afinal o meu sotaque denuncia que esta professora provavelmente não seja daqui. A turma hesita, alguns tentam adivinhar a minha origem. Isso sempre me pareceu fantástico – será possível que me confundam com alguém que é nativa da língua? Afinal, professora, de onde você é? Falo: eu sou híbrida, eu me sinto daqui, mas sempre falam que não sou daqui, sou de lá, e assim também me sinto, mas pensam que não sou de lá. Sou ambas as coisas e é como me reconheço, desde que em algum momento da minha travessia como migrante o exótico se tornou familiar e aquilo que era próximo se distanciou e ganhou nova perspectiva. E mais: parece que essa equação de hibridação me acompanhou de certa forma como um arranjo para certos aspectos da minha própria carreira. Eu vou explicar.

“Volver a los diecisiete”¹

Nasci em Santiago do Chile, cidade das cordilheiras nevadas em inverno, que aparecem majestosas após as chuvas quando limpam o céu do *smog* que costuma pairar sobre a cidade, cobrindo todo o vale envolto por essas paredes magmáticas inesquecíveis. Essa visão fornece uma base subjetiva indelével para a representação de si no tempo. Tive a sorte de ter sido criada em um bairro que eventualmente se abria para essa vista esplêndida, porque embora a perspectiva das montanhas esteja à vista de todos, certamente não é de qualquer lugar da cidade que ganha o mesmo esplendor. Como todas as nossas cidades da América do Sul, o sol infelizmente brilha mais a partir de alguns lugares. Em Santiago não seria diferente. Ao longo da minha infância e juventude as *poblaciones callampas* (favelas) se multiplicavam e escancaravam a crua faceta da grande desigualdade social que se materializava na ocupação precária do solo urbano da capital, com seus movimentos de *pobladores* (sem teto) que demandavam seu espaço nas periferias. Assim, cresci nessa cidade de grandes contradições.²

Com 11 anos fui matriculada em uma renomada escola bilíngue, o Santiago College, na qual permaneci por quatro anos até minha graduação no segundo grau. Sendo filha de uma família de classe média, meus pais fizeram um esforço considerável para me manter nessa instituição, apesar de onerar bastante o orçamento familiar. Minha mãe queria que eu pudesse usufruir da boa formação ofertada por esse colégio e se orgulhava de contar que mais de uma geração das mulheres da família já havia passado por seus bancos. A maioria das disciplinas curriculares era ministrada em inglês, inclusive grande parte dos livros que usávamos era importada dos Estados Unidos, espécies de apostilas de capa dura das quais tínhamos de cuidar muito bem porque passavam para as turmas que nos sucediam após um ano de uso. Eram livros caros, porque o papel era bonito e vinham sempre ilustrados com figuras que os tornavam bastante atraentes, ao menos para mim. Eu era uma aluna dedicada e gostava de passar os olhos pelas várias páginas que nunca terminávamos completamente de tratar em aula, eram livros muito grossos. Eu achava estranha essa prática de estudar com livros estrangeiros (afinal, por que não usar livros em castelhano?), mas por outro lado me evocavam algo de exótico que me fascinava. Era como ter acesso a outro mundo, além do que conhecia.

¹ “Volver a los diecisiete” faz referência ao título da canção memorável de autoria de Violeta Parra, a célebre artista e folclorista chilena que projetou a música popular chilena no cenário mundial.

² Segundo dados cunhados por Sepúlveda (1998), em 1966 cerca de 8,05% dos habitantes da cidade moravam nesse tipo de assentamento. A gravidade dessa situação fez eclodir ao longo das décadas de 1960 e 1970 constantes mobilizações dos sem teto (*pobladores sin casa*) na periferia urbana de Santiago, ocupando terrenos e montando acampamentos quase que diariamente. Para Cortés (2014), o marco simbólico desse importante movimento social pode ser identificado a partir de 1957, quando na madrugada do dia 30 de outubro desse ano 1.200 famílias da mais numerosa *población callampa*, Zanjón de la Aguada, ocuparam os terrenos da chácara La Feria e fundaram o acampamento La Victoria. Segundo o autor, essa ocupação viria a inaugurar uma nova esfera de conflitos na sociedade chilena e um novo ator social entra em cena, evidenciando contradições no interior da sociedade chilena que até esse momento permaneciam invisíveis.

Nesse espírito, antes de iniciar o penúltimo ano do curso insisti com meus pais que queria fazer intercâmbio nos Estados Unidos. Consegui o apoio deles e uma bolsa para estudar por seis meses naquele país hospedada na casa de uma família estadunidense que aderiu a esse programa. Eu estava com meus 16 anos recém-cumpridos quando cheguei a uma pequena cidade do estado de Minnesota que não deveria ter muito mais de 4 mil habitantes.

Descendo do ônibus, inaugurei meu primeiro estranhamento quando a “irmã” que me recebia muito gentilmente exclamou: “*Maria, you are brunet!*”. Não entendi de imediato o porquê desse comentário, pois eu me olhava no espelho e via uma menina loira e de olhos claros. Ao longo dos dias fui percebendo que aquelas generosas pessoas que me acolhiam, oferecendo-me o que tinham de melhor, mostravam um imenso desconhecimento sobre meu país e sobre a América Latina. Concluí, após algumas perguntas bizarras da parte dos meus “novos familiares”, que qualquer pessoa que por ventura chegasse lá vinda desta região sul do mundo, que para eles era um território muito difuso, seria sempre “morena”. E talvez todas as mulheres seriam “Marias”. Foi um pensamento que me instigou a novas percepções e comparações.

Os estranhamentos continuaram quando em um dos primeiros fins de semana após minha chegada fui levada para conhecer um lugar muito apreciado pelos jovens locais. Era um dos poucos pontos de encontro para seu lazer na pequena cidade, onde se podia comer um lanche que consideravam especial. O local pertencia a uma conhecida rede de *fast food* e era a primeira vez que eu colocava meus pés em uma loja desse tipo. No Chile a rede teria de esperar alguns anos para chegar, junto com mudanças estruturais profundas que ainda estariam para acontecer no país. Eu sempre agradecia sinceramente os convites porque entendia a generosa atitude de todos, mas quando entrei no local ele me pareceu feio e desbotado, quase frio. Nada parecido, pensei, com as coloridas *fuentes de soda* (lanchonetes) chilenas com seus suculentos e tradicionais sanduíches. Para tornar esse episódio mais surpreendente, quando entramos percebi que uma das laterais do local parecia ser propositalmente isolada. Ali havia umas poucas mesas ocupadas exclusivamente por pessoas negras, algumas das primeiras que eu tinha visto na cidade. Fiquei surpresa e incomodada com a situação e comentei a cena com os amigos presentes para verificar se eles se sentiam igualmente constrangidos com a evidente separação. A resposta me fez perceber que se tratava de um assunto a não ser tocado. Desse momento em diante aquela terra começou a me parecer ainda mais estrangeira, era tudo demasiado branco.

E de fato assim o era: a terra se desdobrava por uma das janelas da casa onde eu morava como um grande pano branco. Era admirável a paisagem de planícies brancas que se estendiam por muitos quilômetros sem interrupções até a linha do horizonte, não existindo uma única montanha como referência. A sua beleza era melancólica. Eu teria de ter paciência e saber ouvir, ver e compreender melhor para aprender a me situar e me cuidar. Tinha ainda de conhecer mais daquele mundo, aproveitar a experiência da estadia que ainda se estenderia por meses.

As descobertas e surpresas prosseguiram e eu as tive também muito boas, como um passeio pela belíssima região dos Grandes Lagos e, na sequência, a visita a Minneapolis e Saint Paul. São as chamadas cidades gêmeas do estado de Minnesota, a primeira a mais populosa, a segunda a capital. Nessa oportunidade conheci duas jovens que estavam postulando para ingressar em universidades da região. Senti muita empatia, pareciam ter expectativas e gostos semelhantes aos meus. Falavam de arte, que seria a escolha de estudo de uma delas, discutiam assuntos sobre o país que me pareciam esclarecedores, referiam-se aos jovens hippies e ao grande acontecimento do festival de música de Woodstock e, entusiasmadas, mostravam seus *long plays* com alguns dos músicos de sua preferência. Comentavam também sobre os efeitos da guerra do Vietnã em soldados que retornavam, traumatizados, e sobre a revolta contra esse conflito armado que crescia em camadas jovens da população. A guerra estava no seu auge nessa época e para mim até aquele momento havia se limitado a notícias em jornais, mas através desses relatos ganhava outra dimensão e tornava-se um problema social e político ainda mais trágico. Foi uma breve mas estimulante e intensa jornada de novos aprendizados na metrópole, a zona rural tinha ficado para trás por um momento, mas eu ainda teria de retornar ao condado. As aulas no *High School* continuavam e eu precisava ter presença para ganhar equivalência de estudos no meu retorno ao Chile. Nessa escola também fui bem recebida. Era uma boa instituição, pude acompanhar aulas com alguns professores que pareciam bem preparados e a escola tinha boas instalações, porém não consegui encontrar algo nela que me estimulasse verdadeiramente.

Após um tempo já ansiava por voltar para casa. Na época o Chile fervilhava, a movimentação política na capital era intensa e tensa, já antes da eleição de Salvador Allende que ocorreria um ano e meio mais tarde.

Era 1970 quando aos 17 anos ganhei o diploma do Santiago College, onde se lê:

To All to Whom These Letters may come. Greeting. Be it Known that [Maria Soledad...] having completed the course of studies prescribed in Santiago College is awarded this Diploma and is entitles to all the rights and privileges which pertain to those Who receive this distinction. Given at the city of Santiago this the Eighteenth day of December in the year of the Lord, One Thousand Nine Hundred and Seventy.

O colégio, fundado em 1880 por protestantes, continuou ao longo do tempo com a mesma base confessional, mas desde seus primórdios declarava em seus estatutos o propósito de “ofrecer a las niñas y mujeres de Chile una educación cristiana, pero sin sectarismo, y alcanzando los más altos ideales de la educación”³. Muitas famílias católicas ou de outras bases religiosas matriculavam as suas filhas nessa escola, a qual não parecia ter nenhum propósito evidentemente evangelizador. Eu não assistia às aulas de religião, que eram optativas, preferia aproveitar outras disciplinas e outras atividades oferecidas que eu achava muito interessantes. Vale exemplificar as aulas de História da

³ Disponível em: www.scollege.cl/index.php/es/60-santiago-college. Acesso em: 11 set. 2020.

Arte e Pintura ministradas por uma artista plástica estadunidense, com modelo vivo; as aulas do idioma russo, que abandonei antes de dominar o alfabeto; a participação no coral do colégio; ou as opções de modalidades esportivas, entre outras atividades.

Nos anos 1960, quando frequentei o Santiago College, ali foi implementado um programa experimental baseado nos ensinamentos de Jean Piaget e estabeleceu-se ainda um intercâmbio entre professores chilenos e britânicos. Essa informação consta também no estudo de Aedo-Richmond (2000). Entre os professores britânicos lembro de Mr. Harris, que ministrava Literatura Inglesa e tinha sido – ou ainda era nessa época – ator dramático, creio que na Escócia. Ele nos fazia ler Shakespeare em inglês antigo, o qual me parecia bastante exótico e desafiador porque era difícil de decifrar, e também tentava nos convencer das maravilhas da saga de *Beowulf*. Meu fascínio por essas outras terras e seus personagens crescia a cada dia. Adorava as aulas de História, de Filosofia, de Geografia, de Letras. Não havia Sociologia no nosso currículo escolar. A esse respeito tive uma experiência que vale a pena relatar porque desencadeou um grande impacto pessoal na minha formação, que já se perfilava em direção às ciências humanas.

Um dia, a professora que ensinava literatura passou como tarefa um trabalho sobre escritores latino-americanos. Por coincidência, a mim foi destinado um autor brasileiro. Tinha curiosidade por saber mais sobre o Brasil, um país bastante desconhecido para nós. Aliás, sempre me chamou atenção essa espécie de invisibilidade do Brasil nos conhecimentos que adquiríamos na escola. Em História, os estudos praticamente se resumiam a uma rápida menção ao protagonismo do império português na América do Sul e ao Tratado de Tordesilhas, e talvez algum outro assunto de forma muito superficial. Nas aulas de Geografia, referências sobre a Amazônia e, nas aulas de Artes, por causa de Brasília, alusão à sua arquitetura icônica. Aprofundava-se a história das nações hispano-americanas. Lembro-me decorando os nomes fantásticos das civilizações pré-colombianas, a história das conquistas espanholas no México, no Peru e outros territórios, a luta dos indomáveis mapuches no Chile e na Argentina, as revoltas dos heróis libertadores contra a Espanha e suas lutas para a formação das repúblicas. Ou seja, o Brasil era considerado praticamente um outro continente. Mas a recíproca era verdadeira, como pude verificar na ausência de referências sobre os países hispânicos da América Latina em meus estudos para o vestibular no Brasil anos depois. Por isso foi relevante essa tarefa que me foi designada naquele momento, sobre buscar material para conhecer um pouco mais sobre o escritor brasileiro. Para mim foi um belo despertar para o desconhecido, além de um choque de realidade e beleza, um acaso feliz.

O autor a mim destinado era João Cabral de Melo Neto, e sua obra, a maravilha do poema dramático *Morte e vida severina*, publicado pela primeira vez em 1955. Fiquei emocionada. A força do verso duro de vida dura me comoveu. Foi uma descoberta impressionante saber da tragédia dessa vida severina, do povo que precisava fugir da seca, da fome, e com a morte sempre no seu encalço. O encontro do retirante com o funeral do severino lavrador que já não lavrava na terra de pedra e areia lavada e morria de morte matada. Severinos que só ganhavam um pedaço de terra na hora da sua morte, uma cova de palmos medida, de bom tamanho, nem larga nem funda, a única conta que

lhe cabia no latifúndio. Era a sina do severino que nunca esperou grande coisa, mas para quem a vida, no final, valia a pena, por ver o nascimento do menino com toda sua formosura. Tais imagens poéticas fantásticas foram versos que ressoaram fundo.

Eu precisava encontrar mais material para ampliar o conhecimento sobre esse tema. A professora falava que a investigação teria de trazer novos dados além do poema a ser analisado, e não bastava somente pesquisar na biblioteca do colégio, tínhamos de entregar um bom relatório. Ela era muito exigente, além de severa. Fui a campo, visitei a pequena biblioteca do Consulado do Brasil, solicitei auxílio de uma bibliotecária da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), conversei com outros professores. Nesse percurso apareceram outras obras, como a *Geografia da fome*, de Josué de Castro, um encontro venturoso que foi uma verdadeira lição de sociologia. Ter acesso a seu argumento de que a fome não se devia à escassez de alimentos ou ao excesso de população, mas à má distribuição dos recursos e à concentração da riqueza, principalmente da terra, foi uma verdadeira descoberta. Com esse documento em mãos, a vida severina do poema ganhou ainda mais substrato. O horizonte se alargou e agora fazia sentido conectar esses dramas com as demandas por reforma agrária que se anunciavam nos debates políticos também em terras chilenas e inundavam as polêmicas nos jornais, nos noticiários televisivos e nas conversas dos adultos. O próprio presidente chileno da época, Eduardo Frei (mandato presidencial de 3/11/1964 a 3/11/1970), implantava um programa de modernização do mundo agrário mediante distribuição de terra, que anos mais tarde o presidente seguinte, Salvador Allende (4/11/1970 a 11/9/1973), implementaria de forma ainda mais radical.

Tempos depois – talvez tenha sido em 1971 –, quando se realizou uma mostra de cinema brasileiro no Conservatorio Nacional da Universidad de Chile, lá estava eu assistindo. Eu esperava reencontrar a poesia severina em *Vidas secas*, um filme do cineasta Nelson Pereira dos Santos de 1963, que retratava a obra de Graciliano Ramos. Assim foi, e como a vida é curiosa, anos mais tarde, já morando no Brasil, pude ter o prazer de conhecer o cineasta. Ele morava em Niterói (RJ) com a esposa, Laurita, uma antropóloga com quem pude manter boas conversas, pois dois anos antes eu já tinha ingressado como aluna no curso de Antropologia do Departamento de Ciencias Arqueológicas y Antropología da Universidad de Chile, em Santiago.

O ingresso na graduação da Universidad de Chile

Tinha 18 anos quando ingressei, em 1971, primeiramente no curso de Pedagogía en Filosofía, dependente de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Chile, para depois pedir transferência para o curso de Antropologia. Nessa época a universidade pública chilena era gratuita, o que me permitiu usufruir desse direito enquanto estive matriculada na instituição.⁴

⁴ A gratuidade do ensino superior público chileno foi eliminada no início dos anos 1980, quando a privatização da educação se implantou na esteira das reformas liberalizantes do governo militar e dos

Quando me remeto retrospectivamente a esse período, me vem à memória sobretudo o clima universitário de intensa efervescência intelectual, cultural, política e artística. O embate entre posições intelectuais e políticas diversas era o pão de cada dia, desde a sala de aula no âmbito das disciplinas cursadas, passando pelas discussões acaloradas e intermináveis que ocorriam em outros espaços da universidade ou nos barzinhos à sua volta e se prolongando nos encontros sociais de fim de semana. Era estimulante poder estar presente nesses debates onde se confrontavam posições tão divergentes, sobretudo para uma jovem recém-egressa do ensino secundário e que se defrontava com uma realidade heterogênea e crítica. A convivência universitária se dava também com jovens de vários lugares da América Latina que tinham ido ao Chile para estudar e poder compartilhar do momento cívico especial pelo qual o país passava com a eleição do novo presidente. O modelo de sociedade que Salvador Allende propunha apresentava-se como a “via chilena para o socialismo”, ou seja, um socialismo por vias pacíficas dentro de uma institucionalidade democrática, impulsionada por seu governo da Unidade Popular.⁵

Reinava, de tal forma, um estado de espírito de mobilização social e política, de compromisso com a mudança. O momento demandava projetar um país distinto, mais justo, mais solidário, mais igualitário e parecia que a utopia desse país melhor havia se aproximado com a eleição de Allende. Nós, estudantes, nos envolvíamos em trabalhos voluntários nas comunidades mais vulneráveis, fechávamos fileiras em manifestações que chegavam a somar um milhão ou mais de pessoas, acompanhávamos de perto as reformas sociais e sonhávamos. O cenário do Chile era envolvente e, além disso, o tempo histórico recente já tinha também embalado os corações dos jovens franceses no movimento de maio de 1968 e de jovens estadunidenses no festival de Woodstock em 1969, eventos que deixavam marcas nessa juventude do sul do mundo que também almejava mudar padrões sociais, culturais e comportamentais.

O campus da Sede Oriente da Universidad de Chile, o Pedagógico de Macul, sediava ambos os cursos e tinha fama de ter sido um lugar democrático que sempre havia acolhido a intelectualidade chilena – nos seus jardins tinham circulado filósofos, acadêmicos, poetas e músicos conhecidos. Agora, via seus espaços repletos de jovens de ponchos, cabelos longos, roupas largas e coloridas, apelando pelos padrões de uma nova estética dessa geração rebelde e politizada. Todavia, essa expressividade não se deixava encerrar nos muros universitários, já que havia um grande ímpeto de criação artística

governos que o sucederam, tornando a educação superior do país uma das mais caras do mundo, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esse cenário gerou um processo de desigualdade e segregação social que culminou com as mobilizações de estudantes que se fortaleceram massivamente a partir de 2011, inspiradas no movimento de estudantes secundaristas que ocorria já desde 2006. Somente em 25 de janeiro de 2018 o Congresso chileno aprovou uma lei sobre a gratuidade do ensino superior. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/educacao/chile-volta-a-ofertar-educacao-universitaria-gratuita-apos-decadas-por-que-c7w06qgr4ybx37bucxboylfga/; www.efe.com/efe/america/sociedad/el-congreso-de-chile-aprueba-la-ley-gratuidad-educacion-superior/20000013-3503080. Acessos em: 20 ago. 2020.

⁵ S. Allende. *La “via chilena al socialismo”*. *Discurso ante el Congreso de la República, 21 de mayo de 1971*. Disponível em: www.marxists.org/espanol/allende/1971/21-5-71.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

que comparecia em vários espaços da cidade. Vale lembrar a arte mural (grafite)⁶ com conteúdo social e político que preenchia os muros de Santiago. Ou, ainda, a presença inovadora da *Nueva Canción Chilena*, que recriava a música popular com sonoridades latino-americanas e desempenhou papel importante de crítica social, tendo Violeta Parra como grande inspiradora. A criação das *peñas* como lugares emblemáticos de encontro de artistas e de resistência cultural dessa música folclórica, como a famosa Peña de los Parra entre outras tantas, acolheram músicos célebres como Victor Jara e Patricio Mans. Foram tempos de criatividade social intensa e foi nesse ambiente que me integrei como aluna a essa universidade, a esse campus específico e aos dois cursos pelos quais passei.

Em Filosofia permaneci por um semestre e ainda em 1971 pedi transferência para o curso de Antropologia, assim que tomei conhecimento do seu plano de estudos. Eu tinha ficado fascinada com a leitura da obra *Los hijos de Sánchez*, do antropólogo Oscar Lewis. Era uma publicação do Fondo de Cultura Económica da década de 1960. Descortinar a vida de uma família mexicana através das narrativas autobiográficas de seus membros, entrar na rotina de suas vidas e ter acesso a essa descrição pormenorizada e sensível de um mundo tão próximo e ao mesmo tempo tão distante me pareceu fascinante. Abordar a pobreza por meio da cultura, a subcultura da pobreza, me pareceu uma grande descoberta e a perspectiva da Antropologia e a rica metodologia empírica que o autor apresentou mostrava-se um caminho por demais estimulante. Oscar Lewis me conquistou. Naquele momento, as críticas à “cultura da pobreza” que hoje são conhecidas não poderiam estar no meu horizonte de análise. Isto é, a crítica por atribuir aos pobres todos os traços negativos: falta de participação, desconfiança, apatia, cinismo, dependência, falta de cultura, inferioridade, entre outros (Perlman, 1977). Inclusive, uma crítica que depois incorporo no bojo da minha pesquisa para a dissertação de mestrado.

O curso fora recém-aprovado em dezembro de 1970 pelo Consejo Superior de la Universidad de Chile, conjuntamente com a criação do Departamento de Ciencias Antropológicas y Arqueología, e a primeira turma ingressou em agosto de 1971. Ou seja, fui matriculada com essa turma. Durante quatro semestres, desde o segundo semestre de 1971 ao primeiro semestre de 1973, cursei 11 disciplinas entre as 19 do seu Ciclo Básico (Guía de Estudios, 1973). As notas eram atribuídas numa escala de 1,0 a 7,0 e a nota mínima para aprovação era 4,0⁷, e assim fui aprovada em: Introdução à Filosofia (6,0); Geografia Humana I (4,5); Elementos Arqueológicos II (5,9); Elementos Arqueológicos I (4,0); Elementos Sociológicos (5,0); Antropologia Geral (6,1); Introdução à Metodologia das Ciências Sociais (6,0); Antropologia Social II (5,0); Antropologia Social I (5,0); Sociologia Geral I (5,0); Ecologia (5,0).

⁶ Sobre a arte mural chilena, consultar Dalmás (2006). A autora contempla uma retrospectiva dos murais e cartazes de propaganda produzidos no Chile durante a campanha presidencial e o Governo da Unidade Popular e inclui imagens representativas desses trabalhos.

⁷ No *Guía de Estudios*, ano acadêmico 1973, publicado pelo Departamento de Ciencias Antropológicas y Arqueología da Universidad de Chile, consta o currículo do curso com os programas das disciplinas cursadas e aprovadas.

O quinto semestre foi interrompido abruptamente por um fato histórico que mudou os rumos do país e evidentemente não deixaria de impactar a universidade: em 11 de setembro de 1973 o Chile sofreu o golpe de Estado que derrubou o presidente Salvador Allende. Era uma terça-feira e as aulas tinham iniciado como de costume cedo de manhã, mas logo começaram a chegar notícias de um ataque ao Palácio de la Moneda e de que Santiago estava sendo tomada pelas tropas do exército. As notícias vinham através do rádio e o clima de guerra deixou a toda a população extremamente apreensiva. Voltei o mais depressa possível para casa e de lá acompanhava o noticiário. Ficar na universidade teria sido uma insensatez, já que as informações indicavam a iminência de sua ocupação pelos militares. O clima era de insegurança e perplexidade, a cidade estava subitamente transtornada. Não voltei mais ao campus, a universidade fechou as portas e sua reabertura ocorreu somente tempos depois.

O golpe militar impactou todas as universidades chilenas e os relatos sobre a forma de intervenção são semelhantes entre os autores consultados (Araneda; Urrutia, 2016; Tagle, 2017; Rojas, 2005, entre outros), todos referindo-se à ocupação militar dos *campi* universitários, suspensão das atividades acadêmicas e expulsão de funcionários e estudantes. Pode-se ilustrar esse momento crítico sobretudo na Universidad de Chile, conforme argumentado por Tagle (2017, s.p.):

Si bien el proceso de intervención y depuración se realizó en todas las universidades del país, el caso de la Universidad de Chile destaca por dos razones: en primer lugar, por el alcance de la depuración. La Corporación de Exonerados Políticos de esta institución ha contabilizado 3.382 funcionarios y académicos exonerados (aunque se cree que la cifra puede llegar a los 5 mil). En segundo lugar, porque la Universidad de Chile era una institución profundamente vinculada al modelo de nación propuesto durante el s. XIX, destinada a ser el centro neurálgico del avance intelectual del país. En este sentido, la Universidad de Chile representa también un espacio simbólico en la lucha por las mentes de los ciudadanos. como señala Jorge Millas, “La Universidad, si há de ser tal (y, por cierto, ella puede sobrevivir institucionalmente como un simulacro) solo admite un compromiso: servir a la nación por medio de la ciencia, en todos los sentidos – el estricto y el lato – del nobilísimo vocablo”. Esa idea de universidad plural, en donde la sociedad se piensa a sí misma, queda completamente destruida después del 11 de septiembre de 1973.

Fim de uma época, fim de um conceito de universidade e de país. Novos tempos requeriam uma guinada na trajetória de vida: a decisão de viajar para o Brasil.

A vinda para o Brasil: estranhamentos e o início de uma formação interdisciplinar

A situação dos estrangeiros residentes no Chile ficou muito difícil e vim para o Brasil acompanhando meu companheiro, que decidiu retornar a seu país. A chegada ao aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, foi um verdadeiro evento. O avião vinha lotado de famílias brasileiras que também tinham optado por voltar à sua terra. Havia certa tensão no ambiente. Era o período do governo Médici (1969-1974) e muitos passageiros regressavam do exílio; outros se achavam em uma situação política delicada no Brasil, mas preferiam o risco de eventuais problemas com o governo brasileiro a permanecerem em Santiago. “Não ficaria nem mais um dia!”, foi o comentário aliviado de uma passageira assim que o avião atravessou os Andes e deixamos o Chile para trás.

Dentro do aeroporto fomos orientados a fazer duas filas – uma destinada aos estrangeiros, eu entre eles, e outra para os brasileiros, a grande maioria dos viajantes. A minha fila avançou rapidamente e, como a outra quase não andava, instalei-me num canto do saguão de desembarque à espera do meu acompanhante. De repente escuto: “Eu não desembarco, eu não desembarco!” Era o funcionário do Galeão, que gritava cada vez mais alto como se chamasse a atenção de um outro rapaz que se aproximava, aparentemente o chefe da seção. O chefe quis saber o que se passava. “Quer desembarcar e não tem passaporte, nem outro documento!”, exclamou o funcionário. O saguão ficou em alerta. Nesse momento outro homem surgiu dos fundos da sala e se dirigiu ao chefe: “Boa tarde (falou um nome)”. O outro respondeu, surpreso: “Boa tarde (falou um nome)! O que está fazendo aqui, rapaz? Como está nossa torcida do Flamengo?”. O recém-chegado disse alguma coisa cordial e, enquanto ambos se davam tapinhas amigáveis nas costas, respondeu: “Vim buscar meu sobrinho [...] é esse aí”. E apontou para o apreensivo jovem que tentava desembarcar. Diante disso, o chefe ordenou ao subordinado: “Desembarca, desembarca logo!”. “Mas onde eu carimbo?”, perguntou o funcionário quase aos gritos. “Carimba em qualquer lugar”, retrucou o chefe. Na sequência, ouvi a batida seca do carimbo e a fila finalmente andou.

Evidentemente, naquele momento não tive como entender as falas em seus detalhes, meu português ainda era incipiente e eu não possuía nenhum domínio dos códigos locais, embora a situação falasse por si. Por isso, posteriormente, para a reconstrução da cena foi necessária a tradução cultural, com os fatos mais bem esclarecidos. Eu acabava de desembarcar no Brasil e topei com essa cena extraordinária. Isso era “dar um jeitinho”, me falaram na sequência.

Essas surpresas diante do novo, suscitadas em mim pelo fato de ser estrangeira, foram muitas vezes úteis em sala de aula para ilustrar aos alunos sobre a importância da transformação de sentido do mundo habitual. Ou seja, o fascínio da Sociologia para ver sob novas lentes o próprio mundo em que todos vivemos. Afinal, como explicar a um estrangeiro que o rapaz conseguira entrar sem documentos no Brasil graças à torcida do Flamengo? Ou explicar que “apareça lá em casa” não quer dizer que devemos aparecer para valer, entre tantas outras referências compartilhadas e reproduzidas em interações

do cotidiano? Quais códigos fundamentam essas relações que o costume torna naturais? Ou, ainda, como compreender a dinâmica de uma relação em que o empregado humilde e negro, caseiro de uma pequena fazenda no interior do Rio de Janeiro, sente-se à mesa com os patrões ricos e brancos para compartilhar do jantar num fim de semana? Como entender que, durante esse jantar, a esposa do empregado não ultrapasse o umbral da cozinha a não ser para servir a mesa? E pela manhã essa mesma empregada tenha permanecido sentada aos pés da cama da patroa, mantendo animadas conversas como duas amigas de longa data? Como compreender que as crianças, filhos desse mesmo casal de empregados negros, antes de se retirarem para dormir peguem a mão do patrão com reverência, beijem-na e falem “bênção, tio”? Como conciliar isso que parece uma lógica de impulsos tão contraditórios, essa suposta igualdade, quase intimidade, entre superiores e inferiores na escala social que de repente parece mostrar exatamente o oposto? Como isso tudo poderia fazer sentido para uma pessoa estrangeira? Como isso pode ser visto por um estudante brasileiro ao tomar distância daquilo que seria habitual e procurar refletir sobre as relações envolvidas nessas cenas? Como diria Peter Berger (1986), refletir como um sociólogo é encarar o desafio de uma viagem em casa com resultados chocantes.

As surpresas se avolumaram ao longo do tempo, as coisas não eram aquilo que pareciam ser. Tive depois que lançar mão de bons livros de intérpretes do Brasil, além de pedir auxílio a alguns informantes mais esclarecidos para me traduzir tantas incógnitas. Os alunos sempre se divertiram com as minhas anedotas, se reconheceram nelas, ao mesmo tempo que se viram em perspectiva a partir delas e as ilustraram com as próprias vivências. A consciência sociológica começava a despontar entre eles. Mas isso foi uma experiência docente vivenciada tempos depois. Preciso retornar nesta narrativa a alguns marcos na minha trajetória até conseguir ser novamente uma estudante de graduação, agora no Brasil.

Passaram-se três anos e meio até eu poder ingressar de novo em uma universidade. Nesse intervalo, em outubro de 1974, nasceu minha filha, Clarisse, em Niterói (RJ). Aos poucos me adaptava à nova condição de mãe e imigrante em um país com uma língua desconhecida e uma realidade completamente diferente da que até então eu conhecia. Foram tempos intensos e desafiadores. Queria muito retornar aos bancos universitários, mas as disciplinas já cursadas na Universidad de Chile não foram reconhecidas para que eu pudesse – por meio de transferência ou como aluna estrangeira – me matricular no curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi uma decepção, mas naquele momento pensei: “Algum dia ainda vou estudar aqui”. E assim foi: anos depois cursei o doutorado em Sociologia exatamente nesse instituto, o IFCS/UFRJ.

Diante do indeferimento do meu pedido, entendi que para conseguir ingressar em uma universidade tinha de fazer o vestibular. Assim, voltar a estudar implicava não apenas aprender a falar o português, mas também saber escrever o idioma, conhecer suas regras e, ainda, dominar os conteúdos exigidos nas provas. Estudei sozinha e com afínco por meio de uns fascículos para vestibulandos que na época eram publicados pela

Editora Abril e vendidos regularmente em bancas de jornais. Aguardava ansiosa a chegada de novos fascículos para poder ir adiante nos estudos, pois era bastante conteúdo e eu tinha de otimizar meu tempo. Como já dito, eu pouco sabia sobre o Brasil, portanto era um desafio abordar um assunto que ainda não conhecia e ao mesmo tempo fascinante ter acesso à história do país, a sua geografia, sua literatura e gramática.

A graduação na UFSC (1977-1981)

No início de 1977 mudei com minha família para Florianópolis (SC) e ingressei no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, após ter sido aprovada no concurso vestibular. No mesmo ano nasceu meu segundo filho, Juan. Com as duas crianças ainda pequenas, entre cadernos rabiscados, livros desenhados e noites viradas para dar conta de trabalhos escritos, de provas e leituras, consegui concluir o curso após cinco anos. Foi estimulante poder voltar às aulas, ter contato com colegas e acesso a bons mestres. O ambiente acadêmico, no entanto, parecia contido, de certa forma pacato. Eu percebia que alguns dos nossos professores e professoras reprimiam seus comentários durante as aulas, falavam de certos autores a meias palavras, evitavam certas discussões. A sociabilidade nos espaços coletivos dentro da universidade também era reduzida. Essa percepção saltava aos olhos para quem tinha experimentado um ambiente universitário tão vital, onde a polêmica era a marca do pluralismo. O ambiente em sala de aula e nos espaços da universidade refletia dessa forma o maior controle político da época, mas aos poucos isso foi sendo amenizado, à medida que os próprios governos militares foram promovendo uma maior abertura e o espaço acadêmico começou gradativamente a florescer.

Apesar dessas restrições, os bons professores e professoras sempre conseguiram tornar suas aulas atrativas, trazer boas discussões e contribuir de forma substantiva com a nossa formação. Cabe lembrar a satisfação de haver cursado na graduação as disciplinas ministradas por professores como Antônio Brussi, Eduardo José Viola, Edemar Buzanello, Eriberto Meurer, Ilse Sherer-Warren, Júlia Sílvia Guivant, Júlio Wiggers, Maria Ignez Paulilo, Neide Fiori, Zuleika Mussi Lenzi, todos da área da Sociologia; da área da Antropologia, Dennis Werner, Esther Jean Langdon, Maria Amélia Dickie, Maria José Reis, Neusa Maria Bloemer, Sílvio Coelho dos Santos; e os professores Alberto P. Albuquerque, Jacó Anderle e Remy Fontana da área da política. Concluí o curso em 20 de dezembro de 1981, quando recebi o título de Licenciada em Ciências Sociais, ganhando o honroso destaque do Diploma de Mérito Universitário por ter obtido o melhor índice de aproveitamento no curso de Ciências Sociais dessa turma.

Ainda em 1981, entre agosto e novembro, frequentei o curso de Atualização em Ciências Sociais, correspondente a 136 horas/aula, oferecido pelo então Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSC, sob a coordenação do Prof. Dr. Paul Leslie Aspelin e tendo como ministrantes a Profa. Dra. Ilse-Scherer Warren, por parte da área da Sociologia, e a Profa. Ms. Maria José Reis, da área da Antropologia. O curso teve como objetivo nivelar conhecimentos para aqueles estudantes que desejassem posteriormente participar de uma seleção para ingresso no mestrado do mesmo

programa de pós-graduação. A intenção era garantir que esse ainda jovem mestrado, recém-criado em 1978, pudesse contar com alunos bem qualificados para fazer jus às suas ambições de excelência. Meu interesse era de fato postular na sequência uma vaga no mestrado e, com esse propósito, mergulhei nos estudos oferecidos.

O curso de Ciências Sociais e a breve atualização foram profícuos. O acesso à abordagem da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política, somando-se às curtas mas intensas imersões anteriores no campo da Arqueologia, estimularam uma formação que eu chamaria de híbrida, ou interdisciplinar. Esse processo formativo, reforçado em seguida durante o mestrado na mesma universidade, marcou minha trajetória intelectual e contribuiu com uma certa abertura para enxergar a diversidade de perspectivas e a possibilidade de tecer laços entre elas. Contudo, a importância de se preservar uma abordagem mais abrangente foi também incentivada por alguns dos nossos professores e professoras das áreas das ciências sociais.

Para ilustrar esse ponto recorro às discussões a respeito das revoluções paradigmáticas, iniciando pelas aulas de Epistemologia da Profa. Júlia Guivant nas quais estudávamos Kuhn e Feyerabend⁸. Não obstante a discussão sobre paradigmas na ciência tivesse destaque nessa disciplina, avançava também para outras disciplinas da graduação. Cabe lembrar das críticas tecidas contra a versão de ciência refém de um projeto civilizatório que apostava em postulados, ou “significações imaginárias sociais”, como o da onipotência da técnica, o da ausência de limites aos poderes e possibilidades da razão e do conhecimento científico, o da supremacia do cálculo e da racionalidade dos mecanismos econômicos, o da predestinação do progresso (*homo economicus*, a “mão invisível” etc.), isto é, do crescimento sem fim (Castoriadis, 1981). Reflexões que se somavam às de outros autores, como Fritjof Capra (1982; 1983) e sua crítica ao mecanicismo e as formas de conhecimento e intervenção que esse tipo de ciência propiciava. Eram autores que surgiam na esteira do paradigma emergente de uma visão transdisciplinar ventilada no âmbito das discussões da ecologia política, propiciadas pelo Prof. Eduardo José Viola na sua disciplina de Tópicos Especiais.

Em outras disciplinas se acentuavam também as críticas ao positivismo e ganhavam legitimidade visões críticas teórico-metodológicas e políticas às perspectivas que impunham determinismos, economicismos e dogmatismos. Nas discussões em torno dos movimentos sociais emergentes, sobretudo no contexto urbano, despontava uma visão ressignificada da política. O “retorno do ator” (Touraine, 1984) era discutido nas aulas de Sociologia, assim como o estudo desse autor sobre os movimentos sociais (Touraine, 1977). Nas de Antropologia destacava-se a emergência do “ponto de vista do ator e dos significados” (Geertz, 1973), quando nas asas da antropologia simbólica norte-americana o autor argumentava que todas as interpretações culturais eram

⁸ As obras referidas foram: Kuhn, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962 e Feyerabend, Paul Karl. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. Para uma excelente abordagem desses autores, em diversas oportunidades posteriores consultei a obra do Prof. Alberto Cupani *A crítica do positivismo e o futuro da filosofia*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1985.

interpretações de interpretações. Ambas as perspectivas, com as suas especificidades, traziam também implicações em termos da abertura para metodologias nas quais a presença ativa dos sujeitos investigados despontava como uma novidade e os investigadores questionavam a própria posição no processo de pesquisa.

Abria-se passagem, dessa forma, a uma perspectiva mais pluralística, interpretativa e aberta. Confirmando essa percepção nos dias atuais apoiando-me em Denzin e Lincoln (2003), que a respeito da obra de Geertz argumentam que naquela época (década de 1980) o antropólogo propunha que as fronteiras entre as ciências sociais e as humanidades se tornavam opacas, questionando até mesmo a própria autoridade do pesquisador, uma vez que não existiam regras firmes relativas ao texto, incluindo o próprio lugar do autor.

Todas essas reflexões marcaram minha trajetória, reemergindo de alguma forma em abordagens e atividades acadêmicas posteriores.

O mestrado na UFSC (1982-1987)

O mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina propiciava naqueles anos duas habilitações: em Sociologia e Antropologia. Ingressei no curso em 1982, com opção pela Antropologia. Foi somente em 1985, fruto do amadurecimento dessa institucionalização, que foram criados dois programas distintos de mestrado: o de Pós-Graduação em Sociologia Política e o de Pós-Graduação em Antropologia Social. Os respectivos doutorados foram abertos mais de uma década depois, em 1999.

A seguir estão as disciplinas em que fui aprovada, os respectivos créditos, os conceitos obtidos e seus docentes:

Teoria Antropológica I (3 créditos) – Conceito A – Prof. Dr. Dennis Wayne Werner.

Tópicos Especiais (3 créditos) – Conceito A – Prof. Dr. Eduardo José Viola.

Técnicas de Pesquisa em Antropologia (3 créditos) – Conceito A – Prof. Dr. Dennis Wayne Werner.

Tipologia Sociológica e Sociedade de Classe (3 créditos) – Conceito A – Profa. Dra. Ilse Scherere-Warren.

Epistemologia das Ciências Sociais (3 créditos) – Conceito A – Profa. Ms. Júlia Silvia Guivant.

Sociologia das Organizações (3 créditos) – Conceito A – Profa. Ms. Rosa Cristina Monteiro.

Antropologia Simbólica (3 créditos) – Conceito A – Profa. Dra. Esther Jean Langdon.

Tópicos Especiais: Etnohistória (4 créditos) – Conceito A – Prof. Dr. Jesus Ruvalcaba Mercado.

Em 15 de julho de 1987 defendi a dissertação intitulada *Coletivismo no bairro: uma análise sobre o fenômeno da participação* (Gomes, 1987), tendo como orientadora e presidente da banca a antropóloga Profa. Dra. Esther Jean Langdon e, como membros da banca, o antropólogo Prof. Dr. Dennis Wayne Werner e a socióloga, Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren. Destaco que a Profa. Jean exerceu grande influência na minha formação e posteriormente essa relação de compartilhamento intelectual dos seus saberes sempre se manteve. Ela foi uma excelente consultora a quem solicitei ajuda em momentos cruciais do meu trajeto acadêmico. A dissertação reflete as influências que recebi desses três mestres e, reitero, tem a marca da perspectiva interdisciplinar do campo das Ciências Sociais.

A escolha do tema revela as preocupações dos estudos sociológicos emergentes na época sobre os movimentos sociais (Boschi; Valadares, 1981; Doimo, 1983, 1984; Machado; Ziccardi, 1983; Marcondes, 1985; Sader; Paoli, 1986; Scherer-Warren, 1983 e outros) e os estudos antropológicos sobre o fenômeno urbano (Caldeira, 1984; Durham, 1977, 1984, 1986; Leeds; Leeds, 1978; Lewis, 1973; Oliven, 1980, 1985; Perlman, 1977; Velho, 1977; Zaluar, 1985, entre outros).

Nesse trabalho registro que na virada para os anos 1980, no contexto político de resistência ao regime militar, o engajamento em práticas coletivas no espaço do bairro em prol de demandas por serviços e bens de infraestrutura se tornava um dos focos de reflexões teóricas, pesquisas e propostas de ação social vistos como relevantes na época. Essa era considerada uma nova forma de manifestação popular, diferente das formas mais tradicionais, como os sindicatos e partidos. O aumento do número de associações se tornava um fato notório, uma representação dessa nova forma de fazer política. Nessa perspectiva, como sustentado na dissertação, a entrada em cena desses novos atores sociais e a adesão a esses coletivos virá a ser alvo de reflexões por parte dos estudiosos, já que a mobilização mais ativa e permanente representava um dos pontos vistos como problemáticos na manutenção desses movimentos ou associações (Doimo, 1984; Walsh & Warland, 1983). A questão central de pesquisa será construída, portanto, procurando refletir essa participação dos moradores no espaço dos coletivos de bairro.

A partir da escolha de dois bairros na cidade de Florianópolis, ambos servidos por projetos comunitários de cunho governamental, procurei detectar possíveis fatores que estariam inibindo ou estimulando a participação de moradores em práticas coletivas locais. A expectativa da política pública de Desenvolvimento de Comunidade (SILVA, 1979), que tinha o bairro como um local privilegiado de intervenção, era que essa mobilização ocorreria de forma espontânea a partir dos moradores, uma vez que se disponibilizava um equipamento no formato dos denominados Centros Sociais Urbanos, cuja administração passava a um Conselho Comunitário local e onde se oferecia uma série de serviços para a população. A hipótese que norteou minha pesquisa era que essa lógica de participação se expressaria de forma bem mais complexa.

Para sustentar esse entendimento prévio, apelei para incorporar alguns argumentos que constavam da literatura. Entre esses, investigar a possível relação entre o local de origem dessa população e sua posição no envolvimento nesses coletivos dos

bairros. Autores das ciências sociais referiam-se ao peso da origem rural (Redfield, 1963), à sobrevivência de atitudes tradicionais ou às características da suposta “cultura da pobreza” (Lewis, 1973) como inibidores para o engajamento coletivo. Por outro lado, a literatura dos movimentos sociais sustentava a capacidade dos sujeitos, os novos atores em cena, de escolher suas formas de participação a partir de demandas do seu cotidiano. Ou seja, a adesão seria intermitente e diversa com base em critérios e necessidades do momento. Partindo dessas referências, as suposições deveriam ser testadas e analisadas.

Os dados mostraram que o tipo de malha social (Bott, 1976, 1977) era um fator fundamental a ser considerado na análise da participação coletiva. Uma malha social mais frouxa, independentemente do tipo de origem, predisporia os moradores a engajar-se em vários grupos locais. A malha mais estreita tenderia a inibir uma maior participação associativa por cumprir satisfatoriamente uma série de funções de assistência mútua entre seus membros. Essa atitude, que poderia ser considerada mais típica de populações tradicionais, pelo fato de valorizar e reforçar constantemente os laços sociais da rede de parentesco e vizinhança, teria dessa maneira seu suporte. No entanto, ao contrário do que poderia ser suposto pelos argumentos da “marginalidade” ou “cultura da pobreza”, essa característica não seria exclusiva da população rural, já que estava presente também numa população de origem urbana tradicional e nem seria fruto de uma reprodução na “cultura da pobreza”. A ausência de adesão a coletivos estruturados não estaria associada a supostas deficiências ou ausências de atributos, e sim a atitudes estratégicas para garantir os recursos de reprodução das famílias. O argumento sobre o tipo de malha social e a participação em coletivos de bairro se mostraria, portanto, mais apropriado e, por decorrência, o argumento da escolha estratégica pareceria sustentar-se melhor.

Ainda, os resultados mostraram que os fatores de participação variavam conforme o tipo de coletivo considerado. Ser funcionário público – implicando, portanto, ter estabilidade no emprego –, ter mais laços sociais com colegas de trabalho, junto com uma tendência a valorizar uma maior ascensão social, foram as variáveis que mostraram correlações mais significativas quando cruzadas com a variável da participação no Conselho Comunitário. No caso de um dos bairros pesquisados, a ligação com grupos religiosos locais também desempenhava importante estímulo para a participação na correspondente associação de moradores. Por outro lado, um dos fatores de desestímulo pareceu correr por conta da própria avaliação que alguns moradores faziam da política da ação pública, que consistiria em um jogo de poderes e influências no qual um simples cidadão ficaria excluído. Nessa última perspectiva, o apoio passivo ou a simples abstenção representavam respostas pragmáticas. Concluindo a pesquisa, argumento que o projeto de desenvolvimento comunitário tutelado pelo poder público tendeu a restringir-se a uma prestação de serviços para usuários, que representaria a grande maioria dos moradores. O tão esperado protagonismo previsto pela política pública só procedeu, e em parte, para as pessoas oriundas do funcionalismo público que talvez enxergassem na participação no Conselho um reforço para a ascensão social ou a manutenção do seu status.

Essa experiência de pesquisa foi importante para o meu amadurecimento teórico, mas também representou um passo importante para minha formação em termos metodológicos. Embora eu tivesse recentemente participado como assistente de pesquisas fora da universidade⁹, o que representou um aprendizado acelerado e intenso de investigação com o suporte de uma equipe mais experiente, a experiência da dissertação reforçou minha formação como pesquisadora que se iniciava. Cabe registrar que na época da graduação, pelo menos no âmbito do currículo do curso de Ciências Sociais pelo qual fui formada na habilitação em licenciatura, não se previa a prática em pesquisa de campo como exigência curricular sistemática. Nem sequer no bacharelado havia um investimento mais substantivo nessa prática, característica que posteriormente viria a ser modificada em currículo muito posterior¹⁰. Por esse motivo, uma vez cursando a pós-graduação e diante da exigência do desenvolvimento de uma pesquisa para a dissertação, o desafio se tornava bastante intenso e a experiência de dar cobertura a essa demanda para a titulação era sentida como um necessário e novo aprendizado. A orientação inspiradora da Profa. Jean Langdon e a colaboração do Prof. Dennis Werner nessa empreitada foram cruciais para que esse processo fosse levado a cabo de forma satisfatória e marcou minha vivência posterior como pesquisadora e orientadora de trabalhos dos estudantes no futuro da docência.

Confeccionar um instrumento de pesquisa, no caso um questionário semiestruturado, que permitia trabalhar tanto com dados quantitativos como com dados qualitativos, foi meu primeiro desafio a vencer. Não somente para incluir as variáveis que me interessavam e modelar as perguntas, mas também para evitar as armadilhas sobre as quais a literatura alertava, como a imposição de problemática, desníveis de comunicação, criação de perguntas que pudessem oferecer respostas pré-formuladas, entre outros equívocos possíveis, conforme Thiollent (1982). O livro desse autor, naquele momento, foi revelador para essas discussões metodológicas.¹¹ Finalmente, significou uma verdadeira descoberta a rica prática de campo, a definição de estratégias para escolha das pessoas a entrevistar, a realização das entrevistas, a útil escrita do diário de campo, entre outros elementos vivenciais para dar vazão a uma pesquisa. Todos esses passos representaram um verdadeiro ritual de iniciação nesse campo.

Posteriormente, mais de uma vez orientei alunos a investigar os anexos dessa dissertação para verificar os instrumentos metodológicos utilizados. A recomendação da orientadora para incluir todos os instrumentos de pesquisa nos anexos, visando à

⁹ Sobre essas experiências de pesquisa fora da UFSC comentarei na sequência do texto, no tópico “Realizações profissionais como cientista social entre 1980 e 1994”.

¹⁰ No Plano Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais da UFSC em implantação a partir de 2007, são incluídas duas disciplinas, Prática de Pesquisa I e II, visando fortalecer a formação em pesquisa dos estudantes por meio da participação obrigatória em núcleos e/ou laboratórios de pesquisa coordenados pelos docentes do curso. Como membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso, fui responsável junto com outros membros por essa definição curricular, em vista das próprias deficiências de formação sentidas na época da graduação.

¹¹ Refiro-me à obra de Michel Thiollent *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982.

necessária transparência do registro científico, foi instrutivo. Hoje é uma prática corriqueira, mas naquela época não era habitual.

Na esteira dessa preocupação com o aprendizado no âmbito da metodologia e da reflexão sobre os movimentos sociais, vale citar outra experiência produtiva que tive durante o mestrado. Trata-se de um artigo de minha autoria, fruto de um trabalho final na disciplina Movimentos Sociais ministrada pela Profa. Ilse Sherer-Warren no primeiro semestre de 1983, cujo título é “Igreja comprometida com um projeto libertário: as inovações” (Gomes, 1984). Foi publicado no *Boletim de Ciências Sociais*, editado pelo Programa de Ciências Sociais da UFSC. Como já foi referido, no âmbito dos estudos sobre movimentos sociais as metodologias que “dão voz” aos sujeitos ganharam relevância e foi esse um dos compromissos do triplo fundamento – a Pedagogia do Oprimido, a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base – que setores da Igreja Católica latino-americana encamparam a partir da década de 1960, na trilha do fortalecimento dessa perspectiva considerada revolucionária (Boff, s/d, p. 620). Em meu escrito procurei fazer o levantamento de algumas informações que considere representativas desse contexto inovador e a pesquisa teve importância no meu esforço de ampliar a literatura que viria, na sequência, contribuir com a minha dissertação.

Realizações como cientista social entre 1980 e 1994

Além das experiências formativas relatadas, tive a oportunidade de me engajar em outras atividades de cunho profissional que foram significativas na minha trajetória de desenvolvimento como cientista social entre os anos de 1980 e 1994. Seguindo um critério de agrupamento por categorias de atividades, passo a destacar: primeiramente, a participação em projetos sociais e culturais como pesquisadora ou assistente de pesquisa; na sequência, minha atuação na docência de ensino superior; e, encerrando esse ciclo, minha contratação no Serviço Social da Indústria – SESI/SC.

Participação em projetos sociais e culturais

1980 a 1981 – Estagiária no projeto “Análise da ação assistencial e extensionista de órgãos públicos e privados em área rural do estado de Santa Catarina”. Convênio FAPEU/UFSC e FUCAT. Coordenação da Profa. Zuleika Mussi Lenzi.

1980 a 1983 – Fundação Catarinense do Trabalho (FUCAT) – Contrato como pesquisadora no âmbito do Programa BIRD para Cidades de Porte Médio – “Projeto de diagnóstico socioeconômico e implantação de programas de atendimento a populações de baixa renda no Aglomerado Urbano de Florianópolis”. Desse projeto guarda-chuva se desdobravam vários subprojetos visando atender diferentes setores da população de baixa renda na cidade e, entre esses, tive a oportunidade de me vincular a dois deles:

1980 a 1981 – Auxiliar de pesquisa no subprojeto “Pesquisa de apoio à produção artesanal”;

1981 a 1983 – Técnica em Sociologia na implantação do projeto “Associação de Lavadeiras da Ilha de Santa Catarina, bairro Itacorubi”, convênio Fundação Catarinense do Trabalho/FUCAT e Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis/ IPUF.

Fevereiro a junho de 1989 – Pesquisadora na equipe do projeto “Levantamento arqueológico da Bacia do Rio Cubatão – Joinville/SC”. Relatório para composição do Relatório de Impacto Ambiental – RIA. Ambiental, Consultoria e Planejamento Ltda.

Dezembro de 1988 a agosto de 1989 – Pesquisadora na equipe do projeto “O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina”. Setor de Arqueologia do Museu de Antropologia, UFSC, apoio Financiadora de Estudos e Projetos/FINEP.

Agosto a dezembro de 1989 – Pesquisadora na equipe do projeto “Pesquisa arqueológica no Sítio Histórico Fortaleza São José da Ponta Grossa”. Setor de arqueologia do Museu de Antropologia, UFSC/Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN.

Dezembro de 1989 a fevereiro de 1990 – Pesquisadora na equipe do projeto “Pesquisa arqueológica na Fortaleza de Santa Cruz, Ilha de Anhatomirim”. Convênio UFSC/SPHAN/Banco do Brasil.

Cabe aqui uma justa consideração: minha participação em todos esses projetos no campo da Arqueologia se deu como integrante da equipe coordenada pela arqueóloga do Museu de Antropologia da UFSC Dra. Teresa Domitila Fossari. Ela foi uma inspiração generosa para todos os pesquisadores que tiveram a oportunidade de compartilhar das suas investigações. Por meio dessa parceria, tivemos a graça de enxergar a Ilha de Santa Catarina e alguns territórios do estado catarinense a partir dos testemunhos silenciosos das fortalezas, das “casas de bugre”, das oficinas líticas, dos sambaquis, dos caminhos remotos de que poucos falavam¹² e que essa arqueóloga nos apresentou.

Essa parceria estimulou, entre outras produções, a Rodrigo Lavínia e a mim, apresentar a palestra “Resgate cultural”, a convite dos organizadores do evento Semana da Cultura, de 6 a 9 de novembro de 1989, promovido pelo Museu Universitário, Departamento Artístico-Cultural, Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, UFSC. Propiciou também publicar em coautoria com Teresa Fossari, como primeira autora, e outros membros da equipe de pesquisadores o artigo “Pesquisa arqueológica no Sítio Histórico Fortaleza São José da Ponta Grossa” – In: *Anais do Museu de Antropologia 1987/1988*, Florianópolis, anos XIX e XX, p. 6-74, mar. 1992 (mais 29 anexos com fotografias e planos da fortaleza). Trata-se de um rico estudo de pesquisa arqueológica complementada com informações históricas e arquitetônicas tendo como preocupação, além da descrição dos elementos estruturais subsistentes às ruínas e dos restos de cultura material – artefatos e ecofatos –, a caracterização do forte por sua função militar e pelos aspectos culturais de seu cotidiano como marco de um assentamento humano.

Atuação na docência de ensino superior

Agosto a dezembro de 1986 – Ministro a disciplina Espanhol (60 h/a) – Departamento de Línguas e Literatura Estrangeira, Centro de Comunicação e Expressão, UFSC.

Julho a dezembro de 1987 – Ministro as disciplinas Organização Social e Política do Brasil (60 h/a), Epistemologia e Linguagem nas Ciências Sociais (60 h/a), Métodos e Técnicas de Pesquisa I (60 h/a) – Departamento de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC.

1988 (um semestre) – Ministro a disciplina Metodologia da Pesquisa Educacional (45 h/a) – Curso de Especialização em Fundamentos de Magistério de 1ª a 4ª Séries, Coordenadoria de Pós-Graduação, Instituto de Extensão e Pesquisas Educacionais (CEPE), Centro de Ciências da Educação – FAED, Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina, UDESC.

Setembro a dezembro de 1988 – Ministro a disciplina Arqueologia Brasileira (60 h/a) – Departamento de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC.

¹² Lembro minha fascinação em saber da existência do Caminho de Peabiru, uma rota indígena traçada muito antes da chegada dos europeus ao continente americano, e de que um de seus ramais iniciava na cidade de São Francisco do Sul (SC) e penetrava pelo interior do Brasil em direção aos Andes.

Julho a dezembro de 1989 – Ministro as disciplinas Antropologia Cultural I – Turma 0217 (60 h/a), Antropologia Cultural I – Turma 0216 (60 h/a), Introdução à Antropologia (45 h/a) – Departamento de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC.

Atuação no Serviço Social da Indústria – SESI/Santa Catarina

1990 a 1994 – Vínculo Institucional Celetista, contrato como assistente técnica (40 horas). As atividades realizadas nessa função incluíram serviços de pesquisa vinculados ao setor de Serviço Social do SESI, avaliando o impacto de programas sociais desenvolvidos pela entidade em Santa Catarina nas várias áreas de atuação: saúde, lazer, serviço social e educação. Entre outras incumbências, fui nomeada Coordenadora da Assessoria da Qualidade e O & M e, como tal, realizei vários treinamentos aos quadros da empresa nessa área. Posso citar como ilustração os treinamentos sobre Qualidade no Atendimento ao Cliente Interno e Externo SESI/SC, realizados em Florianópolis, Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e Blumenau, em maio de 1994.

Todas essas experiências deixaram contribuições significativas nesse itinerário para meu amadurecimento e versatilidade como cientista social. Propiciaram um aprofundamento de conteúdos e habilitações decorrentes da formação anterior como pesquisadora e licenciada, mas sobretudo me permitiram vivenciar práticas que mostraram as possibilidades amplas de engajamento profissional que um cientista social poderia abarcar. Além da prática na docência durante vários semestres, valiosa para ganhar maior familiaridade com a sala de aula e mais expertise na elaboração e condução de um programa para cada disciplina, o que foi computado como uma experiência fundamental para depois poder ingressar na carreira de professora do quadro da UFSC, as outras atividades se mostraram muito estimulantes. Por meio dessas outras experiências, seja no âmbito institucional ou no espaço do mercado de trabalho junto à iniciativa privada, pude perceber possíveis espaços concretos de atuação para o cientista social. Essa percepção me levou a defender posteriormente a importância do investimento na habilitação em pesquisa para obter uma formação mais sólida dos estudantes da área, além de legitimar a possibilidade de fazer do estágio além dos muros da UFSC, se conduzido com qualidade, uma alternativa válida como trabalho de conclusão de curso.

A sustentação desse princípio da importância do diálogo da formação do cientista social com a prática profissional foi, portanto, incentivada por mim anos depois, juntamente com outros colegas, no âmbito da comissão de que participei entre 2003 e 2006, que elaborou o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso de Ciências Sociais da UFSC aprovado em 2006. Isso pode ser ilustrado, por exemplo, pelo destaque das Práticas de Pesquisa (já comentado anteriormente), mas também pela possibilidade de fazer do estágio profissionalizante um trabalho de conclusão de curso com o mesmo estatuto do tradicional TCC. Conforme consta do texto do PPP, para habilitar-se como bacharel o estudante deverá optar entre o TCC e

[...] a realização de um Estágio Curricular Profissional, que se desenvolverá em instituições/órgãos públicos ou privados, sob a supervisão de um Coordenador de Estágio no local de realização do estágio e de um professor do curso de Ciências Sociais que orientará a realização do estágio, a elaboração e a apresentação do Relatório Final do Estágio Curricular Profissional (Curso de Ciências Sociais, 2006, p. 153).

Por outro lado, o engajamento nos vários projetos de arqueologia me estimulou, mais uma vez nessa minha trajetória intelectual diversa, a questionar perspectivas deterministas e ficar atenta para a importância do diálogo interdisciplinar. Em vista da necessidade de criar interpretações sobre os restos materiais de culturas, os únicos testemunhos de coletivos humanos já desaparecidos, a presença do meio ambiente despontava como uma das variáveis essenciais a ser considerada. As possibilidades de subsistência das coletividades humanas nas condições dos seus assentamentos apontariam para um limite no determinismo sociocultural presente nas origens da Sociologia e da Antropologia. Ou seja, a importância da relação entre natureza, sociedade e cultura necessariamente se impunha no difícil desafio de atribuir sentido aos restos arqueológicos de natureza histórica e pré-histórica. Essa foi uma lição importante que posteriormente tento resgatar não somente nas aulas, mas também ao procurar focar nas minhas análises de futuras pesquisas.

Da admissão na UFSC ao afastamento para o doutorado: o início de uma longa jornada

A abertura de concurso público para o cargo de professora efetiva na área de Sociologia do então Departamento de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, foi uma oportunidade para o retorno aos desafios do mundo acadêmico, além de acenar para a possibilidade de projetar uma carreira no interior dessa instituição universitária de reconhecida qualidade e que sempre tinha me acolhido de forma generosa. Em 16/11/1994 sou admitida na UFSC (Portaria 813/DDRH/1994) no cargo de Professora Assistente, em regime de Dedicção Exclusiva.

Começo nesse momento uma longa travessia que vai se estender praticamente por 26 anos no Departamento de Ciências Sociais, que em 1996 virá a assumir a atual denominação de Departamento de Sociologia e Ciência Política, constituindo departamento próprio quando foi desmembrada a área de Antropologia. A evolução das promoções/progressões funcionais, organizadas no quadro a seguir, ilustra esse percurso. Como é sabido, a cada promoção/progressão na carreira é apresentado ao departamento um relatório de atividades correspondente ao período. Na continuação seleciono algumas dessas informações – outras mais completas e devidamente comprovadas estão disponíveis nos anexos deste Memorial.

Promoções/progressões

Promoções/progressões	Descrição	Semestres
Assistente I para Assistente II	A partir de 16/11/1998 Portaria 1604/DRH/1998 Processo 23080.002382/98-82	11/1994 a 7/1996 (estágio probatório)
Assistente II para Assistente III	A partir de 16/11/1998 Portaria 1604/DRH/1998 Processo 23080.002382/98-82	8/1996 a 8/1998
Assistente III para Assistente IV	A partir de 16/11/2000 Portaria 1072/DRH/2000 Processo 23080.001891/2000-82	8/1998 a 8/2000
Assistente IV para Adjunto I	A partir de 13/8/2002 Portaria 921/DRH/2002 Processo 23080.019532/2002-43	2000.2 a 2002.1
Adjunto I para Adjunto II	A partir de 13/8/2004 Portaria 1521/DRH/2004 Processo 23080.024242/2004-83	2002.2 a 2004.1
Adjunto II para Adjunto III	A partir de 13/8/2006 Portaria 243/DDPP/2007 Processo 23080.046030/2006-19	2004.2 a 2006.1
Adjunto III para Adjunto IV	A partir de 13/8/2008 Portaria 453/DDPP/2010 Processo 23080.007865/2010-30	2006.2 a 2008.1

Adjunto IV para Associado I	A partir de 13/8/2010 Portaria 1126/SEGESP/2012 Processo 23080.016354/2012-71	2008.2 a 2010.1
Associado I para Associado II	A partir de 13/8/2012 Portaria 047/PROGRAD/2020 Processo 23080.083989/2019-50	2010.2 a 2012.1
Associado II para Associado III	A partir de 13/08/2014 Portaria 047/PROGRAD/2020 Processo 23080.089402/2019-16	2012.2 a 2014.1
Associado III para Associado IV	A partir de 13/8/2016 Portaria 047/PROGRAD/2020 Processo 23080.089406/2019-02	2014.2 a 2016.1
Associado IV para Titular	Primeira etapa Processo 23080.013998/2020-17	2016.2 a 2018.1
Outros semestres	–	2018.2 a 2020.1

Atividades como docente na graduação (1995.1 a 1997.2)

Em um período de seis semestres, entre o primeiro semestre de 1995, quando iniciei as aulas como professora efetiva da UFSC, e o final do segundo semestre de 1997, antes de sair para a formação em doutorado, ministrei as seguintes disciplinas:

Semestres	Disciplinas	Créditos (horas/aula)
1995.1	CSO 5154 – Teoria Sociológica III	6 créditos (108 h/a)
1995.1	CSO 5112 – Sociologia Geral e da Comunicação	2 créditos (36 h/a)
1995.1	CSO 5417 – Epistemologia das Ciências Sociais	6 créditos (108 h/a)
1995.2	CSO 5413 – Métodos e Técnicas em Ciências Sociais I	6 créditos (108 h/a)
1995.2	CSO 5417 – Epistemologia das Ciências Sociais	6 créditos (108 h/a)
1996.1	CSO 5413 – Métodos e Técnicas em Ciências Sociais I	6 créditos (108 h/a)
1996.1	CSO 5417 – Epistemologia das Ciências Sociais	6 créditos (108 h/a)
1997.1	CSO 5413 – Métodos e Técnicas em Ciências Sociais I	6 créditos (108 h/a)
1997.1	CSO 5127 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
1997.2	CSO 5413 – Métodos e Técnicas em Ciências Sociais I	6 créditos (108 h/a)
1997.2	CSO 5127 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)

Todas essas disciplinas, à exceção de Sociologia Geral e da Comunicação, que fazia parte do currículo do curso de Jornalismo da UFSC, eram matérias obrigatórias para alunos/as do nosso curso de Ciências Sociais. A minha escolha por ministrar essas disciplinas se deu pelo interesse nessas áreas desde a época da minha formação.

Conforme já comentado anteriormente, tanto o estudo sobre os métodos em ciências sociais assim como as questões de epistemologia foram assuntos que haviam me interessado e me desafiado desde quando frequentava o mestrado em Ciências Sociais. Tratava-se agora de uma boa oportunidade para recuperar e aprofundar as reflexões anteriores e com esse intuito fui também atrás de novas informações.

Assim, no segundo semestre de 1995 frequentei como ouvinte a disciplina Epistemologia e Interdisciplinaridade (20 horas/aula), com o tema Critérios de Cientificidade, ministrada pelo filósofo e conhecido especialista da área Prof. Dr. Alberto Cupani, disciplina que integrava o currículo do Doutorado Interdisciplinar em Sociedade e Meio Ambiente, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC.

Nesse período, entre outras atividades demandadas pelo cargo (participação como membro do Colegiado do curso, participação no evento de Avaliação do Curso, participação em eventos etc.), tive a oportunidade de orientar os seguintes Trabalhos de Conclusão de Curso de alunos/as da graduação em Ciências Sociais:

A realidade do cooperativismo de eletrificação rural em Santa Catarina, do orientando Davi de Souza Coutinho, defesa em dezembro/1996.

Lazer da mulher rural: um estudo em duas comunidades catarinenses, da orientanda Rosa Ladislau, defesa em 9/12/1997.

Estágio realizado junto à Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA/Tribunal de Justiça, da orientanda Bianca Leonice Furlan, defesa em 9/7/1996.

Não foi simples coincidência o fato de dois desses trabalhos abordarem temas voltados para o meio rural. Eu já vinha manifestando interesse por esses estudos desde a minha experiência de estágio no projeto “Análise da ação assistencial e extensionista de órgãos públicos e privados em área rural do estado de Santa Catarina”, convênio FAPEU/UFSC e FUCAT, coordenado pela Profa. Zuleika Lenzi. Além disso, esse interesse havia se renovado quando a Profa. Júlia Guivant, minha colega de departamento, me convidou a integrar seu projeto de pesquisa “Transformações na agro-indústria: relações com os integrados e consumidores e seus impactos na geração e difusão de tecnologias. O caso de Santa Catarina”.

A ideia me pareceu promissora, eu acabara de ingressar no curso e ter como parceira e mentora no tema a Profa. Júlia, que era uma especialista na área, se anunciou como uma boa decisão para investir em um possível caminho de pesquisa. Ela tinha sido minha professora na graduação e no mestrado e eu nutria muita admiração por seu trabalho e suas qualidades acadêmicas. Assim, em agosto de 1995 acompanhei-a em trabalho de campo no interior do estado, visitamos várias propriedades de agricultores nas regiões de Chapecó e Concórdia e realizamos entrevistas com integrados. Logo após, participamos do Seminário Tecnologias e Agricultura Sustentável realizado em Lages (SC), no período de 23 a 24 de agosto, organizado pelo Centro Vianei, AMURES, Secretaria do Meio Ambiente – PMI, Núcleo de Estudos Ambientais – CAV/UEDESC e Epagri.

Faço referência a esse convite da Profa. Júlia Guivant porque, fruto dessa relação que se estabelece, a pedido dela assumo provisoriamente, na sequência, a coordenação do seu projeto “Perspectivas para uma Agricultura Sustentável nos estados do Sul do Brasil (RS, SC e PR)” devido a seu afastamento para pós-doutorado no exterior. O projeto tinha financiamento do programa PIBIC/CNPq 95-97 e incorporava dois alunos bolsistas, que desenvolveram dois subprojetos sob a minha orientação entre agosto de 1995 e julho de 1996:

Poluição por dejetos suínos: uma análise sociológica, de Adriana Cláudia Turmina, aluna do curso de Ciências Sociais/UFSC.

As práticas conservacionistas de manejo integrado de solo e água em microbacias hidrográficas, de Paulo Jonas Grando, aluno do curso de Geografia/UFSC.

Os dois trabalhos, que faziam parte desse projeto global de pesquisa da Profa. Júlia Guivant, foram concluídos a bom termo graças também à sua parceria, seu apoio constante e qualificado, colaborando assim com meu esforço de orientação.

O diálogo com a Profa. Júlia e outros colegas na época, como o Prof. Paulo Freire Vieira, ambos especialistas nos temas da sustentabilidade e meio ambiente, aliado ao fato de que essas discussões ganhavam fôlego também pela entrada em cena da ECO 92, me motivou a participar no período de 8 a 19 de maio de 1995 do curso Socio-économie de l’Environnement, ministrado pelo Prof. Olivier Godard (40 h/aula).

Eu começava uma carreira na universidade e o olhar sociológico sobre os problemas ambientais me estimulava desde as aulas de Ecologia Política, ainda no mestrado. Precisava ampliar meus horizontes. Devido a minha formação e às experiências profissionais anteriores, que construíram uma trajetória fruto da minha opção por explorar diversas frentes das ciências sociais, os caminhos estavam abertos e isso me fascinava. Além dessa área de interesse, havia outros campos a explorar, por isso almejava cumprir o prazo regulamentar que me permitiria requerer licença e cursar o doutorado.

Outros campos que eu vislumbrava como promissores para investimento na área da Sociologia era o da Sociologia do Trabalho, assim como o da sociologia econômica e sociologia da empresa. Esses interesses dialogavam com minhas recentes experiências como funcionária do SESI/SC, quando pude vivenciar a incorporação das políticas gerenciais em voga na época e seus impactos na empresa. Por um lado, implementavam-se políticas que se propunham a acenar para o que se entendia como a qualidade das relações de trabalho, na esteira das ações vinculadas ao setor da “qualidade total” da empresa, e, por outro, começavam a aparecer os custos sociais dramáticos das demissões de funcionários decorrentes do processo de reengenharia que se intensificava a cada dia. Os discursos legitimadores das políticas gerenciais do momento mostravam de forma contundente, afinal, sua faceta excludente. Foi uma experiência intensa que me levou a decidir pela elaboração de uma proposta de pesquisa para ingresso no doutorado com o título “Trajetórias de reinserção ocupacional na perspectiva do ator: o caso dos demitidos em estatais do setor elétrico”. Um setor que estava sendo atingido em cheio

pelas políticas de reengenharia no bojo do processo de reestruturação produtiva, do qual tínhamos um exemplo muito próximo com o drama social das demissões na Eletrosul – Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A., sediada em Florianópolis.

Em relação à orientação do TCC de Bianca Leonice Furlan, *Estágio realizado junto à Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA/Tribunal de Justiça*, cabe também uma importante consideração. A rica experiência de fazer de um estágio um Trabalho de Conclusão de Curso, com a mesma qualidade de pesquisa e reflexão esperada para um documento dessa categoria, foi bastante inédita na época e por surpreendente que possa parecer continuou inédita por muito tempo. Isso até que no âmbito da citada comissão que elaborou o Plano Político-Pedagógico do curso (2003 a 2006), da qual fiz parte, normatizamos o que antes era somente uma possibilidade em aberto, que poucos trilharam ao longo dos anos. Certamente o incentivo que dei a Bianca para investir nesse estágio de forma a viabilizá-lo como um TCC se deveu a minha experiência além dos muros acadêmicos. Como já frisado, quando tive a certeza das possibilidades de imersão de um cientista social nesses diversos espaços de trabalho. Minha aposta não foi em vão, o trabalho de Bianca foi muito bem acolhido pela banca. Tempos depois procurei estimular também outros alunos/as a investir com essa perspectiva.

Tive ainda a oportunidade de participar nesse período de nove bancas de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso de alunos/as do curso de Ciências Sociais, além das três bancas de defesa de TCC de minhas orientandas e orientando citadas/o:

É proibido plantar – aluno Luiz Pereira. Orientadora: Profa. Maria Ignez Paulilo. Defesa em dezembro/1995.

Os produtores e ex-produtores de leite do município de Rancho Queimado – aluna Luciana Olivia Sell. Orientadora: Profa. Maria Ignez Paulilo. Defesa em julho/1996.

Sob olhares aos 40 – aluna Elizete Vânia Botelho. Orientadora: Profa. Maria Regina Azevedo Lisboa. Defesa em 16/12/1996.

Homem solteiro procura – aluna Rita Maria Xavier Machado. Orientadora: Profa. Maria Regina Azevedo Lisboa. Defesa em 11/7/1997.

Relações sociais e relações trabalhistas. Estudo de fatores que levam a litígios trabalhistas. SC – aluna Selma Goularte. Orientador: Prof. Dennis Werner. Defesa em 16/12/1996.

Grupos financeiros e participação no setor agropecuário – aluno Vanderci Benjamin Ruschel. Orientador: Prof. Ari César Minella. Defesa em 15/7/1997.

Movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Limites e possibilidades – aluna Sandra Aparecida Souza Schlichting. Orientadora: Profa. Ilse Sherer-Warren. Defesa em 21/7/1997.

Vozes femininas: um estudo sobre as mulheres e Aids em Florianópolis – aluna Arilda Nanci dos Passos Cerqueira. Orientador: Prof. Hélio Silva. Defesa em 11/12/1997.

Aids e casamento – aluna Maria Beatriz Leorato. Orientadora: Profa. Maria Regina Azevedo Lisboa. Defesa em 9/12/1997.

Na despedida desse primeiro ciclo como docente efetiva, tive a grata surpresa de ser homenageada pelos formandos e formandas do curso de Ciências Sociais da UFSC do segundo semestre de 1996, no cerimonial de colação de grau que ocorreu em 22 de fevereiro de 1997.

No final desse mesmo ano de 1997, cumprida a etapa regulamentar para requerer a licença para formação, fiz a prova de seleção para cursar o doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Obtive a aprovação, conquistando a terceira colocação no resultado final da seleção.

Afastamento para o doutorado (1/3/1998 a 1/6/2002)

Em 1º de março de 1998 foi concedido meu afastamento para formação em doutorado, pela Portaria n. 005/CFH/98. A escolha para cursar o doutorado do PPGSA/IFCS/UFRJ se deveu a dois motivos. Em primeiro lugar, fui motivada pela excelência do programa, altamente recomendado por pessoas da área que eu havia consultado e, evidentemente, pela sinalização da CAPES, que desde então o avaliou com as notas mais altas. Em segundo lugar, conforme registrei anteriormente no meu relato, logo depois que cheguei ao Brasil quis estudar nessa universidade, mas não consegui o ingresso por transferência – naquele momento pensei que algum dia tentaria novamente. Após tantos anos tinha agora conseguido meu propósito.

Fiquei radiante, poderia estudar em um dos mais renomados programas de pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Brasil e na bela cidade do Rio de Janeiro. Começava novo ciclo de quatro anos de uma formação de alta qualidade com excelentes professores/as, e isso exigiria grande compromisso e dedicação. Meu esforço foi recompensado quando, sete meses após iniciado meu afastamento, a UFSC me concedeu uma bolsa PICD/CAPES (48 meses) para o período de 9/1998 a 8/2002.

Ao longo do 1º e do 2º semestre de 1998 cursei as seguintes disciplinas, com aprovação, perfazendo um total de 15 créditos:

FCS 804 – Teoria Sociológica (3 créditos). Professores: Elisa Reis e José Maurício Domingues.

FCS 817 – Sociologia da Empresa (3 créditos). Professores: Ana Maria Kirschner e José Ricardo G. P. Ramalho.

FCS 819 – Trabalho e Pobreza no Brasil Urbano: Globalização, Trabalho e Integração Social (3 créditos). Professores: Enzo Mingione e Luiz Antônio Machado da Silva.

FCS 813 – Teoria Social e Relações de Gênero (3 créditos). Professora: Paola Cappellin.

FCS 841 – Tópicos Especiais em Sociologia (3 créditos). Professor: José Maurício Domingues.

Além das disciplinas, o PPGSA e a própria UFRJ e outras instituições da cidade ofereciam uma farta série de palestras, cursos e eventos, também de altíssima qualidade. Meu propósito foi aproveitar ao máximo esse período para investir no meu projeto de pesquisa e na minha formação, como demonstrado pelos seguintes registros de participação como ouvinte (vide certificação em anexo) nos seguintes eventos:

Seminário Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil. A Contribuição do Pensamento de L.A. Costa Pinto, IFCS/UFRJ. Data: 26-28/5/1998. Promoção Casa Oswaldo Cruz – Fiocruz e Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura – Laboratório de Pesquisa Social/UFRJ.

Seminário Internacional sobre Reestruturação Produtiva, Flexibilidade do Trabalho e Novas Competências Profissionais, BNDES, Rio de Janeiro. Data: 24-

- 25/8/1998. Promoção COPPE/UFRJ. (Não foi emitido certificado).
- Seminário Internacional sobre Mercado de Trabalho, Transformações e Monitoramento de Ocupações, SENAI/CIET, Rio de Janeiro. Data: 26/8/1998. Promoção CIET/UNESCO. (Não foi emitido certificado).
- Palestra “Femme, Citoyenneté et État”, Profa. Françoise Thébaud, Université d’Avignon et des Pays du Vancluse, Avignon, França. Data: 8/9/1998 – IFCS/UFRJ.
- Palestra “O novo trabalhismo e a terceira via”, Prof. Huw Beynon, Manchester University, Grã-Bretanha. Data: 18/9/1998 – IFCS- UFRJ.
- Ciclo de Conferências Globalização, Trabalho e Integração Social, Prof. Enzo Mingione, Università de Padova e Fondazione Bigraschi, Itália. Data: 3-10/9/1998. Promoção IFCS-UFRJ, IUPERJ.
- Palestra “When time is money: contested rationalities of time in the work place”, Profa. Barbara Adam, University of Wales, Cardiff, Grã-Bretanha. Data: 7/5/1999.
- Palestra “Vamos ler Simmel?”, Prof. Leopoldo Waizbort, Universidade de São Paulo. Data: 26/5/1999. Promoção IFCS/UFRJ.
- Forum Brasil XXI e a Revolução no Trabalho. Local: FGV/EBAP. Data: 2/6/1999.
- Palestra “Um retrato das desigualdades: mobilidade e estrutura social no Brasil”, Profa. Maria Celi Scalon, IUPERJ. Data: 9/6/1999. Promoção IFCS/UFRJ.
- Palestra “The changing face of work in Britain”, Prof. Huw Beynon, University of Wales, Cardiff, Grã-Bretanha. Data: 26/8/1999.
- Seminário Internacional Trabalho e Educação Profissional: Passado, Presente e Futuro, promovido pelo CNI/SNAI/CIET, Rio de Janeiro. Data: 1-2/9/1999.
- Conferência Energética Regional da ICEM (Federação Internacional de Sindicatos de Trabalhadores da Indústria Química, Energia, Minas e Indústrias Diversas): Políticas Energéticas e Estratégias Sindicais para América Latina e o Caribe, Rio de Janeiro. Data: 21-24/9/1999.
- Seminário Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: a Experiência Internacional, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Rio de Janeiro. Data: 23-24/11/1999.
- Seminário Internacional – Trabalho e Emprego no Desenvolvimento Sustentável Regional e Local, Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, Rio de Janeiro. Data: 22-23/11/2000. Promoção Regional and Development of Work and Labour – RLDWL e Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho.
- XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Petrópolis, Rio de Janeiro. Data: 23-27/10/2000.

Em julho de 1999 qualifico o projeto de pesquisa, aprovado com conceito “A” pela banca formada pelos professores José Ricardo Ramalho (orientador), Alice Abreu e José Maurício Domingues, com o título: “Empregabilidade nos tempos da reestruturação e flexibilização: trajetórias de reinserção ocupacional de ex-empregados de estatais privatizadas do setor elétrico”.

Apresentei o desenvolvimento do mesmo trabalho meses depois, na I Jornada Interna de Pós-Graduandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, realizada nos dias 11 e 12 de novembro de 1999, no IFCS/UFRJ. Ainda na fase de construção da tese fui convidada a participar de outro evento, o Workshop Trabalho, Identidade e Trajetórias Profissionais, na qualidade de debatedora da comunicação “Trabalho e trajetória sindical”, realizado na UFSC no período de 12 a 14 de dezembro de 2000.

O processo para construção da tese teve o apoio fundamental do meu orientador, que com sua generosidade intelectual e sensibilidade humana compartilhou seus conhecimentos e me deu o estímulo necessário para que eu pudesse, ao longo de todo o processo, manter a perspectiva e o entusiasmo para concluir meu trabalho. Só tenho a agradecê-lo pela confiança depositada e pela lição de maestria.

A defesa da tese ocorreu em 26/7/2002 com o título: *Empregabilidade nos tempos de reestruturação e flexibilização. Trajetórias de trabalho e narrativas de ex-empregados do setor elétrico brasileiro*, tendo na presidência da banca o meu orientador, o Prof. Dr. José Ricardo Garcia Pereira Ramalho, e como membros titulares da banca: o Prof. Dr. Adalberto Cardoso, o Prof. Dr. Bernardo Sorj, o Prof. Dr. José Maurício Domingues e a Profa. Dra. Maria Lígia de Oliveira Barbosa. Foi uma banca que contou com nomes de reconhecido gabarito do mundo acadêmico brasileiro no campo das Ciências Sociais e me senti muito honrada em contar com a sua colaboração ao fazer a avaliação do meu trabalho.

A tese aborda as transformações no mundo do trabalho que ocorrem na esteira do processo de privatização das estatais do setor elétrico brasileiro durante a década de 1990. A privatização representou um dos pilares do modelo político-econômico neoliberal e teve grandes repercussões sobre os níveis de emprego no setor elétrico ao longo de toda a década. Estudos do Dieese (2001) apontam que entre 1989 e 1999 houve uma perda de 46,2% dos postos de trabalho no setor.

Do universo das estatais do setor, foram selecionadas duas empresas que desenvolviam atividades diferentes no sistema elétrico nesse período: a Eletrosul, Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A., com sede em Florianópolis, Santa Catarina, que até dezembro de 1997, quando sofreu uma cisão e as suas áreas de geração e comercialização ficaram sob responsabilidade de uma nova empresa denominada Gerasul – Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A., a qual passa para a iniciativa privada em 15 de setembro de 1998, foi responsável pelas atividades de geração e transmissão de energia; e a Light Serviços de Eletricidade S.A. – Rio de Janeiro, sediada na cidade do Rio de Janeiro, cuja atividade central até hoje é a distribuição de

energia, privatizada em 21 de maio de 1996. Essa seleção visava abordar as trajetórias de ex-empregados que, apesar de pertencentes ao mesmo setor, provavelmente se expressariam através de tradições diferentes dadas as características diversas dessas empresas – e de fato os resultados mostraram diferenças. Conforme cunhado por um dos entrevistados,

A empresa distribuidora é completamente diferente da geradora. A geradora não sabe o que é a vida da cidade. Trabalhar com a cidade é outra coisa, ela está vivendo. O profissional da Light tem que ter o jeito para lidar com o público, [...] você tem a vila na mão (sindicalista/Light) (Gomes, 2002, p. 2).

Por outro lado, essa escolha também permitia contar com o peso das diferenças locais, no que diz respeito às demandas do mercado e às oportunidades de inserção ocupacional que essas cidades poderiam ofertar para esses egressos das empresas recém-privatizadas.

Esse cenário de transformações foi desenhado a partir das narrativas dos protagonistas desse enredo, os ex-empregados de ambas estatais analisadas, que as desenvolvem em torno da vivência das suas demissões, da interpretação dessa transição nas suas trajetórias laborais e das suas experiências e projeções de reinserção em atividades de trabalho remuneradas. Essa opção por trabalhar com narrativas teve o propósito de entrar no universo dos eventos sociais¹³, baseando-se nas versões desses protagonistas da história de perda e restabelecimento dos seus vínculos de trabalho. Um drama que antes de ser individual era coletivo, porque a possibilidade de indivíduos construírem sua própria história de intervenção estava contida nessa trama maior, mas que estando nela, por sua vez, podiam recriá-la, assim como também transformar-se.

A noção-chave nessa equação é a da empregabilidade, e ela vai ser compreendida no âmbito das problemáticas teóricas associadas ao conceitos de narrativa, de trajetória, de transição e, também ao de identidade. Tomando as versões como ponto de inflexão da minha abordagem, as trajetórias são compreendidas como percursos particulares de vida, compostos pelo material das ações, pensamentos e sentimentos dos atores. A empregabilidade consiste no potencial de manter-se trabalhando, conforme os próprios relatos e percepções desses mesmos atores a respeito da negociação dos seus diversos capitais junto ao mercado de trabalho.

Por meio do recurso das narrativas entendi que ganhava acesso à heterogeneidade dos percursos, muitos dos quais se perdiam para bases de dados estatísticos, quando estes desapareciam no universo da informalidade ou de outras opções não passíveis de registro pelas mesmas bases¹⁴. Tal escolha pareceu ser bastante oportuna, por levar em consideração o argumento de que, cada vez mais, os destinos dos

¹³ Cardoso (1999, p. 222) define evento como “mudança (ou não) de uma condição a outra num determinado período”.

¹⁴ Sobre o poder e limitação de uma base de dados como a RAIS consulte Cardoso (1999).

indivíduos se tornavam heterogêneos, diferentemente das posições sociais que anteriormente lhes conferiam maior homogeneidade. Muitos dos entrevistados se dispersavam em situações de trabalho diversas.

Essa abordagem trouxe vantagens, mas também limitações para traçar um cenário dos movimentos mais amplos seguidos por essa população. Assim, ao trabalhar com narrativas não se lidou com a generalização e sim com os particulares da experiência, que montaram um cenário dos contextos vivenciados pelos protagonistas de uma história de transição.

A utilização dessa noção de empregabilidade requereu um necessário distanciamento e esclarecimento, por representar uma agenda política que em suas duas versões contemporâneas definiam as orientações para a crise do trabalho. Tal entendimento foi baseado nos estudos do economista francês Bernard Gazier (2002), ao definir a empregabilidade como “a capacidade de inserção profissional” e afirmar que antes de ser um conceito preciso e específico, essa noção representava uma “agenda”, um vasto desenho político. O autor identificou que a partir da década de 1980 e ao longo da década de 1990 a versão denominada “empregabilidade em termos de iniciativa”, que trata da inserção no trabalho centrada nas competências individuais, cuja responsabilidade também é de ordem individual, recebia críticas amplas de estudiosos de políticas públicas. Isso devido a sua incapacidade de equacionar os problemas do emprego na sua dimensão social, afinal ela se afigurava como excludente.

Contemporânea a essa versão, o autor registra também uma outra visão de empregabilidade, que concorre com um discurso voltado para destacar a responsabilidade social. Gazier (2002) caracteriza essa perspectiva como a da “empregabilidade interativa”, a qual focaliza, além das características pessoais e as estratégias que os indivíduos traçam para si, as estratégias de recrutamento das empresas e as condições existentes no mercado. Nesse sentido, a empregabilidade é concebida como uma relação social dinâmica e interativa, que procura neutralizar a visão unidimensional pautada no risco individual e eminentemente excludente da primeira versão. Em vista disso, o autor informa que essa versão interativa ganharia certo consenso em termos das intenções dos gestores das políticas sociais. Fato que parecia ser foco de interesse nos ambientes de discussão das políticas sociais também no Brasil, conforme pude verificar em alguns dos seminários já citados anteriormente, entre aqueles de que participei durante o doutorado¹⁵.

Entretanto, o argumento que procurei desenvolver no trabalho é que o poder estruturante da versão de empregabilidade em termos de iniciativa continuava em plena vigência. Bastava realizar uma navegação na internet, nos *sites* de maior renome

¹⁵ Essa procura por alternativas sociais ao problema do trabalho comparece no Seminário Internacional: Trabalho e Emprego no Desenvolvimento Sustentável Regional e Local, realizado no BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento, com a coordenação do RLDWL – Work and Labour Network e a Rede Unitrabalho, realizado no Rio de Janeiro em 22 e 23 de novembro de 2000. Ou, ainda, no Seminário Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: A Experiência Internacional, realizado na sede da Petrobras na cidade do Rio de Janeiro em 23 e 24 de novembro de 1999.

nacional especializados em agenciar empregos, examinar publicações de matérias atualizadas sobre o mercado de trabalho, ou fazer uma rápida pesquisa na literatura de negócios e autoajuda amplamente oferecida ao consumo, para perceber que a reprodução da empregabilidade em termos de autoempresariamento era a tônica, apresentada como a grande solução para os males do desemprego e melhor alternativa para inserção no mercado.

Dessa forma, essa “empregabilidade de iniciativa”, construída sobre as bases do paradigma da flexibilidade e do modelo das competências¹⁶, se impunha por meio do poder estruturante dos discursos e dos recursos envolvidos nessa ofensiva em torno da nova ideologia do trabalho ditada pela literatura de negócios. Nessa perspectiva, a figura do empreendedor se destacaria como sendo o modelo ideal desse novo tipo de trabalhador, apto a integrar-se nesse cenário do capitalismo flexível. Como afirmava Castillo (1999a; 1999b), o *new one best way*, referindo-se à “convergência ideológica do que aparenta ser o novo capitalismo”.

A “empregabilidade interativa”, ao recolocar o indivíduo no campo da interação e sinalizar para a responsabilidade de todos os agentes envolvidos no processo de negociação de uma ocupação, ofereceria uma perspectiva mais adequada e abrangente para lidar com a empregabilidade. Despida dos componentes ideológicos, essa noção ganhava, finalmente, o estatuto como “enfoque de análise” e, dessa forma, tornava-se útil ao propósito do estudo. Isto é, como ferramenta de alto valor heurístico para o entendimento das transformações de trabalho por meio do estudo das trajetórias ocupacionais dos indivíduos. Para tanto, incorporei as colocações de Castro, Cardoso, Caruso (1997, p. 13) a respeito dessa noção:

A noção de empregabilidade e a perspectiva de ação (*agency*) que dela transparece tem a virtude de valorizar, no estudo do mercado de trabalho, o jogo complexo da ação dos sujeitos. Ela não pode ser reduzida a estratégias de emprego desenvolvidas pelo trabalhador individual. Ao contrário, acreditamos que as trajetórias ocupacionais efetivamente desenhadas no curso da vida de um dado sujeito são, certamente, o resultado do entrecruzamento de suas próprias estratégias de emprego (construídas na negociação entre as identidades individuais, com toda sua carga biográfica, e os constrangimentos sociais), mas a estas se combinam as estratégias de preenchimento de postos de trabalho, colocadas em ação pelos empregadores.

¹⁶ Para Dubar (1996), na década de 1980 as chamadas “novas” competências constituem um corpo de ideias que procura sistematizar os requisitos dos novos saberes por parte dos trabalhadores neste mundo do mercado flexível, que visam desenhar um novo modelo. Segundo Dubar (1996, p. 190), o modelo surge como “uma concepção das relações de trabalho e da organização que valorizam o empreendimento, o contrato individual de trabalho, e o compromisso com uma ‘mobilização’ pessoal”, visando uma desregulamentação que acoberta a exclusão. Este surgiria em oposição ao modelo das qualificações, regulamentado e negociado coletivamente.

Por sua vez, o conceito de trajetória, definido como os percursos e orientações que as vidas dos indivíduos tomam no campo do trabalho, resultado de ações e práticas desenvolvidas pelas pessoas em situações específicas através do tempo, possibilitaria, associado a essa noção de empregabilidade como enfoque de análise, apreender essa interação entre dinâmicas estruturais e decisões individuais. A narrativa tornaria visíveis esses sentidos.

O conceito de trajetória, assim compreendido, era fundamental para a pesquisa, e este por sua vez remetia ao conceito de transição, e ambos para o de narrativa. Com base nas colocações de Elder (1985), a trajetória, assim como a transição, ambas representam linhas temporais entrelaçadas no curso da vida pessoal, ao mesmo tempo que sempre se constroem em relação aos outros. Para o autor, o entrelaçamento dessas “linhas vitais de comunicação pode gerar pontos de mutação ou mudanças de curso”; uma vez que as transições dotam as trajetórias “dos seus significados e formas distintivas”, isto é, imprimem um sentido a essa sequência temporal da experiência de vida. Em vista disso, possibilitam “conjugam ações, significados e representações”¹⁷ que aludem para a dimensão da narrativa contida nessa trama de conceitos. O ator está presente e imprime uma ressignificação do sentido ordenador de suas experiências ao estabelecer essa “conexão entre estados”¹⁸. Assim, a direção da trajetória não se constitui em mera sequência de acontecimentos, porque o ator, nesse processo, constrói seu ponto de vista sobre essa sequência temporal. O enredo da narrativa permitirá articular ambas dimensões. Crenças, desejos, objetivos, necessidades, desafios a vencer estão na base dessas ações, que se expressam temporalmente e constituem os materiais que permitem ao ator construir o enredo da sua narrativa. Portanto, são as histórias que contamos para nós e para os outros, a maneira como ordenamos esses eventos, que ao mesmo tempo que nos constituem nos projetam para a vida, presente e futura.

Ainda, o argumento de Mattingly (1998) remetia à questão da identidade. A autora afirmava que as narrativas eram inseparáveis da construção de si mesmo, por elas serem ordenadoras de sentido em momentos de transição. Quando alguém está em sofrimento devido a um evento anômalo, surpreendente, contingente, a “narrativa é a avenida necessária para responder-se à questão: Como devo viver?”. Isso se processa, segundo Mattingly (1998, p. 128), por uma “exploração do *self*, de respostas provisórias à questão, entre uma variação limitada de possibilidades históricas”. Diante dessas novas demandas do processo de transição experimentado pelos ex-empregados das estatais, e diante das ofensivas da nova ideologia do trabalho no âmbito do chamado capitalismo flexível, a pressão pelas reconfigurações identitárias era uma realidade para essas pessoas imersas nesse universo de relações diferentes daquelas que viviam anteriormente. Esses trabalhadores que tinham um perfil de longa permanência em grandes empresas estatais teriam de enfrentar os desafios subjetivos e objetivos dos novos requisitos relativos às competências solicitadas no mercado de trabalho.

¹⁷ Conforme expressão de Guzmán, Mauro e Araujo (s.d.).

¹⁸ De acordo com a definição de trajetória de Elder (1985).

Com a introdução da voz dos personagens da história por meio das suas narrativas, o sentido das trajetórias trouxe à tona não somente o sentido cronológico, isto é, não somente a duração dos eventos ocupacionais como um elemento a ser considerado nessa análise da reinserção laboral, mas um outro tipo de sentido, o “sentido do trabalho”. Isso reforçava a importância dessa relação com a construção da identidade desse trabalhador. Uma hipótese aventada sobre as possíveis dificuldades de reinserção ocupacional de pessoas oriundas de grandes empresas com uma trajetória passada de estabilidade e de longa duração temporal (Cardoso, 1999) parecia corresponder à realidade dos entrevistados, mas não atingia da mesma forma a todos.

Foi possível distinguir duas grandes categorias a partir dos registros das narrativas, selecionadas conforme a compreensão de que eu não deveria focar somente a consequência final da decisão, isto é, a saída efetiva, materializada na ruptura do contrato de trabalho, mas o momento pessoal, as circunstâncias do contexto e sua avaliação quanto aos meios disponíveis, através dos quais os trabalhadores iniciam o processo de separação da empresa. Ou seja, o confronto com a decisão, a partir do momento em que tomam consciência do problema. Com essa perspectiva em mente, considere que podia agrupá-los em duas categorias relacionadas à maior ou menor resistência à separação da empresa¹⁹.

Aquelas pessoas que “não resistiam” à separação levavam alguma vantagem de tempo, em termos de vivência de uma transição pela qual todos necessariamente passavam. Seu sentido de trabalho estava mais definido e geralmente aderiam a uma ideologia do trabalho autônomo. Frequentemente atribuíam sua motivação pelo empreendimento a uma disposição que teria vindo de longa data. Não poucas vezes remontando inclusive a histórias familiares, trazidas na memória como verdadeiros emblemas para seu perfil de empreendedores. Isso teve efeitos sobre as próprias trajetórias de reinserção posteriores, e relativizou em parte esse lastro da duração da trajetória de trabalho na estatal. Muitos alegavam ter projetado essa saída antes da agenda de demissões por almejar uma mudança, o que de fato facilitava a adaptação à nova condição quando já tinham um novo negócio em vista. Contudo, isso não os isentou das agruras das duras relações de concorrência vividas no âmbito do mercado ao procurar viabilizar seus empreendimentos, a maioria das vezes associados ainda ao setor elétrico. Cabe ressaltar que nenhuma das pessoas que sustentou essa disposição tinha buscado a reinserção ocupacional por meio da busca de um emprego.

Já no caso dos entrevistados para os quais a decisão de saída da empresa tinha sido vivida como uma perda, isto é, para “os que resistiram” à separação, a duração da sua trajetória na estatal parecia assumir maior peso e demandar um grande esforço para elaborar a crise e construir tentativas de compensação posteriores a sua saída. Uma das grandes perdas sentidas por esses ex-empregados era o da falta de reconhecimento pelas

¹⁹ Para a definição dessas categorias busquei inspiração em Vaughan (1987), em cujo estudo a respeito de separações de casal explora-se essa ideia das duas categorias baseadas no critério da resistência. Para a autora, os “iniciadores” (os que não resistem) e os “parceiros” (os que resistem).

suas qualidades profissionais e pelo esforço investido por anos a fio em uma carreira que tinha sido interrompida à revelia. Sentiram-se traídos e desprotegidos. Alguns entre esses temiam não dispor dos meios materiais, simbólicos, sociais (redes) ou adscritivos (por exemplo, idade) adequados para empreender uma trajetória autônoma no mercado, ou de uma reinserção por meio de outro emprego. A luta travada era pela preservação da própria identidade profissional e o reconhecimento das suas qualidades. Certamente seria difícil encarar essa “promissora” aventura do empreendedor individual no mercado da livre concorrência, ou conseguir um emprego a altura das suas expectativas. Quando conseguiam, geralmente era pela reincorporação laboral em alguma pequena empresa operando na órbita da grande empresa privatizada, por um contrato de terceirização e até de quarteirização.

Uma das formas encontradas para reinserir-se no mercado de trabalho foi encontrar soluções coletivas. As tentativas de viver essa transição coletivamente representaram formas de distribuir a incerteza e, assim, potencializar os esforços de reflexividade e os próprios recursos materiais e sociais, no sentido de contornar a crise. As cooperativas e as pequenas empresas que acabaram sendo construídas no encaixe da demissão e, como afirmado, na maioria das vezes servindo às mesmas estatais, de alguma forma cumprem esse propósito, mas surgem também iniciativas coletivas a partir de arranjos mais informais e instáveis, equipes flexíveis reunidas provisoriamente por meio de projetos.

O fato de eu ter registrado entre vários entrevistados provenientes da Light essa possibilidade de inserção laboral por intermédio de cooperativas aponta para uma particularidade da cidade do Rio de Janeiro, o que parece confirmar-se em informações que fornece Guimarães (2000, p. 9) a respeito da expansão “espontânea” (sem participação dos sindicatos) dessa alternativa da formação de cooperativas de trabalho entre diversas categorias organizadas, como a dos urbanitários, bancários e telefônicos, entre outros. No caso de ex-empregados egressos da sede da Eletrosul, essa forma de inserção não compareceu nas estratégias de busca pelo trabalho.

O desligamento da Eletrosul, ou posteriormente da Gerasul, para quem estava distante da aposentadoria e sobretudo para aqueles que não tinham optado voluntariamente pela saída, representou percalços semelhantes aos enfrentados pelos trabalhadores da Light que saíram nas mesmas condições. Seu desafio de reingresso no mercado caracterizou-se pela instabilidade, pela não linearidade dos trajetos e pela combinação de várias iniciativas de trabalhos diferentes. Uma vez desligados da empresa, para aqueles que não conseguiram reintegrar-se profissionalmente no universo das empresas terceirizadas que permaneceram servindo à Gerasul, ou aos consórcios que surgiram para implementação das usinas no interior, as possibilidades de demanda para sua mão de obra especializada por parte de outras empresas consolidadas no marco da cidade não foram nada promissoras. Na ausência de um parque financeiro e sem contar com a presença significativa de grandes empresas na cidade, por exemplo, multinacionais, que poderiam eventualmente encampar essa mão de obra mais

especializada, alguns simplesmente retornam para suas cidades de origem ou migram para cidades com melhores perspectivas de trabalho.

O desenho dessa pesquisa foi construído sobre um campo de disputas ideológicas que criam versões em relação às transformações do mundo do trabalho e por isso o distanciamento analítico foi fundamental. Como visto, foi necessário despir a noção da “empregabilidade de iniciativa” do seu componente ideológico, que representa uma apologia da nova ordem flexível e anuncia a figura do empreendedor como a única e melhor resposta. Mas, também, foi necessário estar ciente de que a versão que aponta para a precarização contém um elemento reducionista a ser relativizado. Isso, por entender que esses diferentes discursos indicam verdades parciais, enfatizam aspectos específicos do processo e denotam diversos compromissos ideológicos, mas apresentam dificuldades para lidar com a ambivalência presente no processo. Coube, portanto, verificar como essas tendências foram vivenciadas nas operações cotidianas e nas estratégias dos atores, concordando com o argumento de Ramalho (1999, p. 5):

Na verdade, a polarização implica o perigo de desconsiderar os aspectos contraditórios dos processos em curso. A pesquisa de situações específicas conduz a um exercício necessário de relativização, na medida em que certos aspectos da “flexibilização” podem ser vantajosos para certos grupos de trabalhadores. Por outro lado, a noção de “precarização” dá conta genericamente da degradação das condições de trabalho do novo padrão flexível mas, muitas vezes, não capta a valorização positiva que, no limite, pode ser ter um emprego, mesmo que precário.

Tendo esse propósito de enxergar além das posturas polares ou ideológicas, procurou-se trazer essa trama complexa das relações sociais e os significados que os/as entrevistados/as incorporaram para tecer suas biografias, seja resistindo à saída das empresas ou optando por seu desligamento.

Finalizando, cabe uns breves comentários sobre a metodologia empregada na pesquisa. Foi constituída uma amostra que incluiu 43 entrevistas a ex-funcionários das antigas estatais, e mais 2 entrevistas com ex-funcionários de empresas privadas de engenharia que prestavam serviços ao setor. Além disso, 4 entrevistas entre líderes sindicais de Florianópolis (Sinergia – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Energia Elétrica de Florianópolis) e do Rio de Janeiro (FNTIU – Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas). As reflexões contidas no estudo incluíram, portanto, essas fontes de investigação no campo. A estratégia de amostragem adotada procurou contemplar uma variedade de perfis profissionais, de gênero, de idade e de situações em relação à saída da empresa (demitidos, aposentados, desligados com incentivos não aposentáveis) e de época de saída.

As entrevistas se caracterizaram em média por um contato de duas a três horas de conversação, embora em alguns casos tenha havido necessidade de outros encontros, dada a intensidade dos relatos. Como as narrativas lidaram com perdas, as histórias construídas sobre esse momento de transição na vida demandaram esforços

concentrados de reflexão, entrelaçados com sentimentos de inquietude e muita emotividade. Em consequência, o diálogo foi muitas vezes denso e solicitou uma forte disposição de ambas as partes. Enfim, foram acertos e percalços, como se espera de toda investigação que lida com pessoas, mas foi principalmente uma experiência de aprendizado, de descobertas e de muitas emoções. Permaneceu uma dívida junto àqueles que me concederam seu tempo e me brindaram com suas histórias.

O doutorado como experiência artesanal para a ciência social e a docência

Se os estudos e práticas de trabalho anteriores me propiciaram recursos para abrir perspectivas de pesquisa e fortalecer meu empenho à docência, o mesmo ocorreu com a rica experiência do doutorado. A qualidade dos conteúdos e a possibilidade de associações de ideias que me proporcionou representou sem dúvida um marco na minha trajetória acadêmica. Contudo, nem todos os aprendizados que a gente incorpora para nossa formação intelectual decorrem necessariamente de um plano de ensino que algum/a professor/a tenha propositalmente associado à lista dos conteúdos tratados em uma disciplina. Muitas vezes as experiências das aulas podem trazer ensinamentos sobre postura didática e respeito intelectual, propiciados pelo exemplo de uma boa maestria. Esse foi também um aprendizado recebido no doutorado, fruto do contato com alguns bons mestres e mestrãs.

Como refere Wright Mills (1965, p. 212), o trabalhador intelectual, para realizar sua potencialidade, constrói um caráter que tem como essência as qualidades do bom trabalhador. O seja, deverá “aprender a usar a experiência de sua vida no seu trabalho continuamente”. Ainda, nas suas próprias palavras, referindo-se ao cientista social:

[...] o artesanato é o centro de si mesmo, e o estudante está pessoalmente envolvido em todo o produto intelectual de que se ocupe. Dizer que pode “ter experiência” significa que seu passado influi e afeta o presente, e que define a sua capacidade de experiência futura. Como cientista social, ele terá de controlar essa interinfluência bastante complexa, saber o que experimenta e isolá-lo; somente dessa forma pode esperar usá-la como guia e prova de suas reflexões, e no processo se modelará como artesão intelectual (Mills, 1965, p. 212).

Nesse espírito de saber o que se experimenta e isolá-lo, no âmbito dessa trama complexa de influências, cabe aqui mais uma anedota exemplar dessas boas práticas para o ofício da docência como cientista social e artesão. Isso se faz oportuno, já que na sequência vou discorrer sobre as várias atividades realizadas ao longo da minha extensa jornada na UFSC, entre disciplinas ministradas, orientações realizadas e bancas, entre outras experiências.

Nas aulas desse doutorado do PPGSA/IFSCS/UFRJ conviviam ao mesmo tempo mestrandos e doutorandos, o que favorecia que os professores tivessem estudantes muito jovens, recém-egressos da graduação, e também doutorandos, que muitas vezes já tinham uma trajetória bastante mais madura como profissionais da área. Um dia, um jovem estudante fez algumas perguntas para a professora durante a aula. Suas

colocações me pareceram excessivamente inocentes, cheguei a pensar intimamente que a convivência de estudantes com níveis tão díspares talvez não seria uma experiência proveitosa. Porém, qual não foi minha surpresa quando a professora recebeu aquelas perguntas, agradeceu cada uma delas com sinceridade e as devolveu com respostas que as abrilhantaram, de tal forma que o estudante cresceu em reconhecimento intelectual, e todos aqueles que por ventura estivessem sentindo o mesmo que eu provavelmente ficaram tão encantados como eu fiquei. Naquele momento ficou claro que foi minha a incapacidade de ver nas indagações do aluno uma excelente oportunidade para criar uma boa reflexão, além de não ter sido capaz de ter a abertura e o respeito intelectual que mereciam aquelas ou quaisquer outras questões postas com sinceridade e humildade por quem está a descobrir e refletir. Pensei: essa é a postura de quem realmente sabe ensinar e aprender com seus/suas alunos/as. Foi uma lição fundamental para quem se dispunha a ser docente.

De volta à UFSC: o ensino na graduação e na pós-graduação (2002 a 2019)

As aulas na graduação

Nos primeiros semestres após o retorno para a UFSC, assumi várias disciplinas que nosso departamento oferecia para outros cursos da universidade. Essa era uma prática comum de distribuição de disciplinas para aqueles que retornavam de alguma licença, para formação ou de outro tipo. Sempre foi uma experiência interessante, embora demandasse adequar os planos de ensino aos diferentes cursos e aos perfis bastante distintos de estudantes.

Entre essas disciplinas, ministrei Introdução à Sociologia (SPO 5115), para o curso de Direito; Sociologia Geral e da Comunicação (SPO 5112), para o curso de Jornalismo; Sociologia Geral (SPO 5129), para o curso de Geografia; Sociologia Geral (SPO 5128), para o curso de Odontologia. Entre outras disciplinas de Sociologia introdutória para os cursos de Pedagogia (Sociologia Geral A – SPO 5126), Psicologia (Sociologia Geral B – SPO 5129) e Serviço Social (Teoria Sociológica – SPO 5150). Essa necessária versatilidade requeria novos investimentos, mas sempre foi uma prática enriquecedora e desafiadora.

Aos poucos meu perfil de docência na graduação foi se alterando, conjugando a lógica interna de distribuição de disciplinas do Departamento de Sociologia e Ciência Política e meu próprio desejo de investir mais nas disciplinas do nosso curso, para ter maior contato com nossos/as alunos/as e poder conhecê-los/as melhor. Pelo quadro de disciplinas registrado a seguir, afora aquelas já indicadas para outros cursos e uma outra que foi dada na modalidade de Ensino a Distância para o curso de Economia, observa-se que a maioria das aulas que ministrei ao longo dos anos foi para turmas do curso de Ciências Sociais.

Semestre	Nome da disciplina	Créditos (horas/aula)
1998.1 a 2002.1	AFASTAMENTO PARA DOUTORADO (1/3/1998 a 1/6/2002)	
2002.2	SPO 5115 – Introdução à Sociologia	2 créditos (36 h/a)
2002.2	SPO 5112 – Sociologia Geral e da Comunicação	2 créditos (36 h/a)
2002.2	SPO 5128 – Sociologia Geral A	3 créditos (54 h/a)
2002.2	SPO 5129 – Sociologia Geral B	4 créditos (72 h/a)
2003.1	AFASTAMENTO INTEGRAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE	
2003.2	SPO 5150 – Teoria Sociológica	4 créditos (72 h/a)
2003.2	SPO 5126 – Sociologia Geral A	4 créditos (72 h/a)
2004.1	SPO 5127 – Introdução à Sociologia	4 créditos (72 h/a)
2004.1	SPO 5150 – Teoria Sociológica	4 créditos (72 h/a)
2004.1	SPO 5126 – Sociologia Geral A	4 créditos (72 h/a)

2004.2	SPO 5127 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2004.2	SPO 5150 – Teoria Sociológica	4 créditos (72 h/a)
2005.1	SPO 5150 – Teoria Sociológica	4 créditos (72 h/a)
2005.1	SPO 5127 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2005.2	SPO 5127 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2005.2	SPO 5150 – Teoria Sociológica	4 créditos (72 h/a)
2006.1	SPO 5127 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2006.2	SPO 5127 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2006.2	SPO 5129 – Sociologia Geral B	4 créditos (72 h/a)
2007.1	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2007.2	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2008.1	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2008.2	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2009.1	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2009.1	CSO 7505 – Prática de Pesquisa II	2 créditos (36 h/a)
2009.2	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2010.1	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2010.2	CSO 7205 – Prática de Pesquisa I	2 créditos (36 h/a)
2010.2	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2011.1	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2011.1	SPO 9110 – Introdução às Ciências Sociais <i>Ministrada no Curso EaD em Ciências Econômicas</i>	4 créditos (60 h/a)
2011.2	CSO 7807 – Seminário de Pesquisa II	4 créditos (72 h/a)
2011.2	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2012.1	SPO 9110 – Introdução às Ciências Sociais <i>Ministrada no Curso EaD em Ciências Econômicas</i>	4 créditos (60 h/a)
2012.1	CSO 7707 Seminário de Pesquisa I	4 créditos (72 h/a)
2012.1	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2012.2	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2013.1	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2013.1	CSO 7807 – Seminário de Pesquisa II	4 créditos (72 h/a)
2013.2	CSO 7807 – Seminário de Pesquisa II	4 créditos (72 h/a)
2013.2	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2014.1	CSO 7707 – Seminário de Pesquisa I	4 créditos (72 h/a)
2014.1	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2014.1	CSO 7918 – Seminário de Licenciatura II	4 créditos (72 h/a)
2014.2	CSO 7917 – Seminário de Licenciatura I	4 créditos (72 h/a)
2014.2	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2015.1	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2015.2	CSO 7807 – Seminário de Pesquisa II	4 créditos (72 h/a)
2015.2	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2016.1	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2016.2	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)

2016.2	CSO 7304 – Epistemologia das Ciências Sociais	2 créditos (36 h/a)
2017.1	CSO 7918 – Seminário de Licenciatura II	2 créditos (36 h/a)
2017.1	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2017.2	CSO 7917 – Seminário de Licenciatura I	2 créditos (36 h/a)
2017.2	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2018.1	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2018.2	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2018.2	CSO 7917 – Seminário de Licenciatura I	2 créditos (36 h/a)
2019.1	SPO 7103 – Introdução à Sociologia	6 créditos (108 h/a)
2019.1	CSO 7205 – Prática de Pesquisa I	2 créditos (36 h/a)

Cabe salientar que houve um propósito na combinação ao longo da maioria dos semestres para ministrar Introdução à Sociologia (SPO 5127, do currículo em extinção a partir de 2007 e SPO 7103, do currículo ativo a partir dessa mesma data) com as disciplinas Seminário de Pesquisa I, Seminário de Pesquisa II, Seminário de Licenciatura I, Seminário de Licenciatura II, Prática de Pesquisa I e Prática de Pesquisa I. Essa opção se deveu em grande parte ao meu interesse pela graduação e por conhecer a todos/as os nossos/as alunos/as no primeiro semestre, quando cursam a disciplina de Introdução à Sociologia, que é obrigatória. Nessa fase ainda estão todos/as reunidos/as na mesma turma, porque logo depois se dispersam, na medida em que avançam os semestres e vão montando seus currículos com opções diferenciadas. Gosto também de acompanhá-los nos últimos semestres, quando começam a elaborar seus trabalhos de conclusão de curso, de bacharelado (TCCs) e de licenciatura (TCL). Isso, através das disciplinas denominadas de Seminários (I e II), voltadas para a licenciatura e para o bacharelado, de modo que posso ter o prazer de compartilhar do seu amadurecimento intelectual, próximos já de completar sua jornada de formação. Ainda, o meu interesse de eventualmente ministrar também as disciplinas de Prática de Pesquisa (I e II) pode ser justificado pelos mesmos motivos, que é o do envolvimento intenso com a graduação e com os objetivos da proposta curricular implantada a partir de 2007. Conforme experiências que exponho a seguir.

Existe uma certa tradição no nosso curso de Ciências Sociais de que o coordenador, ou o subcoordenador, assuma enquanto estiver no cargo – e se for de sua escolha – uma das disciplinas de Introdução (Antropologia, Sociologia ou Ciência Política), respeitando evidentemente sua área de atuação. O motivo é exatamente para poder conhecer as turmas quando há maior número de alunos reunidos e ainda iniciantes, para dar o suporte necessário à continuidade de sua trajetória no curso. Desde então, pude ter a noção da importância desse verdadeiro ritual de passagem das Introduções, quando os/as estudantes ingressam nessa rota da transformação de sentido do que lhes é familiar e são desafiados com as novas e insuspeitadas facetas da existência humana em sociedade. Sempre me pareceu fascinante compartilhar desse processo que as Ciências Sociais propiciam.

Na Coordenação do Curso de Ciências Sociais

Entre 2005 e 2009 me voltei de forma intensa à graduação em Ciências Sociais. Durante praticamente cinco anos permaneci em cargos ligados à Coordenação do curso: de 2005 a 2007 como subcoordenadora, e entre 2007 e 2009 como coordenadora. Foi outra experiência que marcou significativamente minha trajetória como docente.

Nessa época, entre outras atividades de extensão que fortaleceram minha presença junto à Coordenação e o compromisso com a graduação em Ciências Sociais, relato algumas:

*Editora da revista Mosaico Social*²⁰, publicação do curso de graduação em Ciências Sociais.

Organizadora da mesa-redonda “As Ciências Sociais e o Ensino a Distância: um debate urgente”. Data: 9/11/2006.

Palestrante na Mesa das Profissões no evento II Noite da Informação Profissional Solidária, do Curso Pré-Vestibular da UFSC, UFSC. Data: 2/10/2007.

*Coordenadora da VIII Semana de Ciências Sociais (de 16 a 20 de abril, 2007) e da IX Semana de Ciências Sociais (de 14 a 18 de abril, 2008)*²¹.

Representante da Coordenação do Curso de Ciências Sociais da UFSC no VII Encontro Nacional de Cursos de Ciências Sociais, de 14 a 16 de abril de 2008, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN.

Participante da mesa-redonda “Currículo e ensino de humanidades e novas propostas curriculares”, no IV Colóquio Luso-brasileiro sobre Questões Curriculares, realizado na UFSC de 2 a 4 de setembro de 2008.

Palestrante do Curso de Ciências Sociais – I CIP – Ciclo de Informação Profissional, Pré-vestibular da UFSC – UFSC, 3 e 4 de outubro de 2008.

Expositora de painel – apresentação do Curso de Ciências Sociais da UFSC e de resultados das experiências metodológicas na implantação do novo Projeto Político-Pedagógico – Anais da 7ª SEPEX/ UFSC, de 22 a 25 de outubro de 2008. ISSN 1808.4370.

Participante da mesa de abertura do Seminário de Licenciatura em Ciências Sociais: Experiências no Ensino Médio, 7ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, UFSC. Data: 22/10/ 2008.

²⁰ A revista *Mosaico Social – Revista do Curso de Graduação em Ciências Sociais* – ISSN: 1980-8933 – foi a primeira revista da Universidade Federal de Santa Catarina voltada para a publicação de trabalhos dos/as alunos/as da graduação. O primeiro número foi publicado em 2002. No terceiro número, publicado em 2006, quando fui responsável pela coordenação da edição, além dos artigos de autoria dos/as alunos/as consta um trabalho que apresenta o resultado de reflexões coletivas de alunos/as e professores/as, que antecipa elementos previstos na reforma curricular implementada a partir de 2007.

²¹ A Semana de Ciências Sociais é um evento que reúne a comunidade discente e docente do curso, participam professores como palestrantes e debatedores. Também, conta-se com a colaboração de professores convidados de outras universidades nacionais, assim como de outros profissionais, inclusive palestrantes estrangeiros. O evento é tradicionalmente organizado pelo Centro Acadêmico Livre de Ciências Sociais, motivo pelo qual a participação discente é decisiva na sua idealização e realização. A equipe organizadora sempre imprime seu selo na escolha do tema da Semana. Nesse ano de 2008, a escolha foi “Movimentos sociais, poder e Estado”. (Registro Notes/UFSC 2008.0748).

Coordenação do projeto “Cine Paredão”²², realização de iniciativa de alunos/as do curso, tendo como finalidade a projeção de filmes em espaços coletivos e o estímulo ao desenvolvimento cultural e intelectual da comunidade acadêmica.

Outra atividade de extensão desenvolvida, ainda no espírito da minha atuação como coordenadora do curso, foi o projeto “Divulgação do Curso de Ciências Sociais nos Estabelecimentos de Ensino Médio da Rede Pública” em dois períodos (18/5/2008 a 18/4/2009 e 1/4/2009 a 1/4/2010)²³.

Todas essas atividades, quando não houver registro nos documentos em anexo, podem ser comprovadas por intermédio dos memoriais descritivos correspondentes às progressões funcionais.

Participação na comissão de elaboração do Projeto Político-Pedagógico

A forte vinculação com a graduação e meu interesse por assumir as disciplinas discriminadas anteriormente associaram-se também à minha participação como membro da comissão que elaborou o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do curso, entre 2003 a 2006. Era necessário que o PPP fosse adaptado às exigências das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Ciências Sociais (Resolução nº 17/02 – CES/CNE) e da Formação de Professores para a Educação Básica (Resolução nº 02/2002 – CP/CNE). Com esse intuito, uma comissão de professores/as e alunos/as²⁴, após consultas coletivas²⁵, elaborou essa nova proposta curricular, que teve como eixos a interdisciplinaridade, a valorização da prática profissional e uma maior flexibilidade para montagem do percurso formativo. Isso seria válido tanto para licenciados como para bacharéis. A ideia central era formar professores/pesquisadores e pesquisadores/professores, e que houvesse um diálogo entre as três áreas (Antropologia, Sociologia e Ciência Política). Entendemos que uma forma de cobrir esses propósitos e estar em acordo com as recomendações dessas diretrizes era incorporar no currículo da licenciatura e do bacharelado horas/aula de Prática Pedagógica como Componente Curricular (PPCC),

²² O projeto “Cine Paredão” foi proposto originalmente para o período de 30/5/2008 a 30/5/2009, dentro da linha programática da Produção Cultural e Artística da Foto, Cinema e Vídeo. Os/as alunos/as do curso de Ciências Sociais envolvidos/as com essa iniciativa de criação e implementação na época foram: Alexandre Aimbire de O. Santos, João Vitor M. G. da Silva, Milena Abreu Chiaranda e Rafaela Xavier Barbosa do Amaral (conforme registro no Projeto Notes/UFSC Protocolo n. 2008.1214). Após seu encerramento na data assinalada, o projeto continuou sob a coordenação de outro professor.

²³ Objetivos do projeto: a) Contribuir com a abertura de horizontes de escolha profissional dos jovens, trazendo conteúdos da Antropologia, Sociologia e Ciência Política; b) Colaborar com objetivos do PPP, de conquistar mais espaços para divulgação, dar maior visibilidade ao curso e à profissão; c) Integrar o curso de graduação com as linhas de pesquisa da pós-graduação e com o Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia (Lefis); d) Estreitar laços com as escolas da rede pública e professores das ciências sociais. Participantes: Maria Soledad Etcheverry Orchard (coordenadora) – Professores participantes: Antonella Maria Imperatriz Tassinari; Janice Tirelli Ponte de Sousa; Julian Borba; Miriam Furtado Hartung – Alunos/as: Gabriela Ribeiro Cardoso, Joel Rosa d Luz (Registro Notes/UFSC n. 2008.1218).

²⁴ Comissão do PPP: Professores/as Antonella Imperatriz Tassinari, Elizabete Farias da Silva, Janice Tirelli Ponte de Sousa, Maria Soledad Etcheverry, Miriam Furtado Hartung, Remy José Fontana. Alunos/as Ludmila Ludke de Carvalho e Fernando Baptista – Portaria nº 001/CCSO/2003 – 09/06/2003.

²⁵ I e II Jornadas do Projeto Político-Pedagógico, em novembro de 2003 e maio de 2004, respectivamente.

em todas as disciplinas obrigatórias, além de incorporadas nas disciplinas de Prática de Pesquisa I e II – essas duas disciplinas consistindo em uma atividade obrigatória de pesquisa, ou de extensão, vinculadas a projetos desenvolvidos por professores/as do curso junto aos seus respectivos núcleos ou laboratórios.

O PPCC viria, então, a ser interpretado com a tripla perspectiva: a da interdisciplinaridade, a da vinculação da teoria com a prática e a da transposição didática. No caso das disciplinas obrigatórias, em sua grande maioria com 6 horas/aulas semanais (108 h/a semestrais), 2 h/a na semana (36 h/a semestrais) dedicadas ao PPCC, em que geralmente se criam atividades combinadas entre as três áreas. Isso após concertação entre os/as professores/as que no semestre compartilham das mesmas obrigatórias (Introduções, Teorias I, II...). Ou seja, existe essa recomendação da coparticipação, mas nem sempre a interdisciplinaridade é possível, podendo então os/as professores/as interpretarem de forma diferente, não entanto, sempre incorporando os outros princípios do PPCC.

Para ilustrar uma proposta concreta, copio parte do Programa Comum (PPCC) – 36 h/a, elaborado por professores/as das distintas áreas do nosso curso, eu entre eles/as, correspondente às Introduções (Sociologia, Antropologia e Ciência Política)²⁶:

Plano de Ensino Comum – PPCC

Disciplinas:

Introdução à Antropologia – ANT 7101 – PPCC 36 h/a

Introdução à Ciência Política – SPO 7102 – PPCC 36 h/a

Introdução à Sociologia – SPO 7103 – PPCC 36 h/a

Concepção e Objetivos PPCC: Prática pedagógica como componente curricular:

Articular a prática de ensino das Ciências Sociais com instrumentos didático-pedagógicos atualizados. Promover o encontro interdisciplinar do curso. Propiciar a articulação entre as disciplinas teóricas e questões práticas em um espaço laboratorial de experiência-ação-reflexão. Permitir a pesquisa em bancos de dados bibliográficos e estatísticos. Apoiar-se para estas práticas nos núcleos, laboratórios e linhas de pesquisa existentes nos Departamentos de Antropologia e de Sociologia e Ciência Política. (Extraído do *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Sociais – 2005/2006*).

Eixo de trabalho: O conjunto das atividades comuns às três disciplinas terá como eixo temático a questão da CIDADE e seus diferentes desdobramentos.

Metodologia: Aulas expositivas, treinamentos, trabalhos individuais e coletivos; fichamentos e resenhas de textos; pesquisas bibliográficas; pesquisa de campo; organização de banners e exposição, entre outros. As atividades previstas terão como

²⁶ Essa apresentação inicial do Plano de Ensino Comum PPCC (36 h/a) das Introduções foi adotada ao longo dos semestres por todos/as os/as professores/as das três áreas que ministraram a atividade compartilhada.

foco principal a pesquisa a ser desenvolvida por cada grupo, cujos resultados deverão ser apresentados na forma de um banner a ser exibido numa exposição no final do semestre; incluindo, também, uma apresentação oral e um trabalho escrito elaborado pelo grupo.

Foram dois os motivos que levaram à escolha do tema Cidade a ser trabalhado nesse espaço laboratorial: primeiro, porque o tema tem sido tradicionalmente um alvo importante de reflexões nos três campos disciplinares; segundo, porque entendemos que mergulhar nesse diálogo com a cidade permite que os/as estudantes se apropriem dela de uma forma não habitual. Por outro lado, uma parcela significativa dos/as alunos/as que ingressam no curso vem de outras cidades e outros estados, por isso também é uma forma de torná-la, para esses/as, um pouco mais familiar. A experiência do PPCC junto às disciplinas de Introdução tem sido frutífera, não obstante alguns desafios a ser administrados. Sempre aprendi muito sobre as facetas da nossa cidade graças a essas pesquisas desenvolvidas pelos/as alunos/as, frequentemente criativos/as e entusiasmados por suas investigações. As expectativas criadas com esse novo currículo me motivaram, desde então, a acompanhar os resultados, com seus acertos e erros, dessa que foi uma proposta bastante inovadora.

Na sequência à elaboração e aprovação do novo PPP, integrei a Comissão de Implementação e Avaliação do Currículo, no período de 15/8/2007 a 1/8/2009. Essa vinculação persistiu ao longo dos anos e pode ser confirmada por minha participação como membro do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado do Curso de Ciências Sociais desde 2009 até o presente, conforme registros das portarias no próximo item. Todas essas participações em prol da graduação definiram um caminho importante na minha carreira como docente, sempre em direção ao compromisso de valorização da qualidade de formação dos/as nossos/as alunos/as.

Envolvimento com a graduação

Membro da Comissão de Elaboração do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Sociais – Portaria n. 004/CCSO/2003. (Processo que se estendeu até inícios de 2006.2, quando o PPP foi encaminhado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG para aprovação e implantação em 2007.1).

Subcoordenadora do Curso de Ciências Sociais, CFH-UFSC – Portaria n. 845/GR/2005. (1/8/2005 até 15/8/2007).

Presidente do Conselho Editorial da revista *Mosaico Social*, do Curso de Graduação em Ciências Sociais, a partir de 15/9/2005 – Portaria n. 004/CCGCSO/2006.

Coordenadora do Curso de Graduação em Ciências Sociais (em substituição à coordenadora em exercício por afastamento no exterior) – carga horária: 30 horas semanais – Portaria n. 200/GR/2007. (28/2/2007 a 30/5/2007).

Coordenadora pró tempore do Curso de Graduação em Ciências Sociais – carga horária: 30 horas semanais – Portaria n. 499/GR/2007. (01/06/2007 a 14/08/2007).

Coordenadora do Curso de Graduação em Ciências Sociais – carga horária: 30 horas semanais – Portaria n. 570/GR/2007. (15/8/2007 a 15/8/2009). (revogada a Portaria 499/GR/2007).

Membro da Comissão de Implementação e Avaliação (15/8/2007 a 1/8/2009).

Membro do Colegiado do Curso de Graduação em Ciências Sociais:

21/10/95 a 20/10/97 – Portaria n. 403/PREG/1995
23/7/2002 a 23/7/2004 – Portaria n. 133/CCS/2002
27/1/2006 a 26/1/2008 – Portaria n. 003/CFH/2006
27/1/2008 a 26/1/2010 – Portaria n. 007/CFH/2010
28/1/2010 a 27/1/2012 – Portaria n. 008/CFH/2010
9/9/2013 a 8/9/2015 – Portaria n. 132/CFH/2013
10/9/2015 a 9/9/2017 – Portaria n. 053/CFH/2016

Membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Ciências Sociais:

15/8/2007 a 1/8/2009 – Declaração
Dez/2009 a Dez/2011 – Declaração
7/5/2012 a 6/5/2014 – Portaria n. 063/CFH/2012
12/11/2014 a 11/11/2016 – Portaria n. 136/CFH/2014
12/11/2016 a 11/11/2018 – Portaria n. 030/CFH/2017

Representante Suplente dos Coordenadores de Curso de Graduação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas na Câmara de Ensino de Graduação – Portaria n. 1062/GR/2008. (11/8/2008 a 1/4/2009).

Meus esforços de dedicação a essas gerações de alunos/as com os/as quais tive o privilégio de interagir foram recompensados de forma generosa com seu distinto reconhecimento. Em várias oportunidades fui homenageada pelas turmas no ato da sua formatura. Conforme alguns desses registros: 1996.2 (Homenageada); 2012.1 (Nome da turma); 2013.2 (Homenageada); 2014.1 (Patrona); 2015.1 (Patrona); 2018.2 (Homenageada); 2019.1 (Paraninfa).

Na vice-direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Decorrente também dessa forte vinculação com a graduação, tive a honra de ser convidada pela então diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Profa. Dra. Roselane Neckel, para assumir o cargo de vice-diretora do centro, em substituição ao Prof. Dr. Nazareno José de Campos, que assumiu o cargo de direção quando a professora foi empossada como reitora da UFSC. Segue a portaria da minha nomeação:

Portaria n. 708/ 2012/GR (retificada por Portaria n. 766/2012/GR) – Vice-diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, no período de 10/5/2012 a 25/12/2012.

Foi um período breve, mas intenso. Essa posição propiciou, além de um maior conhecimento das instâncias administrativas e operacionais da universidade,

um envolvimento direto com as demandas do centro, oportunizando sobretudo uma interação próxima com alunos/as de todos os cursos do CFH. Entre as várias atividades desenvolvidas, uma particularmente se destacou. Trata-se da VII Semana de Integração do CFH, realizada no período de 3 a 7 de dezembro de 2012, com carga horária total de 30 horas. Foi um evento programado e implementado em conjunto com os/as estudantes que demandou esforços conjugados e obteve resultados muito interessantes, com boa acolhida da comunidade do CFH. O seu objetivo foi integrar docentes e discentes desse centro por meio do planejamento e implementação de atividades de pesquisa e extensão, propiciando o diálogo entre diferentes campos de conhecimento das ciências humanas. Além dos debates e exposições, compareceram jovens representantes de movimentos sociais da cidade que apresentaram vários espetáculos de alta expressividade artística nos espaços coletivos do CFH.

Ensino na pós-graduação

Como já comentado, o interesse pela metodologia de pesquisa e pelas discussões sobre questões epistemológicas surgiu na época do mestrado. Assim como a escolha por usar as narrativas como recurso metodológico na minha tese de doutorado fortaleceu o meu interesse por explorar o campo das metodologias qualitativas. Como a opção pelo uso das narrativas não é muito usual no campo da Sociologia, bastante mais utilizada na Antropologia, entendi nesse momento que eu tinha de legitimar essa escolha diante dos meus pares, os sociólogos. Diante disso, fui levada a investigar sobre essa literatura e me deparei com discussões instigantes envolvendo essas metodologias, as quais me inspiraram a investir nessa perspectiva.

Na esteira desses interesses que foram amadurecendo, resolvi assumir aulas de Metodologia junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSP/UFSC), também ministrando a disciplina para alunos de pós-graduação do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, no âmbito do convênio da PPGSP/Programa MINTER – IFNMG. Sempre incluindo nos programas criados para essas disciplinas material relativo às metodologias qualitativas. Inclusive, como entendo que para a abordagem da metodologia e prática de pesquisa em Ciências Sociais faz-se mister uma reflexão sobre pressupostos epistemológicos e teóricos do conhecimento científico nesse campo do saber, as primeiras seções geralmente eram reservadas para abrir o debate atualizado com essas questões. As seguintes seções, geralmente reservei para reflexões sobre o plano morfológico e operatório da pesquisa, por meio de um estudo sobre abordagens e técnicas de pesquisa. A própria disciplina de Seminário de Pesquisa, que ministrei em duas ocasiões na pós-graduação, objetiva sobretudo fortalecer as abordagens metodológicas das pesquisas desenvolvidas pelos/as aluno/as, seja no nível de mestrado como de doutorado.

A escolha por ministrar a disciplina de Sociologia do Trabalho diz respeito aos meus investimentos em pesquisa na área, como membro do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC). As oportunidades para elaborar programas versando sobre discussões relativas ao mundo do trabalho se deram em duas ocasiões: no semestre

2014.2, quando tive o prazer de trabalhar esses conteúdos em parceria com a então pós-doutoranda Profa. Dra. Laura Senna Ferreira; depois, em 2018, mantive a parceria com meu colega da SPO/UFSC, Prof. Dr. Jacques Mick. Construir um trabalho compartilhado foi importante para fortalecer os vínculos entre colegas e alavancar as discussões no interior desse coletivo, já que ambos professores têm vínculos com esse laboratório.

No quadro a seguir elenco as disciplinas ministradas na pós-graduação:

Semestre	Disciplina	Créditos (horas/aula)
2004.2	CSO 3331 – Teoria Sociológica Contemporânea	2 créditos (30 h/a)
2006.1	SPO 33350 – Metodologia I	2 créditos (30 h/a)
2009.2	SPO 9002 – Seminário de Pesquisa	2 créditos (30 h/a)
2010.1	SPO 33350 – Metodologia I	2 créditos (30 h/a)
2011.1	SPO 3335 – Metodologia I	2 créditos (30 h/a)
2012.1	SPO 3335 – Metodologia I	2 créditos (30 h/a)
2013.1	SPO 3335 – Metodologia I	2 créditos (30 h/a)
2013.1	SPO 3335 – Metodologia I (PPGSP/Programa MINTER – IFNMG)	(36 h/a)
2014.2	SPO 4004 – Sociologia do Trabalho	4 créditos (60 h/a)
2015.1	SPO 4001 – Seminário de Pesquisa	2 créditos (30 h/a)
2015.2	SPO 3335000 – Metodologia I	2 créditos (30 h/a)
2016.1	SPO 3335 – Metodologia I	2 créditos (30 h/a)
2018.1	SPO 510087 – Sociologia do Trabalho	2 créditos (30 h/a)

Atividade como orientadora e participante de bancas

Ao largo desse percurso de mais de duas décadas como docente, após consulta aos registros do meu Lattes pode-se contabilizar a minha participação em 89 bancas de trabalhos de conclusão de graduação de alunos/as do curso de Ciências Sociais, 51 bancas de dissertação de mestrado, 29 qualificações de projetos de mestrado, 10 qualificações de doutorado e 20 bancas de tese de doutorado.

Dentre outras bancas para concursos públicos das quais participei, destaco as bancas de seleção para o mestrado e doutorado do PPGSP/UFSC, conforme registros em portarias:

Membro da Banca de Seleção de Mestrado – ingresso em 2005 – Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política, UFSC – Portaria n. 024/PPGSP/04.

Presidente da Banca de Seleção de Mestrado – ingresso em 2006 – Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política, UFSC – Portaria n. 017/PPGSP/05.

Membro da Banca Examinadora de candidatos ao Mestrado – ingresso em 2010 – Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política, UFSC – Portaria n. 009/PPGSP/09, de 26 de maio de 2009.

Presidente da Banca Examinadora de candidatos ao Mestrado – ingresso em 2011 –

Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política, UFSC – Portaria n. 017/PPGSP/10, de 22 de junho de 2010.

Membro da Banca Examinadora de candidatos ao Doutorado – ingresso em 2012 – Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política, UFSC – Declaração.

Membro da Banca Examinadora de candidatos ao Doutorado – ingresso em 2014 – Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política, UFSC – Declaração.

Membro da Banca Examinadora de candidatos ao Doutorado – ingresso em 2015 – Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política, UFSC – Portaria n. 024/PPGSP/2014, de 5 de setembro de 2014.

Sobre as orientações, registro que a relação estabelecida com meus orientandos e orientandas teve uma importância fundamental e prazerosa nessa longa jornada. Esses contatos recriaram meu entusiasmo pela docência, somaram esforços e deram sentido à Sociologia como um ofício com qualidades que sempre estimularam minha imaginação. As orientações, além de haver contribuído com a realização de ótimos trabalhos, propiciaram parcerias intelectuais profícuas. Foram diversas as produções surgidas desse esforço compartilhado de construção de saberes. Tais frutos foram muitas vezes além da interlocução acadêmica, fortaleceram laços de amizade que perduram até hoje.

A relação a seguir inclui a orientação de trabalhos de orientandos/as da graduação: do bacharelado (TCC), do Estágio Curricular Profissionalizante (TCC/ECP) e da licenciatura (TCL); de orientandos/a junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, de mestrado, doutorado e de supervisão de pós-doutorado, além de outras orientações. Cada uma dessas orientações agregou esforços em direção a um dos meus seguintes eixos de interesse e algumas vezes aludindo a mais de um deles ao mesmo tempo: pesquisas que se utilizaram de abordagens com metodologias qualitativas; com temas relativos ao mundo do trabalho (trabalho decente, flexibilização, precarização, empregabilidade, terceirização, trajetórias laborais, identidades profissionais, gênero); ao mundo empresarial (responsabilidade social empresarial, formas de gestão e organização); a investigações com preocupações relativas à sustentabilidade ambiental; e a pesquisas relacionadas ao campo do ensino.

Orientações de graduação em Ciências Sociais (TCC e TCL)

2005. Junara Costa. *Humor é coisa séria. Uma história da fase Lula: uma versão em charge* – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

2006. Máira Tirelli Ponte de Sousa. *Deixa eu te falar. Um breve estudo sobre as narrativas e análise do Movimento de Luta Antimanicomial* – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

2006. Henrique Heidrich. *Apontamentos sobre o humor político brasileiro: análise do humor político na internet* – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

2007. Fabíola Farias Dutra. *Construção de identidades sociais e profissionais dos engenheiros civis em tempos de flexibilização do trabalho* – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

2007. Melissa Gabriela Lopes Barcellos. *Análise da participação política dos*

professores do magistério público estadual de Santa Catarina nas lutas grevistas e sindicais – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

2008. Lia dos Santos. *Selo Social como um instrumento de evidenciação de responsabilidade social: um estudo de caso no município de Itajaí* – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
2010. Ana Lúcia Lopes Nunes. *Análise do agroturismo em Santa Rosa de Lima/SC como alternativa de renda dos agricultores familiares* – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
2010. Ellen Roloff. *Uma análise sobre a inclusão do Grupo Terceira Idade através do mercado de trabalho: estudo de caso em uma empresa de serviços laboratoriais em Florianópolis, SC* – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
2010. Gabriel de Souza Bozzano. *Onde foi para o empreendedor? Sobre os sentidos do trabalho e empregabilidade dos candidatos para o edital da Incubadora de Alta Tecnologia – MIDI Tecnológico/SC* – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
2013. Clarissa Pereira Antunes. *Profissional global: percepção e construção do discurso sobre o perfil de executivos e/ou profissionais com alta qualificação em situação de globalização dos mercados* – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
2013. Aline Ribeiro Soares. *Reforma curricular: reflexões sobre o projeto e a implantação da reforma curricular de 2006 no curso de Ciências Sociais da UFSC* – Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL).
2013. André Schneider Dietzold. *Investidor responsável ou retorno sustentável? Uma análise sobre o Índice de Sustentabilidade Empresarial* – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
2013. Bruno Fonseca e Sousa. *Sonata dos mundos dissonantes: o pai, o patrão e o sindicalista dos cartórios de registro de imóveis da Grande Florianópolis/SC* – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
2014. Gabriella Figueiredo dos Santos. *Descobrimo a pluralidade interventiva do cientista social: reflexões sobre trabalho e empresa a partir da experiência de Estágio Curricular Profissionalizante* – Trabalho de Conclusão de Curso de Estágio Curricular Profissionalizante (TCC/ECP).
2014. Luísa Bonetti Scirea. *Gênero, Educação e Sociologia: uma proposta de trabalho didático para o Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina* – Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL).
2014. Carolina Arruda Ferreira. (Trabalho em coorientação com o Prof. Dr. Paulo Feire Vieira). *A educação para o ecodesenvolvimento como marco integrador político e pedagógico para a formação humana: uma abordagem complexa* – Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL).
2015. Kerolin Edinete da Costa. *Trajetórias, estratégias e percepções de atendentes de supermercado que vivenciam uma tripla jornada: trabalho remunerado, trabalho doméstico e escolarização* – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
2016. Kerolin Edinete da Costa. *Mulheres estudantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA): trajetórias familiares, escolares, laborais e as estratégias para lidar com uma tripla jornada* – Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL).
2016. Christine Sodré Fortes. *A identidade no trabalho: uma análise do trabalho*

terceirizado no serviço de limpeza e conservação da UFSC – Trabalho e Conclusão de Curso (TCC).

2017. Adriana Barth Barbaresco. *Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça: o curso “Potencialidades da Liderança Feminina” e suas oficinas através da percepção de trabalhadoras/es na Eletrosul – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).*

2019. Everson Guilherme Ramos. *A geração Z e o ensino e Sociologia no nível médio: proposições para utilizar os vídeos do YouTube como recurso didático qualificado – Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL).*

Orientações de mestrado (dissertações) – PPGSP/UFSC

2005. Maurício Valente Souto de Castro. *A criatividade e a resistência social em São José dos Campos/SP: alternativas operárias aos impactos da reestruturação produtiva da General Motors na década de 1990.*

2007. Juliana Torquato Luiz. *A responsabilidade social em duas unidades do setor elétrico brasileiro: relações, significados e avaliações.*

2008. Laura Senna Ferreira. *Reestruturação produtiva: mudanças e permanências no mundo do trabalho e empresarial da indústria conserveira na região de Pelotas – Rio Grande do Sul.*

2008. Vladimir Bento Brandão. *Representações sociais do trabalho na imprensa: o massacre simbólico da classe média assalariada e a nova ideologia do empreendedor.*

2010. Carolina da Graça Jacques. *A construção social da empresa em tempos de representação social corporativa: um estudo de caso a partir da Whirlpool S.A.*

2011. Graciete Dias Ponte. *De assalariado a assentado: as trajetórias dos agricultores familiares no Assentamento São Francisco no município de Pilões – PB.*

2013. Gabriel de Souza Bozzano. *Os sentidos do trabalho de TI pelos incubados no Midi Tecnológico/SC: a empregabilidade num mundo conexonista.*

2013. Melissa Gabriela Lopes Barcellos Coimbra. *A cultura do trabalho em Jaraguá do Sul: um estudo sobre as trabalhadoras da indústria têxtil-vestuarista.*

2015. Ivy Daniela Monteiro Matos. *Identidades e trajetórias profissionais no trabalho docente: um estudo de caso com professores da área de TI.*

2015. Júlio César Guedes Antunes. *Programa Espacial Brasileiro: uma análise sobre o impacto social.*

2015. Érica Souza Tupiná. *Políticas sociais para mulheres de baixa renda no Brasil: estudo de caso sobre o Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Pirapora.*

2016. Bruna Roberta Floriano. *Trabalho precário e pobreza: modelo de análise do período 2003-2010 a partir da Relação Anual de Informações Sociais e do Cadastro Único para Programas Sociais.*

2017. Jennifer Morel Hartmann. *Transições e resistências. Empregabilidade de mulheres trans e travestis em Florianópolis.*

2017. Sabina Estayno. *Empresas recuperadas pelos trabalhadores no primeiro período do governo Lula (2003-2017).*

2018. Luísa Bonetti Scirea. *Discurso gestor e gestão do trabalho em shopping center. Uma análise da organização e controle do trabalho em shoppings no Brasil.*
2018. Raphael Sansonetti Valverde. *O novo plano de carreira e a contratação temporária horista na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina (2015-2017). Valorização ou desmonte do trabalho do magistério?*

Orientações de doutorado (teses) – PPGSP/UFSC

2009. Dimas de Oliveira Estevam. *Os significados sociais e políticos da formação por alternância: um estudo de caso em duas experiências no estado de Santa Catarina.*
2012. Rúbia dos Santos. *Sistema de Gestão do Risco e Política de Assistência Social: estudo de caso dos desastres socioambientais ocorridos em Blumenau/SC.*
2014. Maria Alejandra Paulucci. *Novos olhares: de trabalhadores assalariados a trabalhadores cooperados. Um estudo sobre a caminhada de luta dos trabalhadores das empresas recuperadas no Brasil.*
2016. Elaine Thais da Silva Lima. *A reserva legal de cargos públicos no Brasil para pessoas com deficiência em universidades públicas federais, na perspectiva do trabalho decente – Qualificação de tese – Defesa em 2019.*
2018. Melissa Gabriela Lopes Barcellos Coimbra. *Refúgio, Trabalho e Esperança: um estudo sobre as trajetórias laborais dos refugiados sírios no Brasil – Qualificação de tese. Trabalho em andamento.*

Supervisão de pós-doutorado – PPGSP/UFSC

1/11/2013 a 31/8/2015 – Laura Senna Ferreira. Supervisão de pós-doutorado – Bolsa PNPd/CAPES – com o projeto intitulado “Transformações do mundo do trabalho: modelos de empregabilidade e empreendedorismo”, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. A pesquisa investigou como as noções de empreendedorismo e de empregabilidade passam a ser expressões da nova ideologia do trabalho, associada aos processos de reconversão produtiva e flexibilização do trabalho, e como essas noções se inserem e influenciam os segmentos de profissionais de TI e mecânicos automotivos.

A produção intelectual na trilha das pesquisas

Para organizar o registro das atividades de produção intelectual, tais como “[...] artigos em periódicos e/ou publicação de livros/capítulos de livros e/ou publicação de trabalhos em anais de eventos [...]” – nos termos do recomendado no Art. 5º, Inciso II, da Portaria n. 982, de 3 de outubro de 2013, do Ministério da Educação –, e imprimir um sentido à sequência dessas produções, exponho as conexões com projetos de pesquisa e eventualmente com algumas atividades de extensão (participações em eventos) que fui desenvolvendo ao longo dos anos. Nem todas as produções necessariamente se conectam de forma evidente com os tempos definidos para os projetos de pesquisa idealizados, porque eventualmente os resultados extrapolam essa periodização. Contudo, o que procuro é tecer essa trajetória de reflexões e produções que vão se entrelaçando, por um lado, com a memória intelectual construída como fruto das interações acadêmicas ou das atividades profissionais vivenciadas, e, por outro, com uma memória sempre reelaborada através de novos questionamentos que surgiam à medida que as circunstâncias traziam outras pautas. Todos esses elementos compõem este enredo na trilha das pesquisas, que se expressam temporalmente.

Narrativas, trajetórias de trabalho e empregabilidade

Esse foi o título dado ao projeto de pesquisa previsto para o período 2003-2005, que consistiu numa revisão dos estudos realizados durante o meu doutoramento, incluindo, além de uma investigação bibliográfica, uma análise do material empírico coletado nas 45 entrevistas realizadas para a tese. Os objetivos desse projeto previam retornar às reflexões relativas aos impactos das mudanças do setor elétrico sobre as possibilidades de inserção laboral dos/as trabalhadores/as demitidos/as das estatais. Tratava-se de identificar as relações entre as suas expectativas profissionais e as trajetórias desenhadas nesse percurso junto ao mercado de trabalho; de verificar se nas trajetórias de busca e/ou inserção no mercado os sentidos do trabalho se alteravam e em que medida isso afetava suas narrativas identitárias. O material empírico coletado durante o doutorado era rico e me estimulava poder voltar a ele. Além disso, a discussão sobre empregabilidade ganhava cada vez mais fôlego, uma vez que os efeitos das políticas de reestruturação econômica, com a desregulamentação e a flexibilização das relações de trabalho, produziam a crise da perspectiva de carreira, ameaçavam o trabalho protegido, precipitavam a perda dos empregos e aumentavam o desemprego.

Versões dos resultados dessa pesquisa foram apresentadas para debate e/ou publicação em diversos fóruns:

Debatedora – Workshop Trabalho, Identidades e Trajetórias Profissionais no período de 13 a 14 de fevereiro de 2003, com carga horária total de 20 horas. Universidade Federal de Santa Catarina, Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, Departamento de Apoio à Extensão.

Publicação do resumo e exposição oral no evento – GOMES, Maria Soledad Etcheverry de Arruda. Narrativas nos tempos de reestruturação e flexibilização:

- trajetórias de trabalho e empregabilidade de ex-empregados do setor elétrico brasileiro, no GT Reestruturação do Mundo do Trabalho. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11., 2003, Campinas/SP. *Sociologia e conhecimento além das fronteiras – Programação e Resumos*. Campinas/SP: Unicamp, 2003. p. 156.
- Publicação do resumo e exposição oral no evento* – ETCHEVERRY, Maria Soledad. Narrativas sobre empregabilidade: as trajetórias profissionais de ex-empregados do setor elétrico brasileiro. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 5., 2003, Florianópolis. *Antropologia em perspectivas – Programa e Resumos*. Florianópolis: UFSC, 2003. p. 224.
- Publicação de artigo em anais e exposição oral no evento* – ETCHEVERRY, Maria Soledad. Privatização do setor elétrico brasileiro e seus impactos sobre o trabalho: algumas ponderações – Comisión de Trabajo Antropologia Económica y Ecológica. In: CONGRESSO ARGENTINO DE ANTROPOLOGIA SOCIAL, 7., 2004, Villa Giardino, Córdoba. Ofício antropológico y Compromiso Social en las Crisis. *Anais [...]*. Córdoba, 2004. CD-Rom. 20 p.
- Capítulo de livro publicado* – ETCHEVERRY, Maria Soledad. Privatização do setor elétrico brasileiro e seus impactos sobre o trabalho: algumas ponderações. In: REIS, Maria José; RADOVICH, Juan Carlos; BALAZOTE, Alejandro. (Ed.) *Disputas territoriales y conflictos interétnicos en Brasil y Argentina*. Córdoba: Ferreyra Editor, 2005. p. 121-142. ISBN: 987-1110-33-2.
- Publicação de artigo em periódico* – ETCHEVERRY, Maria Soledad. Narrativas sobre empregabilidade: as trajetórias profissionais de ex-empregados do setor elétrico brasileiro. *Revista Ilha*, Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFSC, v. 6, n. 1 e n. 2, p. 61-104, 2004. ISSN 1517-395X.
- Publicação de artigo online e exposição oral no evento* – ETCHEVERRY, M. S. Narrativas sobre empregabilidade: as trajetórias profissionais de ex-empregados do setor elétrico brasileiro. *Seminário Interno da PPGSP-UFSC*. Disponível em: www.ppgsp.ufsc.br. Acesso em: 30 ago. 2004. 31 p.
- Expositora de resultados da tese* – I° Ciclo de Palestras do NETCOS – Núcleo de Estudos do Trabalho e Constituição do Sujeito, Departamento de Psicologia/UFSC, em 11/11/2004.
- Publicação de artigo em anais e exposição oral no evento* – ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. Privatização do setor elétrico brasileiro e seus impactos sobre o trabalho: algumas ponderações. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 1., 2005, Rio de Janeiro. Área Temática: Cultura, Memória e Imaginário. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ, 2005. CD-Rom. 17 p.

Transformações do setor elétrico brasileiro e as mudanças na concepção de energia: representações dos técnicos sobre as ações e sentido do trabalho no setor

Com esse título foi apresentada a pesquisa que contemplava o período de 2005/2 a 2007/1, com a proposta de novas abordagens em campo para acompanhar as mudanças nas práticas de trabalho por meio das percepções de profissionais do setor

elétrico, como consequência das privatizações e também como efeito da incorporação de recomendações surgidas desde a Constituição de 1988, com impactos nesse setor.

Argumento que, com a privatização de grandes empresas que compunham o sistema elétrico brasileiro ao longo da década de 1990, opera-se uma mudança radical no setor, pautada por uma nova concepção da energia elétrica. Passava-se de uma visão que considerava a energia como bem social, supostamente presente na ótica de um serviço estatal cooperativo, para outra, que transformava a energia em uma mercadoria, dependente das oscilações da oferta e da demanda, comandada pela ótica do lucro. A partir de 2002, são introduzidas novas modificações no modelo do setor elétrico, visando equacionar os problemas surgidos com o processo de privatização que apostou na autorregulação do setor pelo mercado e que tinha culminado na crise nacional do “Apagão” no ano anterior. Essas medidas, que a partir desse momento procuram gradativamente viabilizar um sistema misto, de base estatal e privada, recebem novo alento a partir do governo Lula, coroando um processo de transformações que vinha desde a década de 1990 e que gerava impactos significativos em várias dimensões da vida do setor. O foco dessa pesquisa, que se propôs a refletir sobre essas transformações, incidiu principalmente sobre as representações do trabalho nesse contexto de modificações institucionais, tendo como fundamento para indagação duas hipóteses.

A primeira hipótese referia-se à ameaça de desqualificação do patrimônio profissional de um dos setores mais sofisticados do país, que resultou desse processo de mais de uma década de transformações, intimamente conectado com o desenvolvimento da flexibilização das relações de trabalho. São modificações que se gestaram até anteriormente à década de 1990, desde meados da década anterior, no âmbito da gradativa paralisia de investimentos estatais com reflexos profundos sobre as empresas e seus trabalhadores. Conforme relatado por um empregado da Eletrosul em entrevista realizada em 2005, “o modelo neoliberal de privatização levou a um desmonte da competência técnica: seja pela demissão dos trabalhadores, PDVs²⁷, aposentadoria; seja pela própria divisão das empresas em várias atividades, que de certa forma eliminou uma certa integração, que criava uma certa competência”.

Sustentavam também os críticos do modelo privatizante que a concepção de energia como mercadoria faria com que não se efetivassem investimentos em expansão, por exemplo, para setores considerados não rentáveis, ou, ainda, levaria à menor qualidade dos novos empreendimentos. Isso implicando que não se agregariam custos sociais e ambientais de forma satisfatória, além de imprimir menor rigor à fiscalização dos processos. Essa perspectiva desembocaria numa redução da demanda por mão de obra em empreendimentos realizados a partir da iniciativa privada.

Segue o resumo de algumas ponderações sobre os impactos do novo modelo para o setor, levantadas em depoimentos de entrevistados: a) Houve impacto sobre o mercado de trabalho no setor, por terem sido seus quadros técnicos dispersados,

²⁷ Planos de demissão voluntária.

afastados, aposentados, terceirizados; b) Houve um desmonte das empresas por terem sido proibidas de investir; c) As consultoras privadas deixam de contratar em primeira mão porque as empresas estatais não estavam mais investindo, seja para projetos, seja para obras, portanto elas desmobilizaram suas equipes; d) A engenharia que tinha se formado no Brasil, especialmente na área de construção de barragens, de subestações, de sistemas de transmissão, sofre os abalos dessa falta de investimentos e os efeitos do baixo índice de nacionalização dos empreendimentos. À falta de uma política de reserva de mercado para a engenharia nacional, soma-se uma lógica de privilegiar as empresas estrangeiras para os contratos de novos empreendimentos no sistema de EPC²⁸; e) A divisão das empresas, que segue a lógica da fragmentação das etapas do processo da energia elétrica, do planejamento à venda para o consumidor final, de certa forma contribui com a desqualificação da competência técnica. Soma-se a isso a falta de rigor na fiscalização dos processos, não só por limitações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mas pela própria forma pulverizada de contratar os serviços que as empresas têm adotado (as terceirizações).

Pelo exposto, ficava nítido que o futuro do setor e, conseqüentemente, do seu mercado de trabalho e do seu patrimônio de conhecimento tecnológico, pelo menos em médio prazo, suscitava inquietações nessa época.

A segunda hipótese apontava, por outro lado, para um movimento que era contemporâneo aos discursos e práticas desses processos de reestruturação socioproductiva. O movimento, que dizia respeito às demandas por direitos que influenciaram o texto da Constituição de 1988, também impactava o setor. No contexto dessas transformações surgem inovações na legislação que têm reflexos na regulamentação e na implementação dos projetos. Desde esse marco legal se prevê que as empresas do setor elétrico devem equacionar os impactos socioambientais e patrimoniais decorrentes dos seus empreendimentos. Para isso, uma das formas orientadoras para a ação pressupõe a consulta popular e outras formas de negociação, além de novos cuidados com os procedimentos técnicos, sem os quais a licença de instalação não é concedida. Com base nisso, a hipótese aventava que essas normativas deveriam desencadear novas estratégias de trabalho, desafiando as práticas e representações anteriormente firmadas. Isso ganhava relevância também se é considerado que, além dos que permaneciam como empregados nas grandes empresas do setor, um contingente significativo dessa força de trabalho, desde as privatizações, modifica sua forma de inserção no mercado, como trabalhadores terceirizados e/ou como pequenos empresários procurando viabilizar seus empreendimentos no mercado da energia elétrica.

²⁸ Segundo o entrevistado: “No setor surgiu o EPC (*Engeneering Procurement Contractor*), que é o que se chamava antigamente de *Turn Key*, que você compra tudo pronto, só vai lá e liga a chave. Uma empresa que contrata uma outra que vai fornecer tudo. *Engeneering* porque ela faz o projeto, *Procurement* que ela provê os equipamentos, faz o suprimento da obra... tudo. Uma terceirização para execução de uma determinada obra”.

Com essa última preocupação, justificava contribuir com a discussão sobre os limites e possibilidades das intervenções que apostavam nos pressupostos de responsabilidade corporativa, diante dos critérios de exequibilidade técnica e custo. Com esse intuito procurei abordar a temática em outra investigação que exponho mais adiante, a propósito do trabalho “Desafios de uma negociação: a interpretação dos atores no processo de reforço técnico do sistema eletroenergético da Ilha de Santa Catarina”, elaborado em coautoria com a arquiteta Soraya Nór e apresentado em 2005 por ocasião da VI Reunión de Antropología del MERCOSUR, em Montevideu.

A seguir elenco resultados desse projeto mais amplo:

Coordenadora do Simpósio – “Impacto social de la privatización de empresas estatales em el MERCOSUR” no I CONGRESO LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGÍA, ALA, de 11 a 15 de julho de 2005, Rosário, Argentina.

Publicação de artigo em anais e exposição oral no evento – ETCHEVERRY, Maria Soledad. Privatização do setor elétrico brasileiro e a mudança na concepção de energia: impactos e versões. *In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGÍA*, 1., 2005, Rosário. *Anais [...]*. Rosário, Argentina: Facultad de Humanidades y Artes – Universidad Nacional de Rosario, 2005. CD-Rom. 11 p. ISBN: 987-20286-9-9.

Publicação de artigo em anais e exposição oral no evento – ETCHEVERRY, Maria Soledad. Privatização do setor elétrico brasileiro: impactos sobre o trabalho. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL TRABALHO E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO DE TRABALHADORES*, 1., 2006, Fortaleza. *Anais [...]*, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Laboratório de Estudos sobre o Trabalho e Qualificação Profissional (LABOR), 2006. CD-Rom. ISBN: 85-7485-100-0.

Publicação de artigo em periódico – ETCHEVERRY, Maria Soledad. Privatização do setor elétrico brasileiro: impactos sobre o trabalho. *Labor*, Fortaleza, n. 1, n. 1, 2008. ISSN: 1983-5000.

Publicação de artigo em anais e exposição oral no evento – ETCHEVERRY, Maria Soledad; NÓR, Soraya. Desafios de uma negociação: a interpretação dos atores no processo de reforço técnico do sistema eletroenergético da Ilha de Santa Catarina. *In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR*, 6., 2005, Montevideu, Uruguai. *Identidad, Fragmentación y Diversidad. Anais [...]*, Montevideu, Uruguai: Universidad de la República, 2005. CD-Rom. 20 p. ISBN: 9974-0-0307-5.

Coordenadora do Grupo de Trabalho – GT 11 “Métodos qualitativos e políticas públicas”. VI REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUR, de 16 a 18 de novembro, Montevideu, Uruguai, 2005.

O GT mencionado teve na coordenação o antropólogo social Prof. Dr. Juan Carlos Radovich (UBA-INAPL-CONICET). Como resumo conceitual e temático para o GT, registrou-se:

Na atualidade, a pertinência do uso de métodos qualitativos de análise na avaliação do impacto social ex-ante ou ex-post, associados a planos

de intervenção na realidade, ganha cada vez mais destaque nas discussões sobre políticas públicas. Sua adequação justifica-se pela proposta ética e epistemológica que pressupõem, já que as metodologias qualitativas se fundam numa teoria sobre a produção do conhecimento social cujo pressuposto de base é o da atribuição de valor aos sujeitos na construção do conhecimento, que concerne ao dia a dia da vida. Nesse sentido, valida os conhecimentos que a sociedade, uma comunidade ou instituição tem sobre si mesma, e assim concebendo, propicia uma construção mais coletiva e democrática dos processos de avaliação. Possibilita, ainda, direcionar o olhar do analista para essa tensão implícita que está embutida nessas representações, o da tendência de reprodução de padrões, ou memória, mas também, o da possibilidade da criatividade emergindo dos processos de interação e comunicação. Conhecer para avaliar constitui hoje um processo aberto à discussão e à constante transformação, integrando comunidades e organizações em novas articulações de tempo e espaço, integrando também alternativas epistemológicas sob o signo da diferença.

Essa proposta de coordenação do GT surge na esteira dessa inversão cruzada entre o meu interesse pelas metodologias qualitativas, despertado pelo uso do recurso da narrativa durante o desenvolvimento do doutorado, com esse objetivo assumido por aquela pesquisa, que se propunha a monitorar o impacto das modificações da legislação sobre as práticas e os sentidos do trabalho junto aos técnicos do setor. A oportunidade de estabelecer essa articulação surgiu quando essa estratégia metodológica me pareceu válida para registro de posições em um campo onde se negociavam decisões sobre uma intervenção do setor elétrico junto a uma comunidade. Tratava-se do processo de negociação sobre o reforço técnico do sistema eletroenergético da Ilha de Santa Catarina, o qual gerou o estudo apresentado no mesmo GT. Essa ação levada adiante pela Eletrosul S.A. envolvia a população de um bairro atingido por um projeto de implantação de uma linha de transmissão e uma subestação de energia elétrica em Florianópolis. A escolha desse tipo de experiência nos desafiava a refletir sobre a temática, que ganhava atualidade e que se referia à possibilidade de consolidar canais de participação mais democráticos, em que estariam articulados, por um lado, os moradores dos locais atingidos e seus representantes (movimentos, associações comunitárias) e, por outro, técnicos de um órgão estatal (uma empresa estatal), em ações que diziam respeito à deliberação sobre bens públicos (energia elétrica). O processo de negociação coletiva iniciado entre esses atores se dava na fase da definição do trajeto final da linha de transmissão, a partir de várias alternativas apresentadas pelos técnicos da empresa estatal aos moradores das áreas atingidas. Resguardados os critérios dos especialistas no desenho dos vários traçados, o debate com a população se estabelecia sobre as escolhas entre essas alternativas apresentadas, uma vez que as opções previstas envolviam impactos socioambientais e patrimoniais diferenciados.

Intrigavam-nos algumas questões como as declinadas a seguir. É possível uma participação igualitária num fórum onde temos de um lado os especialistas, possuidores de um conhecimento técnico sofisticado, e de outro uma população de leigos, entre eles alguns com pouca escolaridade? É possível uma tradução diante desse desnível de

informação? Esse descompasso de saberes levará necessariamente ao determinismo da visão técnica? Qual a percepção dos técnicos sobre essa articulação de saberes?

A ferramenta conceitual e metodológica na qual apostamos nesse estudo, como possuidora de um potencial heurístico apropriado para esse tipo de objeto de pesquisa, foi o da narrativa. Partimos da premissa de que esta permite registrar, de forma estimulante, a complexidade de um processo social construído como um enredo de várias vozes. Ao estabelecer como fundamento epistemológico da construção do conhecimento sobre o social uma entrada hermenêutica, atribuindo-se valor às versões dos sujeitos de pesquisa, acreditamos que se podia contribuir com resultados de investigação mais abertos à discussão, somando com um viés mais democrático dos próprios processos de avaliação dos planos de intervenção na realidade.

Por último, não obstante a publicação seguinte não se relacionar diretamente às discussões sobre o setor elétrico, cabe ser inscrita também no âmbito das preocupações acima. Isto é, pressupõe a importância da democratização das políticas sociais e a necessidade de integrar as questões socioambientais nas decisões concertadas que envolvem riscos à população. O artigo publicado decorre dos estudos da tese de Rúbia dos Santos, *Sistema de Gestão de Risco e Política de Assistência Social: estudo de caso dos desastres socioambientais ocorridos em Blumenau/SC*, trabalho defendido em 2012 no PPGSP/UFSC.

Publicação de artigo em livro – SANTOS, Rúbia dos; ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. A política de assistência social no contexto do desastre: o caso de Blumenau/SC. In: VALÊNCIO, Norma (Org.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2012. V. III. p. 208-229.

A cidade de Blumenau (SC) tinha sofrido em 2008 um impacto de grandes proporções decorrente de uma combinação de cheias, enchentes e deslizamentos de terra que provocou várias mortes e deixou um grande número de desabrigados na região. Esses eventos tinham se repetido em várias ocasiões e, diante desse quadro de desastres, se considerou urgente identificar e descrever as posições e conflitos entre as diferentes entidades sociais e atores sociais que seriam responsáveis pela construção do Sistema de Gestão de Risco da cidade. Partia-se do pressuposto da importância da conexão e colaboração entre as entidades e atores sociais envolvidos na construção dessa gestão – gestores de políticas públicas e defesa civil, profissionais de serviço social, pessoas afetadas e lideranças comunitárias –, uma vez que a possibilidade de ocorrer uma negociação concertada entre as partes poderia evitar grande parte desses impactos. Por isso, era fundamental verificar em que medida os elos ou fluxos de serviços e ações que se mostrassem interrompidos ou ausentes poderiam ser fortalecidos e/ou conectados. Analisar as representações desse grupo de atores era essencial para entender como tinha se dado a tomada de decisões no momento do colapso do desastre. Conforme cunhado no tal artigo, “o problema vai muito além de uma solução de engenharia”, à medida que para se pensar em uma solução durável deve-se contemplar o Sistema de Gestão de Risco em seu conjunto, a fim de que seja mais efetivo.

Trajetórias de empreendedores excluídos de processos de seleção de incubadoras de base tecnológica

Com a pesquisa “Trajetórias de empreendedores excluídos de processos de seleção de incubadoras de base tecnológica”, de dezembro de 2007 a agosto 2011, eu ampliava minhas indagações sobre o tema da empregabilidade, voltando-me agora para profissionais que atuavam no setor de tecnologias da informação. Tratava de compreender mais uma vez como os profissionais traçavam seus percursos e estratégias de inserção no mercado. Esse desenho se assemelhava ao elaborado para a tese, na medida em que estaria analisando uma categoria de trabalhadores/empreendedores a partir de um evento que supostamente estaria indicando uma quebra de perspectiva, uma transição nas trajetórias. Afinal, esses excluídos de um processo de seleção de incubadoras de base tecnológica deveriam decidir os rumos a tomar em termos de inclusão no mercado a partir dessa interrupção ou suposta perda. Ou seja, entendendo que esse suposto fracasso poderia ser um bom marco para refletir sobre seus destinos.

Com o papel de destaque atribuído ao desenvolvimento das novas tecnologias para a economia dos países, desde a década de 1980 o Brasil procurou estimular o desenvolvimento das empresas tecnológicas por meio do sistema de incubadoras de base tecnológica. Até 2006 existiam aproximadamente 377 incubadoras nas várias regiões do país, 40% delas sendo de base tecnológica. Tal fato colocava o Brasil no terceiro lugar entre os países do mundo em número de incubadoras, atrás apenas dos Estados Unidos e Coreia do Sul. Apesar do reconhecido valor desse arranjo, a oferta de vagas nas incubadoras de base tecnológica sempre foi menor que sua demanda e muitos candidatos que concorriam com seus projetos, que consistiam em propostas de empreendimentos empresariais de produtos e serviços técnico-científicos, não tinham resposta positiva nos processos de seleção. Essas tentativas de inclusão fracassadas faria com que provavelmente esses trabalhadores/empreendedores assumissem trajetórias autônomas com desafios maiores para implementação das suas iniciativas.

Diante das possíveis dificuldades, eu pensava ser relevante criar um diagnóstico exploratório sobre suas experiências, identificando quais estratégias de atuação eram desenvolvidas para que se inserissem ou se mantivessem no mercado e quais eram suas percepções sobre as formas e possibilidades de desenvolvimento dos empreendimentos no setor tecnológico. Tratava-se de colocar em evidência suas formas de agir e de pensar, uma vez que deles supostamente se esperaria que correspondessem às demandas da invenção e inovação técnico-científica de aceitação do mercado. Tratava-se, também, de mapear as redes nas quais esses atores sociais estavam inseridos, o que permitiria identificar os vínculos que estabeleciam com indivíduos, com instituições e outras organizações. Isso, no intuito de mapear o efeito desses vínculos sobre o fluxo de recursos materiais, simbólicos, de poder, de informações, entre outros, para a viabilização (ou não) das iniciativas empresariais. Com esse duplo foco metodológico, pretendeu-se, por um lado, investir na análise de redes sociais e, por outro, fazer uso do recurso da narrativa para análise de trajetórias.

Com essa pauta de interesses de pesquisa, foram aprovadas inicialmente duas propostas de resumos em congressos:

ETCHEVERRY, Maria Soledad et alli. Empreendedores na encruzilhada. Trajetórias de inserção no mercado de candidatos não classificados em processos de seleção de incubadoras de base tecnológicas. *In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CONOCIMIENTO*, 2008, Santiago, Chile. Mesa 18: Pequeña y mediana empresa: integración, economía y sociedad. Disponível em: www.internacionaldelconocimiento.org/documentos/congreso2008/resumenes_ponencias_1_25.doc.

ETCHEVERRY, Maria Soledad; LANDRY, Bart. Empreendedores de base tecnológica em Florianópolis: trajetórias e redes. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 14., 2009, Rio de Janeiro. GT Sociologia Econômica. Disponível em: starline.dnsalias.com:8080/sbs/TrabalhoSite/visualiza_popup1.asp?IdAtividade.

Na sequência desse investimento inicial, somaram-se os resultados de estudos que foram fruto de parceria intelectual com Gabriel de Souza Bozzano. Atual professor da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Gabriel foi nessa época meu orientando, tanto no projeto de TCC, defendido em 2010 com o título *Onde foi parar o empreendedor? Sobre os sentidos do trabalho e empregabilidade dos candidatos para o Edital da Incubadora de Alta Tecnologia – Midi Tecnológico/SC*, como no mestrado, com a dissertação *Os sentidos do trabalho de TI pelos incubados no Midi Tecnológico/SC: a empregabilidade num mundo conexcionista*, defendida em março de 2013. Essa interlocução dá margem à elaboração de algumas produções conjuntas:

Publicação de resumo em anais – ETCHEVERRY, Maria Soledad; BOZZANO, Gabriel. O empreendedor de base tecnológica e seu território social: trajetórias laborais e redes sociais. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS*, 28., 2011, Recife. GT 18 – Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social. *Anais [...]*, Recife, 2011.

Publicação de artigo em anais e exposição oral no evento – BOZZANO, Gabriel; ETCHEVERRY, Maria Soledad. Rumo a práticas de empreendedorismo e inovação pelos incubados no Midi Tecnológico, SC. *In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE*, 8., 2014, Rio do Sul, SC. *Anais [...]*, Rio do Sul – SC, 2014. ISSN 2175-7313.

Publicação de artigo em anais e apresentação oral no evento – BOZZANO, Gabriel; ETCHEVERRY, Maria Soledad. Os sentidos do trabalho de TI pelos incubados no Midi Tecnológico/SC: a empregabilidade num mundo conexcionista. *In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA*, 29., 2015, Santiago, Chile. Grupo de Trabajo n. 1 – Ciência, tecnologia e inovação. *Anales [...]*, Santiago, Chile, 2015.

Nesse período tive também a oportunidade de participar da organização de dois dossiês da revista *Política & Sociedade*, do PPGSP/UFSC. O primeiro, organizado em conjunto com outros professores que integravam a linha de pesquisa Mundo do Trabalho no PPGSP/UFSC, que teve como objetivo oferecer uma reflexão sobre as

principais tendências da pesquisa política e sociológica acerca do mundo do trabalho. O perfil do dossiê compreendeu artigos relativos a esses temas, contando com artigos de reconhecidos autores nacionais e quatro colaborações internacionais.

Publicação de Dossiê – MÜLLER, Ricardo Gaspar; AUED, Bernadete W.; ORCHARD, MARIA Soledad Etcheverry; SOUSA, Fernando Ponte. Apresentação Dossiê “Atualidade do mundo do trabalho: tendências da pesquisa política e sociológica”. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 7, n. 13, out. 2008. ISSN: 1677-4140.

O segundo dossiê resultou de um encontro que reuniu, em maio de 2010, centenas de pesquisadores em Florianópolis durante o VII Workshop Empresa, Empresários e Sociedade²⁹. Evento do qual participei como membro da Comissão Organizadora, juntamente com meus colegas do PPGSP/UFSC, participantes como eu da linha de pesquisa Trabalho, Mercado, Estado e Sistema Financeiro. Nesse dossiê, dedicamos uma homenagem à memória da nossa querida colega Cécile Helene Jeanne Raud, também professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (UFSC), que nos deixou precocemente em 2009. Ela foi membro ativo na rede de pesquisadores sobre Empresa, Empresários e Sociedade e fazia parte da Comissão Organizadora do VII Workshop.

Os textos selecionados para compor esse trabalho aportaram com discussões atualizadas e amplas para tratar das relações entre o empresariado, o Estado e a sociedade em três países da América Latina: Brasil, Argentina e México. Foi uma cuidadosa seleção que ainda poderia ter incluído muitos outros trabalhos. Assim, com o intuito de acolher mais artigos que contribuíram com as discussões dos desdobramentos sobre a relação entre Estado, empresariado e ação dos empresários a partir da crise econômica de 2008 e suas consequências sobre a América Latina, a Comissão Organizadora resolveu prestigiar outros trabalhos com a edição de um novo livro.

Organização e publicação de dossiê – MINELLA, Ary; ETCHEVERRY, Maria Soledad; MICK, Jacques; GROS, Denise B.; IGLECIAS, Wagner; COSTA, Armando Dalla. Apresentação. *Política & Sociedade*, v. 9, n. 17, p. 7-12, 2010. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/1505/showToc. ISSN 2175-7984.

Organização e publicação de livro – COSTA, Armando Dalla; MINELLA, Ary; GROS, Denise B.; MICK, Jacques; ETCHEVERRY, Maria Soledad; IGLECIAS, Wagner (Org.). *Desenvolvimento e crise na América Latina: estado, empresas e sociedade*. Curitiba, PR: CRV, 2012. ISBN 978-85-8042-307-5.

Cabe destacar que esse período coincide com meu intenso envolvimento na graduação do curso de Ciências Sociais, lembrando que meu cargo como coordenadora se estende de 2007 a 2009. Na esteira dessa identificação com as temáticas da formação

²⁹ O evento, promovido pela rede de pesquisadores, foi organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC e contou também com apoio da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP e da UFPR, com recursos da UFSC, da CAPES e da FAPESC.

e do ensino, posso citar outras produções. Uma que merece registro é a conclusão da orientação de doutorado do Prof. Dimas de Oliveira Estevam, com sua tese defendida em 2009, *Os significados sociais e políticos da formação por alternância: um estudo de caso em duas experiências no estado de Santa Catarina*. Esse trabalho me estimulava porque refletia sobre um tipo de formação diferente daquela da sala de aula convencional e atendendo outros públicos. Na perspectiva dessa proposta pedagógica, os/as jovens passam uma semana em tempo integral no Centro de Formação e de duas a três semanas de volta à propriedade da família, aplicando na prática o que aprenderam na instituição. Sua proposta se entende como uma alternativa de educação no campo através da chamada Pedagogia da Alternância, que prevê novas formas de trabalho e produção voltadas para uma agricultura familiar sustentável, além de manter os/as jovens junto da família e de seu meio socioproductivo. Nesse processo de formação são desenvolvidas parcerias com organizações governamentais e não governamentais.

Outras produções voltadas ao ensino com outros públicos foram dois livros com conteúdos das Ciências Sociais para jovens trabalhadores da indústria e do comércio.

NUNES, Denise Crespo; ETCHEVERRY, Maria Soledad; NUNES, Mariana. *Organização industrial. Projeto Formare*. São Paulo: Fundação Iochpe, 2007. 368 p.

NUNES, Denise Crespo; ETCHEVERRY, Maria Soledad; NUNES, Mariana. *Organização comercial e serviços. Projeto Formare*. São Paulo: Fundação Iochpe, 2007. 384 p.

Ainda, outras duas produções também surgem na trilha desse interesse. Um livro voltado para o ensino das Ciências Sociais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas a Distância, em coautoria com a minha colega do Departamento SPO/UFSC Profa Márcia Grisotti, e uma publicação em anais de reflexões sobre as experiências com o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Sociais.

GRISOTTI, Márcia; ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. *Introdução às Ciências Sociais*. 2. impri. Florianópolis: UFSC/Departamento de Ciências Econômicas, 2011. 100 p. ISBN 978-85-89032-20-9.

ETCHEVERRY, Maria Soledad et alli. Apresentação do Curso de Ciências Sociais da UFSC e de resultados de experiências metodológicas na implantação do novo Projeto Político-Pedagógico. In: SEPEX, 7., 2008, Florianópolis. *Anais [...]*, Florianópolis, 2008.

Emprego verde e inclusão social, estudo de caso no setor elétrico brasileiro.

Uma trajetória de escolhas acadêmicas

As considerações que faço a seguir dizem respeito ao relatório que intitula “Emprego verde e inclusão social, estudo de caso no setor elétrico brasileiro. Uma trajetória de escolhas acadêmicas”, como resultado dos estudos para o projeto “Emprego Verde e inclusão social: estudo de caso no setor elétrico brasileiro” (Plataforma Notes – UFSC – Protocolo n. 2012.0076), ambos documentos anexados neste Memorial. Essa

pesquisa, projetada para o período de 2012 a 2015, se propôs investigar o debate travado em torno dos “*Green Jobs*” (sinergia entre emprego, energia e meio ambiente), entendida essa noção como uma forma sustentável de inclusão social. Visto como um dos tópicos fundamentais que se colocavam como desafio no âmbito da Rio +20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada entre 13 e 22 de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro, registrava-se que esse tema tinha sido focado largamente no setor de energia e que a politização do debate havia ficado evidente em relação à seleção de critérios para avaliação dos resultados por parte de muitos analistas: tecnologias para produção de energia elétrica (renováveis ou não renováveis) *versus* criação de postos de trabalho³⁰. Tendo esse tema por base, a proposta do projeto foi verificar como esses chamados “empregos verdes” estavam sendo pensados ou praticados no âmbito do setor elétrico brasileiro, quais seriam as percepções de técnicos e especialistas sobre o assunto e quais seriam as manifestações/ações registradas, referentes às suas distintas experiências tecnológicas para produção de energia.

O projeto original, proposto em fevereiro de 2012, se me afigurava como muito promissor, uma vez que além de investigar um assunto tão inovador e legítimo em termos sociais e ambientais, vinha também ao encontro de algumas pesquisas anteriores na minha trajetória acadêmica, como as discussões sobre o tema da empregabilidade. Isso reforçava meu interesse para procurar compreender essa sinergia em torno dos empregos verdes no setor elétrico e iniciar a trajetória investigativa de mapear as discussões correlatas, como as que remetiam diretamente para a noção de trabalho decente/digno e a da Responsabilidade Social Empresarial – RSE.

Transcorridos mais de vinte anos desde o início das reformas no setor elétrico, que ocorreram massivamente ainda na década de 1990, pode-se perceber que esse processo de privatização teve impactos profundos sobre o trabalho no setor e que se prolongaram nas décadas seguintes (Gomes, 2002; Dieese, 2001; Weishaupt; Lyrio, 2005). A redução drástica de postos de trabalho, a terceirização e o aumento de acidentes no setor eram fatos significativos. Registrava-se, ainda, que mais da metade da força de trabalho do setor elétrico não estava empregada nas empresas detentoras da concessão para exploração da atividade devido às terceirizações.

Por outro lado, surgiam as novas agendas políticas que pressionavam o setor a incorporar pautas mais solidárias, sustentáveis e transparentes. Tanto os empregos verdes, como a sua indissociável dimensão enquanto trabalhos decentes ou dignos, ou a agenda da RSE deveriam sinalizar a partir desse setor alguma forma de correspondência. Tratava-se, portanto, de verificar possíveis resultados em relação a essas possíveis pautas inovadoras.

Assim, para estruturar o desenho dessa investigação se fazia necessário discorrer sobre essas noções. Entendi que enquanto representam agendas políticas, elas

³⁰ *Rio 2012 Issues Briefs – UNCSO Secretariat*, n. 7, p. 1, November 2011.

necessariamente se definem em processo, pois fruto de deliberações e controvérsias. As noções vão ganhando um formato delineado pela própria confrontação com essa dimensão política e a necessidade de adequação empírica, dada a própria necessidade de estabelecer critérios de identificação para quantificar e valorar as suas ações. Tendo esse entendimento, o relatório foi dividido em seis sessões, cada uma representando o que interpretei como sendo definições em uma trajetória de escolhas acadêmicas.

1. Definições na trajetória: os empregos verdes

O informe conjunto assinado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela Organização Internacional de Empregadores (OIE) e pela Confederação Sindical Internacional (CSI), de setembro de 2008, intitulado *Green Jobs: Towards Decent Work in a Sustainable, Low-Carbon World* (Empregos verdes: em direção ao trabalho decente em um mundo sustentável com baixas emissões de carbono) (UNEP/ILO/IOE/ITUC, 2008), foi considerado “[...] o primeiro relatório abrangente sobre a emergência de uma *economia verde* e seu impacto sobre o mundo do trabalho no século XXI”. Esse comentário consta do citado informe, publicado em português em 1º de dezembro de 2009. Afirma-se nesse documento:

Empregos verdes são aqueles que reduzem o impacto ambiental de empresas e de setores econômicos para níveis que, em última análise, sejam sustentáveis. [...] Os empregos verdes desempenham um papel crucial no sentido de reduzir os impactos ambientais da atividade econômica. Essa redução é gradual e diversos empregos contribuem para esse fim em diferentes níveis. [...] A noção de emprego verde não é absoluta, já que envolvem muitas “tonalidades” de verde e o conceito evoluirá ao longo do tempo. [...] Uma economia sustentável não pode externalizar custos ambientais e sociais. [...] Os empregos decentes e verdes vinculam o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (erradicar a extrema pobreza e a fome) ao sétimo (garantir a sustentabilidade do meio ambiente), fazendo com que apoiem um ao outro e não se contradigam (p. 5).

No documento da OIT (2013) denominado *Relatório V – Desenvolvimento sustentável, trabalho digno e empregos verdes*, que surge da Conferência Internacional do Trabalho realizada em Genebra no ano de 2013, argumenta-se que é fundamental que as dimensões da problemática ambiental, social e do trabalho digno sejam tratadas de forma integrada, sendo elementos indissociáveis.

Por essas breves considerações, pode-se perceber como o panorama em torno dessa noção de empregos verdes foi ganhando consistência e visibilidade na agenda política do momento. Desde a origem, como podemos ver no documento de 2008, a noção dos *green jobs* se entrelaça intimamente com a de trabalho digno. Ainda, comenta-se que se tratava de uma noção em aberto, “não é absoluta”, como firmado nesse mesmo documento. Isso porque ela foi ganhando contornos mais precisos na medida em que a problemática a ela associada (trabalho decente + desenvolvimento sustentável) ganhava visibilidade social e, assim, vai sendo descrita e identificada nas

suas várias “tonalidades de verde. Isto é, nas suas particularidades e às vezes com suas ambiguidades e até contradições. Esse último comentário ganha sentido ao relacioná-lo ao argumento de que nem toda atividade no âmbito da economia verde incorpora, por exemplo, o trabalho decente, ou vice-versa. Existindo varias combinações possíveis, e no limite, nem uma nem outra dessas condições está presente.

É fundamental destacar que a missão à qual se propõem essas agendas não é precisamente simples, longe disso, dado que o trabalho decente, e por extensão os empregos verdes, se constituem agendas tripartites, isto é, envolvendo representantes de governos, de organizações de empregadores e de trabalhadores. Os seja, tanto a sua definição como sua visibilidade social dependerá dos resultados dessas disputas no campo de embates de interesses.

2. Definições na trajetória: trabalho decente/digno

O foco na temática do trabalho decente era outro dos meus interesses de investigação, já que o cenário inquietante que se apresentava ao mundo do trabalho, devido aos processos de precarização, flexibilização e desemprego crescente, em grande parte associado também à gestão pela terceirização, requeria identificar perspectivas que fossem na contramão dessas tendências. A literatura apontava que o processo de globalização e liberalização dos mercados tinha estabelecido um vácuo institucional na regulação do estatuto do trabalho em âmbito mundial e, para resistir a esses desafios impostos pela “era da desertificação neoliberal” (Antunes, 2005), a Organização Internacional do Trabalho introduzira o conceito de trabalho decente. A perspectiva da OIT seria, portanto, a de assumir uma posição de enfrentamento a essa metamorfose do emprego. Juan Somavia, diretor da OIT na época, definiu trabalho decente como: “Trabalho com justa remuneração, realizado em condições adequadas, em regime de liberdade, equidade e segurança, capaz de permitir ao trabalhador e à trabalhadora, bem como a suas famílias, uma vida digna e saudável” (ILO, 1999). Na Agenda do Trabalho Decente da OIT são declinados os quatro objetivos estratégicos do trabalho decente: geração de mais e melhores empregos, promoção dos direitos do trabalho, fortalecimento do diálogo social e extensão da proteção social.

O conceito de trabalho decente (ou digno) designa uma agenda política com propostas de desdobramentos nas relações de trabalho, da mesma forma que o de emprego verde. Sobre essas nomenclaturas (trabalho decente e trabalho digno), caberia aqui o comentário de que em vários textos encontrados elas são tratadas como sinônimas, inclusive cheguei a identificar o comentário de que “trabalho digno” é utilizado em Portugal, diferentemente de no Brasil, cujo termo mais habitual é “trabalho decente”. No entanto, Rosenfield (2011), em um artigo intitulado *Trabalho decente e trabalho digno; cidadania e direitos humanos*, argumenta que: “O trabalho decente estaria para a cidadania, assim como o trabalho digno estaria para os direitos humanos”. No meu estudo, não obstante, as noções foram tratadas de forma indiferenciada, suspendendo naquele momento esse interessante debate.

Cabe lembrar que assim como a noção de emprego verde, a de trabalho decente também é fruto de embates oriundos de uma agenda tripartite: “Como em um jogo de disputas pelas classificações legítimas, o termo e sua aplicação indicam um espaço de relações de poder, uma autêntica luta de classes” (Jacques; Santos; Orchard, 2015). Acompanhando argumentos baseados no mesmo estudo, identificam-se distintas posições sobre a noção de trabalho decente, conforme os vários atores nesse campo.

3. Definições na trajetória: responsabilidade social empresarial (RSE)

Na tentativa de tecer o itinerário para o objeto de estudo, esse diálogo com a agenda da responsabilidade social empresarial (RSE) também se apresentou como um investimento válido. Entendo que ao lidar com a possibilidade de identificar como essa dimensão dos empregos verdes penetra (ou não) no setor de energia elétrica no Brasil, requeria compreender o que se propõe nesse tipo de discurso e como se manifesta empiricamente.

Registra-se que “só a partir do início da década de 1990 algumas poucas empresas passaram a levar a sério esta questão e divulgar, sistematicamente, em balanços e relatórios sociais, as ações realizadas em relação à comunidade, ao meio ambiente e ao seu próprio corpo de funcionários(as)” (IBASE, 2008, p. 16).

Estudos informam também que uma das formas de adesão à pauta dos direitos no trabalho incorporados em modelos de RSE eram as denúncias.

O debate sobre a chamada responsabilidade social das empresas emerge concomitantemente às denúncias realizadas pela mídia impressa e televisiva de ações de desrespeito às legislações trabalhista e ambiental por parte de grandes corporações. Organizações multinacionais criam departamentos internos de RSE associados ao gerenciamento da reputação das marcas e monitoramento de riscos sociais e ambientais relacionados aos efeitos não previstos da deslocalização produtiva e formação das cadeias produtivas globais (CPGs) (Jacques; Orchard, 2014).

Mas o que seria responsabilidade social para o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)? No manifesto de princípios sobre a responsabilidade social das empresas, como um imperativo da sua existência, o sociólogo Cândido Grzybowski (diretor do IBASE à época) sustenta:

Responsabilidade empresarial é reconhecer o caráter de patrimônio insubstituível das empresas como base da economia de uma sociedade que busca ser democrática, que valoriza sua cidadania e usa de forma sustentável a natureza, sem comprometer gerações futuras. O saber fazer empresarial – organizar e fazer funcionar uma empresa supõe enorme criatividade, ousadia e base científica e técnica, não desperdiçando recursos humanos, materiais e econômicos, para não levar à destruição da própria empresa como organização da sociedade – é um enorme bem social. Que tal empresa seja capitalista, também, não é desculpa para praticar a irresponsabilidade (IBASE, 2008, p. 12).

Observa-se que as disputas a partir de distintos pontos de vista também aparecem no caso da RSE, e isso é percebido no estudo de Jacques, Santos e Orchard (2016, p. 3): “Entende-se aqui que o marcante da concepção de RSE é sua amplitude, característica que contribui também para a imprecisão do conceito e o jogo de lutas conceituais acerca do fenômeno”. As autoras entendem que do ponto de vista das ciências de gestão, a RSE é um modelo de gestão organizacional porque as empresas precisam operar nos mercados. Ou seja, trata-se aqui de uma perspectiva eminentemente pragmática. Contudo, na década de 2000, é informado que a Comunidade Europeia delineia definições mínimas e estratégicas para as empresas no *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a Responsabilidade Social das Empresas* (2001). Esse documento incorpora a perspectiva de que a responsabilidade social das empresas é fundamental para o crescimento econômico sustentável, a geração de melhores empregos e a coesão social. Ou seja, trazendo a ideia da agência social da empresa em estreita vinculação com sua agência econômica, de rentabilidade e lucratividade.

A controvérsia, portanto, se expressa nesse gradiente de posições sobre o peso das agências. Identifica-se uma posição, como a do IBASE, que define sua missão enquanto uma organização que se guia pelo princípio da “cidadania ativa”. O compromisso, afirma seu diretor, “é com a de uma democracia incluyente, política e, ao mesmo tempo, social, na qual todas as relações e processos devem ser democráticos, justos e sustentáveis” (IBASE, 2008, p. 10).

No extremo oposto do espectro temos a posição ortodoxa do economista Milton Friedman (1970), como lembrado em Jacques, Santos e Orchard (2016, p. 3):

Para o autor, a única responsabilidade legítima das empresas é a maximização dos lucros em favor dos proprietários e acionistas. A geração de lucros dentro das regras da concorrência e do mercado corresponderia à única função social das corporações, e qualquer ação desviante corresponderia a um comportamento irresponsável da alta gerência.

Sobre esse gradiente de posições, na perspectiva de que “a RSE remete a um espaço aberto”, Jacques e Orchard (2014) também opinam. Elas afirmam no seu artigo que alguns autores compreendem a RSE como um processo de legitimação do capitalismo (Boltanski; Chiapello, 1999; Castillo, 1998). Outros como um quadro de “*soft regulation*” que promove novas exigências (Freeman; 1984; Crane et al., 2008; Ruggie, 2013). Além disso, as práticas corporativas apresentam ambiguidades e lógicas contraditórias, porque haveria empresas comprometidas com a RSE que estão associadas com o trabalho precário, baixos níveis de qualidade de vida, comércio injusto e desigualdade de poder. Ou seja, como agenda política, a Responsabilidade Social Corporativa também constitui um campo bourdesiano onde se deflagram os agentes que o integram: o campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (Bourdieu, 2004, p. 22-23).

Nessa trilha da RSE e da sua prática associada dos balanços sociais, Azevedo e Cruz (2008, p. 54) registram, em relação à análise dessas práticas para o setor elétrico

do Brasil, o marco histórico da criação em 1996 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por meio da Lei n. 9.247, antecedida pela aprovação da Lei n. 8.987/95 – Lei das Concessões, com a finalidade de promover a mediação, regulação e fiscalização das atividades do setor. Esse órgão propõe a partir desse momento o direcionamento para a condução das atividades do setor elétrico no Brasil. Assim, a Aneel, como órgão responsável pela regulação, a partir do exercício de 2001, determinou a elaboração do Balanço Social, utilizando o modelo IBASE como padrão. Diante do fato de que as atividades desenvolvidas por empresas do setor elétrico têm impactos sociais e ambientais significativos, essa exigência de publicação dos balanços sociais na esteira do modelo IBASE, que estabelece como princípios a transparência e a responsabilidade social e ambiental como imperativos, representa um avanço significativo em prol dessas formas de desenvolvimento éticas e políticas do debate internacional contemporâneo. Mas nem todas são flores no ambiente do setor elétrico.

4. Definições na trajetória: o setor elétrico na trilha das reformas

Apontei anteriormente como as reformas no setor elétrico haviam impactado os trabalhadores. Analisando os dados cunhados por um estudo do Dieese (2010, p. 16), destaca-se que o nível de terceirização do setor elétrico atingiu 58,3% da força de trabalho. O mesmo estudo aponta também o dado sugestivo de que, conforme se organizam os dados dos trabalhadores com base no controle acionário das empresas, um percentual de 50,2% do total da força de trabalho está nas empresas públicas e 64,7% nas privadas. Esse dado reforça a tese de que as públicas terceirizam menos que as privadas, contudo o estudo também afirma que essa tese não pode ser aplicada de forma direta e absoluta, pois haveria exceções. Nesse caso, destaca os dados do Centro-Oeste, que tem 71% da mão de obra concentrada em áreas de concessão de empresas públicas (Dieese, 2010, p. 7-8). Registra-se, ainda, que haveria uma influência marcante dos serviços terceirizados nas estatísticas de acidentes de trabalho no setor elétrico brasileiro, uma vez que os indicadores de acidentes apurados com trabalhadores terceirizados são piores do que 20 ou 30 anos atrás, quando a prevenção de acidentes no Brasil ainda era incipiente (Dieese, 2010, p. 11). Esta última afirmação decorre de registros de um relatório de 2008 produzido por uma das principais fontes de dados sobre acidentes fatais do trabalho no setor elétrico brasileiro³¹. O relatório do Dieese conclui, após analisar acidentes fatais ocorridos em 2006, 2007 e 2008, que a incidência de mortes por acidente de trabalho foi maior entre os terceirizados em nível nacional, regional, e por segmento de atividade. Dados que permitiriam concluir um maior risco de morte por acidente de trabalho associado ao segmento terceirizado da força de trabalho no setor elétrico brasileiro (Dieese, 2010, p. 15).

Para além desses elementos referidos, a terceirização é vista também como uma estratégia patronal de desmobilização dos trabalhadores e fragilização da representação sindical (Druck; Borges, 2002). Os trabalhadores terceirizados ficam mais vulneráveis,

³¹ Fundação Coge. Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro. Relatório 2008.

pela dificuldade de aderir a pautas coletivas organizadas, sujeitos como estão a um maior controle político devido a sua maior instabilidade laboral e ao medo de possíveis perseguições. Em vista dessas mudanças do setor e das possibilidades que se colocam para seus trabalhadores, justificava-se minha inquietação por investigar como o setor estaria reagindo e abrindo-se para essa nova agenda que pregava o trabalho decente, com sua inflexão que apontava para a relação com a economia verde. Isto é, os empregos verdes.

As empresas que atuam no setor elétrico brasileiro desenvolvem essa atividade sob o regime de concessão, permissão ou autorização. Dessa forma, exercem uma função intermediária entre o Estado, promotor de serviços públicos, e o usuário, consumidor desses serviços. Por tratar-se de um serviço que representa um bem público, apesar de muitas empresas fazerem parte do setor privado, se considera que o compromisso com a responsabilidade social deve ser mais amplo, por isso mesmo as críticas são também duras. Conforme avaliação de Goldemberg e Lucon (2007, p. 14-15):

O novo modelo do setor elétrico é baseado em simulações de computador que partem de premissas equivocadas, o que claramente não está funcionando como mostram os últimos “leilões de energia” amplamente discutidos na imprensa. Um dos resultados perversos desses leilões foi o de que a maioria da energia comercializada é de usinas térmicas, o que não só deve encarecer a energia, como vai agravar problemas ambientais. Em outras palavras, o “novo modelo” do setor elétrico está levando o país a abandonar sua vocação natural que é o uso de seu abundante potencial hídrico, uma energia mais limpa e renovável. Dessa forma, é claro o contraste entre a sustentabilidade ambiental e as alternativas que o “novo modelo” privilegiou em nome da urgência. [...] Construir usinas a carvão, uma fonte altamente poluente, tornou-se um bom negócio no país. [...] Parece claro, portanto, que o Brasil está na contramão da história, já que o resto do mundo vem procurando alternativas para diminuir a participação de fontes poluentes na matriz energética.

O autor conclui nesse estudo de 2007 que o Brasil possui uma forte base hidráulica em sua matriz elétrica e que o estímulo a outras fontes de energias renováveis é ainda incipiente. Isso, se comparado à média mundial, apesar dos esforços feitos pelo governo federal por meio do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Eletricidade (Proinfa). Esse programa foi criado pela Lei n. 10.438/2002, cujo objetivo é aumentar a participação de fontes alternativas renováveis (pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas e empreendimentos termelétricos a biomassa) na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão ou distribuição.³²

Pode-se argumentar que hoje as demandas que pressionam o setor elétrico se entrelaçam, não somente com os desafios para dar resposta a essas três formas de sustentabilidade – Sustentabilidade Ambiental, Sustentabilidade Social e Sustentabili-

³² Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/proinfa>. Acesso em: 20 set. 2020.

dade Financeira (Tendências regulatórias do setor elétrico brasileiro, 2014) – mas elas não incorporam a amplitude e intensidade das problemáticas levantadas pelas agendas políticas contemporâneas dos empregos verdes, dos trabalhos decentes e da responsabilidade social empresarial. Esta última, sempre e quando compreendida nos moldes do IBASE e seus indicadores de balanço social, não nos moldes exclusivos da lucratividade e rentabilidade ao estilo Friedman.

5. Ainda o setor elétrico: alguns percursos metodológicos na tradução das fontes

Diante da nova pesquisa, que se debruçava outra vez sobre o setor elétrico, mas com as pautas do emprego verde, do trabalho decente e da RSE, justificava-se minha grande expectativa por procurar identificar como essas transformações estariam sendo visualizadas pelos protagonistas dessa história de reformas. Para isso, o primeiro propósito foi entrevistar algumas pessoas que eu identificava como informantes-chave no âmbito do setor elétrico. Assim, dei início aos trabalhos de campo. Após realizar as três primeiras entrevistas, ainda em 2012, constatei que nenhuma das pessoas que eu tinha escolhido cuidadosamente, porque já conhecia desde a época das entrevistas realizadas em 2002 – e por isso conhecia seus predicados como informantes qualificados para o setor –, nenhuma delas conhecia o termo empregos verdes e tampouco tinha muita familiaridade com a noção de trabalho decente. Assim, o diálogo não fluiu satisfatoriamente, não entendiam bem o propósito em investigar algo que eles/as não identificavam como tendo uma materialidade no setor, esses discursos não tinham ressonância. O que, sim, chegava a essas pessoas eram os discursos sobre energias renováveis, sustentabilidade ambiental, energia solar, painéis fotovoltaicos, energia eólica, entre outras denominações que surgem para essas atividades ou tecnologias no âmbito da discussão sobre uma matriz limpa e sustentável que já fazia parte da linguagem familiar a esses especialistas.

Entendo agora alguns dos porquês desse domínio dos termos técnicos, e a não familiaridade com as noções dos empregos verdes e trabalhos decentes. Mas, naquele momento, esses percalços me fizeram desistir dessa estratégia metodológica. Afinal, não fora somente uma pessoa a quem procurei, mas três especialistas experientes. Concluí, portanto, que se elas não tinham podido colaborar comigo para trazer as informações e interpretações de que eu precisava naquele momento, dificilmente outros informantes o fariam.

Sei, agora, que até então o emprego verde era ainda um “problema sem nome” e assim também acontecia com o trabalho decente. Embora já existissem informações sobre essas agendas desde 1999 (trabalho decente) e 2008 (empregos verdes), e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada de 13 a 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro, tivesse dinamizado enormemente os debates sobre sustentabilidade, as agendas voltadas para as questões sociais ainda eram pouco visíveis para a população. Isso, pude constatar posteriormente a partir das outras estratégias metodológicas implementadas. Uma delas foi a da pesquisa bibliográfica, a outra consistiu em fazer uma pesquisa hemerográfica

exploratória em arquivos online publicados em site de notícias do setor de energia. Foi uma possibilidade para contornar as limitações já esclarecidas.

Com esse objetivo foi escolhido um banco de dados online com registros de publicações de uma agência de notícias que veiculava diariamente informações relacionadas ao setor de energia e sustentabilidade. Dado que sua proposta pareceu bastante consistente e profissional, seja pelo tipo de informações selecionadas, como pela forma como apresentava os conteúdos de cada notícia, decidi por escolher essa fonte. Tratava-se, afinal, de um recorte do panorama do setor, visto a partir de um de seus atores, a mídia especializada, dando cobertura ao período que interessava à nossa pesquisa. Assumi, portanto, os riscos inerentes a essa escolha, sabendo das limitações, no intuito de verificar como estava sendo noticiado o setor. Tratava-se do site Ambiente Energia. Meio Ambiente, Sustentabilidade e Inovação, que foi mapeado através do link RH Verde, oferecido entre outras opções aos leitores.

O período selecionado para essa busca se estendeu de fevereiro de 2010 (precisamente, 8/2/2010, por corresponder à primeira data em que se registra uma notícia no RH Verde), até novembro de 2014 (precisamente, 5/11/2014). Isso porque novembro foi o último mês do ano de 2014 em que se registraram informações nesse site, isto é, antes da data de término do meu projeto (16/1/2015). A coleta de dados demandou uma tarefa bastante minuciosa, uma vez que foram 67 páginas com registros de notícias, cada uma contendo em média 10 matérias.

Evidentemente esses registros do site de notícias incorporam o viés de quem constrói a versão da realidade sobre esse mundo direcionando seu foco para “tecnologias, inovações para economia verde, consumo sustentável e geração renovável”. Ou seja, tem a perspectiva da instituição que lhe atribui sua marca e dos próprios profissionais que coletam as informações com base em certos critérios de classificação, alguns mais objetivos e regulares, enquanto outros podem ser bastante subjetivos e mais contingentes. Ciente dessas limitações, a história do setor de energia, ou do setor elétrico, é contada a partir dessa mídia especializada. Assim, uma das versões que é sugerida a partir dos registros é que o setor de energia tem criado incentivos em prol das iniciativas inovadoras e sustentáveis. Isso com base em algumas variáveis criadas a partir desses registros: publicações que remetem diretamente à Rio+20; notícias que envolvem premiações; notícias que de alguma forma aludem, direta ou indiretamente, aos empregos verdes, aos decentes ou a ações relativas à responsabilidade social e ambiental corporativa nos setores de energias renováveis e, entre estas, diretamente no setor elétrico. No que diz respeito a esse último recorte, o levantamento ainda denota uma postura tímida do setor de energia, não obstante esses temas em foco (EVs, TD e RSE) não deixem de ganhar certa relevância nessa seleção feita pela mídia, curiosamente aparecendo de forma muito mais acentuada nos anos que vão de 2010 a 2012. O que pode estar relacionado, mais uma vez, à influência da iminência da realização da Rio+20

O que mais aparece em relação à RSE são os tópicos que se relacionam à capacitação dos profissionais por parte das empresas, vários dando ênfase à conexão

com as universidades corporativas. Trata-se de capacitar e qualificar seus profissionais, mas parece que a tônica é buscar sintonia com o desenvolvimento do mercado e das novas tecnologias. Ou seja, apontando para uma postura mais pragmática do que propriamente ética. Ainda, há notícias referindo-se de forma genérica a algo definido como “dimensão social” ou “responsabilidade social”, nesse escopo que se supõe de práticas de sustentabilidade. Mas nem tudo parece restringir-se a essa orientação vaga ou pragmática, já que existem interessantes referências que dialogam de perto com as agendas dos empregos verdes e/ou trabalhos decentes, mesmo que não necessariamente usando as nomenclaturas da OIT. Por exemplo, as notícias sobre a criação do Código de Ética Único pelo Sistema Eletrobrás; os canais de empregos verdes; as referências aos estudos e cartilha sobre empregos verdes; os propósitos de algumas premiações. Ou seja, o setor das energias renováveis, com destaque para o setor elétrico, que é o que mais comparece nesse tipo de categoria dos “RH verdes”, não se isenta de abordar esses temas, apesar de ainda de forma tímida comparativamente às expectativas dessas agendas. Afinal, a maior incidência de notícias nos sites especializados prioriza a divulgação sobre projetos, eventos e ações voltadas para aspectos eminentemente técnicos e para o mercado. Antes de ser um bem social a energia seria uma mercadoria?

6. Algumas considerações finais sobre a agenda política dos empregos verdes, trabalho decente e RSE

Neste tópico trago à baila uma discussão sobre a validade ou não de se utilizarem conceitos que remetem a indicadores de painel para avaliação de políticas sociais. Alguns autores chamam atenção para a importância de se considerar a dimensão empírica da fundação do conceito de trabalho decente, o que acredito válido também para a noção de empregos verdes. Essa é a posição de Sehnbruch et al. (2015), referida no artigo *Human Development and Decent Work: Why some Concepts Succeed and Others Fail to Make an Impact*. Para fundamentar sua argumentação, os autores recorrem a um pesquisador³³ especialista na história das estatísticas das Nações Unidas, o qual identifica três fatores que determinariam o sucesso ou fracasso de um indicador. Esse especialista conclui que “somente os indicadores que são metodologicamente simples e fáceis de entender, que sintetizam poucas variáveis, e que são comparáveis internacionalmente, têm sucesso” (Ward, 2004 apud Sehnbruch et al., 2015, p. 217).

Segundo esses autores, a OIT falharia ao conceituar e medir o trabalho decente e por isso essa noção teria um impacto público limitado em termos das políticas:

[...] Enquanto a OIT propõe indicadores de painel, que sem dúvida são mais sofisticados, eles também são demasiado complexos para serem comunicados ao público em geral. [...] A operacionalização empírica da abordagem do trabalho decente é provavelmente seu ponto de maior controvérsia. Dada sua natureza tripartite, é extremamente

³³O estudo ao qual se referem é de Michael Ward. *Quantifying the World: UN Ideas and Statistics*. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

difícil para a OIT atingir consenso sobre um indicador sintético único (Sehnbruch et al., 2015, p. 217, livre tradução minha).

A argumentação dos autores traz ao cerne da discussão o entendimento da dimensão política dessas agendas e pensa ser possível neutralizar esse território, mas será que isso é realmente possível ou desejável, mesmo com indicadores “mais simples”? Provavelmente não, haja vista que todas essas discussões sobre tais noções remetem a questões contemporâneas de fundo e que por si mesmas são controversas.

Hoje vive-se uma crise multidimensional e sistêmica, que expõe fortes relações entre as dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e individuais. Os objetivos que a OIT assume, por meio das agendas do trabalho decente e dos empregos verdes, procuram contribuir para atender a requisitos dos desafios postos pela crise atual, apesar das suas limitações e controvérsias. Inclusive, cabe argumentar que a concepção assumida em relação ao próprio trabalho decente (e aos empregos verdes) precisa incorporar princípios gerais, porque tem de ser flexível o suficiente para ser aplicada em diferentes culturas e contextos econômicos.

Sobre esse último comentário, me aproprio dos argumentos de Derauty e Mac Millan (2012), cujo estudo se propõe a examinar criticamente a noção de trabalho decente e argumentar que inclusive o conceito de trabalho sublinhado ainda é muito restrito. Ou seja, não somente assumindo a importância da flexibilidade, mas indo além, visando incorporar a ideia de bem-estar individual, isto é, o trabalho como algo ainda mais amplo. Esses autores dizem haver uma brecha séria no trabalho decente: trata-se da falta em considerar “o lado poético do trabalho”, o trabalho como “atividade com sentido”, o conteúdo do trabalho em uma definição de justiça alargada.

Após essas considerações, como defender o argumento de neutralizar indicadores que se propõem a tentar preservar a continuidade entre as esferas econômica, social, ambiental e, como Derauty e Mac Millan (2012) alertam, inclusive também para a dimensão cultural e individual? Esse vínculo não pode interromper-se no nível cognitivo, como o têm feito sociólogos e economistas ao formar suas disciplinas diferentes, isolando as respectivas esferas. Compreendendo que o mundo do trabalho, do mercado e da economia imbrica-se com conteúdos que estão sendo gestados ou difundidos em outras esferas, como, por exemplo, entre as relações familiares, as relações étnicas, as de gênero, as diversidades associada às deficiências, entre outras, como deixar de reconhecer a validade dessa tentativa de incorporar no âmbito de um indicador, por exemplo, ao estilo do trabalho decente, ou dos empregos verdes, ou do balanço do IBASE, essas dimensões?

Como foi argumentado anteriormente, o pragmatismo do setor elétrico, sofisticado em termos tecnológicos e devendo corresponder aos imperativos do mercado, tem ao mesmo tempo, diante das agendas da sustentabilidade social e ambiental e as exigências da legislação, o desafio de desenhar novas estratégias e estreitar o diálogo com essas agendas contemporâneas.

Outras produções relativas ao projeto de pesquisa “Emprego verde e inclusão social, estudo de caso no setor elétrico brasileiro. Uma trajetória de escolhas acadêmicas”

Publicações

- JACQUES, Caroline da Graça; ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. Trabalho decente e dignidade do trabalhador na agenda política do sindicalismo brasileiro. *In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA – ALAS*, 29., 2013, Santiago, Chile. *Anales* [...], Santiago, Chile, 2013.
- JACQUES, Caroline da Graça, SANTOS; Maria João N.; ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. Responsabilidade social das empresas, trabalho decente e acordos marco internacionais: um estudo de caso do setor têxtil. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 15, n. 33, p. 160-192, 2016. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n33p160. ISSN 2175-7984.
- JACQUES, Caroline da Graça, SANTOS, Maria João N.; ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. Responsabilidade social das empresas e trabalho digno nas cadeias globais de valor. O caso do Acordo Marco Internacional da INDITEX. *In: SANTOS, Maria João N. dos; SEABRA, Fernando M. (Coord). Gestão socialmente responsável: repensar a empresa – teorias, contextos e práticas*. Lisboa: Ed. Sílabo, 2015. p. 196-215.
- JACQUES, Caroline da Graça, ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry; SANTOS, Maria João N. Cadeias Produtivas Globais, Redes Sindicais e Trabalho Decente: alcances e limites dos Acordos Marco Internacionais. *In: CONGRESO ALAS COSTA RICA*, 2015, San Jose de Costa Rica. GT 17 – Reestructuración productiva, trabajo y dominación social. *Anales* [...], San Jose de Costa Rica, 2015.

Congressos

- JACQUES, Caroline da Graça, ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. Decent Work and Corporate Social Responsibility: Contemporary Debates about Human Rights and Paternalism in Organizations in Brazil and Portugal. *In: XVIII ISA WORLD CONGRESS OF SOCIOLOGY – Facing an Unequal World: Challenges for Global Sociology*. RC – 30 – Sociology of Work Contemporary Dynamics of Paternalism. Yokohama, 13 a 19 de julho, 2014.
- JACQUES, Caroline da Graça, ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. A moda ilegal das *sweatshops*: precarização do trabalho e escravidão na cadeia produtiva têxtil. *In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*. Grupo de Trabalho 33 – Sociologia Econômica, 20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS).

Leituras do mundo do trabalho

O projeto “Leituras do Mundo do Trabalho”, previsto para o período de abril de 2014 a julho de 2015, foi idealizado como uma atividade conjugada entre pesquisa e extensão. O projeto foi uma criação em parceria com Laura Senna Ferreira, professora da Universidade Federal de Santa Maria desde 2015, a qual, entre outubro de 2013 e agosto de 2015, cumpriu seu período de estágio de pós-doutorado no PPGSP/UFSC.

A proposta consistia em fazer uma atualização das leituras e aprofundamento do debate de obras e autores da Sociologia do Trabalho. Nós avaliamos que essa parceria seria uma excelente oportunidade para promover também, junto a alunos/as do curso de Ciências Sociais e do PPPGSP/UFSC, de profissionais da comunidade externa à UFSC, com destaque para professores de Sociologia do Ensino Médio da rede pública de Florianópolis, SC³⁴, essa experiência de uma leitura crítica do mundo do trabalho. Assim, o projeto pretendeu colocar-se também enquanto prática pedagógica.

Tínhamos algumas indagações que nos estimulavam nesses debates: Quais são algumas das principais matrizes interpretativas que comparecem nessas obras? Quais argumentos aproximam e distanciam os autores do campo? As leituras diferenciadas estão relacionadas à posição dos autores com respeito à teoria social? Essas eram algumas das perguntas norteadoras do projeto de pesquisa que os objetivos deveriam abarcar. Ou seja, a partir da análise comparativa entre as obras e autores da Sociologia do Trabalho, buscar-se-ia identificar suas matrizes teóricas e estabelecer diferenças e filiações entre as diferentes abordagens. Isso permitiria trazer também para a discussão tópicos envolvendo as suas interfaces, tais como: identidade; trajetórias ocupacionais; gênero; classes sociais; flexibilização; precarização; trabalho decente; empreendedorismo; novas tecnologias e formas de trabalho; globalização e trabalho; formas de resistência, entre outros temas que surgissem diante das demandas do próprio grupo.

Desenhando o problema de pesquisa

A crise do padrão taylorista-fordista de produção resultou, a partir dos anos 1970, na busca empresarial por um novo modelo tecnológico e organizacional. Entre as consequências do nascente modo de acumulação estiveram o aumento dos índices de desemprego, a precarização do trabalho e o retrocesso do movimento sindical (Harvey, 1992). Nesse momento, em resposta às lutas sociais, que se constituíram em diferentes partes do mundo no final dos anos 1960 (Braga, 2009), a classe empresarial se reorganizava, como demonstra o toyotismo, de modo a assegurar maiores níveis de competitividade e produtividade.

Identificamos que as leituras acerca dessas transformações diferiam, conforme a perspectiva assumida pelos autores. Assim, para alguns dos estudiosos, o novo contexto estaria dando lugar ao “fim da centralidade do trabalho” (Gorz, 1982) ou a “novos sentidos do trabalho” (Antunes, 2005); a uma sociedade da “acumulação flexível” (Harvey, 1992) ou da “especialização flexível” (Piore; Sabel, 1984); a uma sociedade “pós-industrial” (Kumar, 1997) da “era da informação” (Castells, 2007), ou a uma sociedade do “cibertariado” (Huws, 2009), entre outras leituras possíveis.

Nas tradições sobre a teoria social, a categoria “trabalho” recebeu primazia entre os autores clássicos da Sociologia, que estavam preocupados em compreender a

³⁴ O interesse de integrar nessa atividade os professores de Ensino Médio da rede pública se daria por meio do Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia (Lefis), ao qual ambas tínhamos vinculação na época.

constituição e a dinâmica da sociedade moderna. Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920) pensavam o trabalho não apenas como categoria-chave para entender as relações de produção, mas como a principal forma de integração social. Esse legado dos clássicos foi crucial para a formação da Sociologia do Trabalho como campo que tem por premissa que, a partir do trabalho, é possível analisar a sociedade de modo mais amplo.

Argumenta-se que a Sociologia do Trabalho se consolidou como campo específico da ciência entre os anos 1940 e 1960 (Sorj, 2000). Não obstante essa área tenha uma trajetória diferenciada, dependendo dos contextos históricos nos quais surge e se desenvolve. Na América Latina, principalmente no caso brasileiro, observa-se que o seu surgimento e consolidação ocorreram por volta dos anos 1950/1960. Naquele momento, a preocupação central dos estudiosos era com a questão da industrialização, da modernização e do projeto nacional. Os fundadores do campo tinham o propósito de entender as transformações que decorriam da passagem da sociedade rural para a urbana, da economia agrária para a industrial e, nesse novo contexto, a formação da classe trabalhadora (Abramo, 1999). A mesma autora registra que nos anos de 1970/1980 a Sociologia do Trabalho Latino Americana, com destaque para o Brasil, tinha como tema central a questão da ditadura *versus* a democracia. Era imperioso analisar o autoritarismo no espaço de trabalho e as formas de contestação que se constituíam na empresa, nos sindicatos e nas mobilizações coletivas por direitos trabalhistas e sociais, e contra os regimes ditatoriais. Os autores, além da análise dos sindicatos, passaram a conceber a fábrica como espaço político e as vivências no trabalho como fundamentais para a constituição da identidade e das práticas de resistências dos trabalhadores. Também, lançava-se um olhar para além dos muros das fábricas, como no caso dos estudos envolvendo as questões de gênero.

Nos anos 1980/1990, a Sociologia do Trabalho é afrontada pela crise do fordismo e taylorismo e pela emergência de novos modelos de empresas. O problema da globalização e do desemprego passa a ocupar os sociólogos da área. Em muitos dos casos, ocorreu, nos estudos, um deslocamento da análise do âmbito do trabalho para o da empresa, que foi considerada o ator principal, provocando um obscurecimento do trabalho. É nesse período que muitos dos autores, na onda do que ocorria na Europa, afirmaram a tese do “fim da centralidade do trabalho” (Offe, 1989).

Ao mesmo tempo que alguns intelectuais idealizavam o “fim do trabalho”, numa via contrária outros indicavam a necessidade de analisar sua heterogeneidade, considerando dimensões como trajetórias ocupacionais, desemprego, segmentação, precarização, entre outros aspectos. Observou-se também que, nesse campo investigativo, não havia uma única tendência, mas um “consenso frouxo” (Lautier, 2000), principalmente depois dos processos de reestruturação produtiva, intensificados a partir dos anos 1990.

As interpretações diferenciadas sobre essas transformações demandavam uma atenção específica no sentido de uma sociologia da própria Sociologia do Trabalho. Assim, o projeto justificava-se pela importância de se compreender as maneiras pelas

quais, em diferentes momentos históricos, em especial no caso das mudanças no mundo do trabalho contemporâneo, os autores trazem leituras distintas da realidade social.

Atividades de extensão vinculadas ao projeto de pesquisa “Leituras do Mundo do Trabalho”

Metodologia

Foram realizados encontros quinzenais precedidos pelas leituras dos textos estabelecidos com base nos módulos definidos pelas coordenadoras do projeto e algumas sugestões dos participantes. Além da literatura especializada da Sociologia do Trabalho, foram também realizadas algumas discussões mediadas por filmes que retratavam o mundo do trabalho no cinema.

Resultados do projeto de extensão

Módulos debatidos no 1º semestre de 2014: Unidade I – Reflexões sobre o campo da Sociologia do Trabalho; Unidade II – Fundamentos da Teoria Social e do Trabalho; Unidade III – As transformações do trabalho na sociedade contemporânea.

Módulos debatidos no 2º semestre de 2014: Unidade IV – Reestruturação produtiva, flexibilização e empreendedorismo; Unidade V – Mercado de trabalho, desemprego e desenvolvimento local/regional; Unidade VI – Trajetórias laborais e identidades.

Apresentação de *banner* na SEPEX – UFSC/2014.

Módulos debatidos no 1º semestre de 2015: Unidade I – Trabalho em suas novas modalidades: o caso do trabalho imaterial e outras manifestações; Unidade II – Trabalho e empreendedorismo; Unidade III – Precarização e trabalho decente; Unidade IV – Autogestão e economia solidária.

Publicações do período

Artigos completos em revistas nacionais indexadas

FERREIRA, Laura Senna; ETCHEVERRY, Maria Soledad. Gestão eficiente, tecnologia moderna e trabalho arcaico: a indústria de conservas de frutas e hortaliças no pampa gaúcho. *História & Perspectivas*, v. 29, n. 55, p. 153-179, set. 2016. ISSN 0103-409X. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35890>.

FERREIRA, Laura Senna; ETCHEVERRY, Maria Soledad. A doçura da fruta e o fel do conflito laboral: sindicato dos trabalhadores da indústria de conservas de Pelotas (RS). *Revista Em Debate*, Florianópolis, v. 17, p. 127-146, 2017. ISSN 1980-3532. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-3532.2017n17p127>.

Trabalhos completos apresentados em congressos internacionais

FERREIRA, Laura Senna; ETCHEVERRY, Maria Soledad. As transformações do trabalho e a ascensão do ideal do empreendedorismo: uma comparação dos casos dos mecânicos automotivos e dos trabalhadores em Tecnologia da Informação. *In: IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS. GT 27: Perspectivas y Estudios del Trabajo en las Sociedades Latinoamericanas*. UFPEL,

Pelotas, Rio Grande do Sul, 18 a 21 de novembro de 2014.

FERREIRA, Laura Senna; ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. Trabalhadores empreendedores e novos modelos de subjetividade: os profissionais da tecnologia da informação. *In: VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS DEL TRABAJO*, Buenos Aires, Argentina, 3 a 5 de agosto de 2016.

HARTMAN, Jennifer Morel; ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. Redes e ciberativismo no mercado de trabalho: a rede Transempregos e a articulação entre ativistas trans. *In: VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS DEL TRABAJO*, Buenos Aires, Argentina, 3 a 5 de agosto de 2016.

Trabalhos completos em anais de congresso

COIMBRA, Melissa Gabriela Lopes Barcellos; ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. As trabalhadoras da indústria têxtil-vestuarista de Jaraguá do Sul – SC: conflitos étnicos e a precarização do trabalho. *In: ANAIS DO III SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS*, 3. 2014, Londrina. GT 1 – Juventudes, Trabalho e Gênero no Contexto da Reestruturação Produtiva. Coord. Angela M. de Sousa Lima e Angélica Lyra de Araújo. *Anais [...]*, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. ISSN 2177-8248.

FERREIRA, Laura Senna; ETCHEVERRY, Maria Soledad. Entre *tabletse scanners* automotivos: jovens e empreendedorismo nos casos dos mecânicos e dos profissionais da tecnologia da informação. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 17., 2015, Porto Alegre. GT 32 – Sociologia e juventude: questões e estudos contemporâneos. *Anais [...]*, Porto Alegre, 2015. ISSN 2236-6636

Capítulos de livros

FERREIRA, Laura Senna; ETCHEVERRY, Maria Soledad. A centralidade do trabalho na interseção entre indústria e serviços mecânicos e a cadeia da reparação automotiva. *In: FERREIRA, Laura Senna; ETCHEVERRY, Maria Soledad (Org.). Leituras do Mundo do Trabalho: um olhar sociológico*. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2015. p. 139-163. ISBN 978-85-68267-17-2.

FERREIRA, Laura Senna; ETCHEVERRY, Maria Soledad. Entre *tablets* e *scanners* automotivos: jovens e empreendedorismo nos casos dos mecânicos e dos profissionais da tecnologia da informação. *In: CACCIA-BAVA, Augusto; SEVERO, Mirlene Simões (Org.). Juventude nas sociedades em crise*. Frutal, MG: Prospectiva, 2016. p. 377-412. ISBN 978-85-5864-072-5.

FERREIRA, Laura Senna; ETCHEVERRY, Maria Soledad. Metamorfoses do trabalho e empreendedorismo: uma correlação entre os mecânicos automotivos e os trabalhadores em tecnologias da informação. *In: ROBERTT, Pedro et al. (Org.) O novo espírito do capitalismo no sul: paralelismos e contrastes*. Pelotas: Editora UFPel/FAU – Fundação de Apoio Universitário, 2017. p. 151-172. ISBN 978-85-517-0014-3.

Organização de livro

FERREIRA, Laura Senna; ETCHEVERRY, Maria Soledad (Org.). *Leituras do Mundo do Trabalho: um olhar sociológico*. Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2015. 204 p. ISBN 978-85-68267-17-2. [Versão online ISBN 978-85-68267-16-5].

Mundo do trabalho no cinema: uma leitura sociológica

A pesquisa proposta para o período que se estende de agosto de 2015 a julho de 2017 se desenvolveu na esteira de interesses surgidos durante o projeto “Leituras do Mundo do Trabalho”, quando em alguns dos encontros que realizamos para discutir os módulos das leituras com os participantes do grupo apreciamos também algumas obras filmicas que versavam sobre temas que aludiam a essas questões do campo. Foi didático e inspirador poder trazer a arte para perto da sociologia.

“Se é divertido, deve valer a pena” – essa é uma regra que, segundo Howard Becker (2009, p. 7), ele formulou cedo na sua vida porque sempre pensou que estava aprendendo coisas interessantes quando frequentava teatros, cinemas ou lia obras de ficção e jamais pensou que as Ciências Sociais tivessem o monopólio do conhecimento sobre o que se passa na sociedade. No entanto, provavelmente por força da sua formação e hábito da profissão, as ideias que lhe ocorriam quando via projetos fotográficos, documentais ou filmes também migravam para seu pensamento sobre ciências sociais. Essa profícua relação que Becker estabelece nessas circunstâncias perfila o entendimento que o autor sustenta sobre “falar sobre a sociedade”. Do seu ponto de vista, o analista tem de estar atento para abrir os olhos a uma esfera ampla de possibilidades representacionais, produzidas por distintas comunidades interpretativas.

Concordando com essa perspectiva, esse estudo teve como propósito realizar um estudo exploratório sobre filmes que envolvessem aspectos como a empregabilidade, empreendedorismo, gênero, trabalho doméstico e novas subjetividades. Esses foram, entre outros, temas relevantes para a Sociologia do Trabalho, que tinham ganhado destaque a partir dos anos 1990, período a partir do qual se intensificam os processos de reestruturação produtiva contemporâneos. Foi prazeroso mergulhar um pouco nas metamorfoses do trabalho traduzidas pela cinematografia.

No nosso caso, enquanto usuários/as dessas obras cinematográficas, elas eram relatos que representavam matéria-prima para nossas próprias construções. Isto é, para responder às questões de pesquisa que os autores das obras originais não se propuseram. Perguntas que surgem dos interesses da Sociologia do Trabalho que postula o trabalho como locus privilegiado na constituição das relações sociais. Uma categoria sociológica-chave para entender não apenas o mundo da produção, como também a própria sociedade, descobrindo as relações sociais em torno desses processos, recuperando os atores sociais na sua complexidade e diversidade (Abramo, 1999).

Trata-se, enfim, de conectar biografias pessoais e contextos históricos socioculturais, essa promessa que está no coração da imaginação sociológica de Wright Mills (1965)³⁵ e que a conexão entre a sociologia e a arte pode auxiliar a atingir. Esse caráter relacional que a arte mantém com a realidade é o que motiva a investigação

³⁵ A edição original da obra de Wright Mills *The sociologist imagination* data de 1959, publicada pela Oxford University Press, New York.

acerca da expressão das transformações do trabalho conforme representadas no cinema a partir de 1990.

Ao pensar em ficção, não podemos deixar de frisar a importância que para nós assume nessa pesquisa o diálogo com a teoria das representações sociais. É uma teoria a respeito da produção de conhecimento social, envolvendo a construção e transformação do conhecimento social em relação a diferentes contextos sociais. Trata-se de identificar como uma comunidade (grupo social) re-presenta um dado objeto social atribuindo-lhe significado, especialmente ao conhecimento produzido em e pela da vida cotidiana. Contra a ideia de que o conhecimento produzido na vida cotidiana é distorcido e errôneo, a teoria trata de recuperar o *status* epistemológico vinculado ao senso comum e “compreender as compreensões” que expressa. Para Moscovici (2005), “representações sociais são modos de criar o mundo”.

A exploração fílmica

Apresento a seguir dois casos (filmes) que são exemplares; não são típicos, já que sua representatividade não é estatística, mas são expressivos do campo de possibilidades objetivas das realidades diversas de vivência no trabalho contemporâneo e que se efetivam por intermédio dos investimentos subjetivos retratados pelos personagens. Não se trata de histórias reais e sim ficções, mas a fronteira entre ambas se dilui. Isso se entendemos, conforme Becker (2009, p. 126), que “levamos a obra a sério, em parte porque ela pretende nos dizer algo que não sabíamos antes sobre algum aspecto de sociedade”. Além disso, porque uma parcela importante dos efeitos dos enredos “repousa em nossa crença de que eles nos dizem a verdade, ainda que caricaturada”. Essa argumentação com a qual o autor nos brinda refere-se a romances escritos, mas pode ser perfeitamente apropriada para a interpretação de segunda mão dos filmes e dar conta dos objetivos da pesquisa. Os filmes:

A criada – La Nana. Chile, 2009 – 1h55. Data de lançamento no Brasil: 12 de abril de 2013. Direção: Sebastián Silva; Roteiro: Sebastián Silva, Pedro Peirano. Elenco: Catalina Saavedra, Claudia Celedón, Andrea Garcia-Huidobro, Mariana Loyola, Alejandro Goic. Prêmios: Satellite Award de Melhor Filme Estrangeiro. Indicações: Prêmio Globo de Ouro – Melhor Filme Estrangeiro.

Que horas ela volta? – Brasil, 2015. Direção: Anna Muylaert; Roteiro: Anna Muylaert. Elenco: Regina Casé, Helena Albergaria, Camila Márdila, Karina Teles, Lourenço Mutarelli, Michel Joelsas. Exibido no Festival de Sundance 2015, onde Regina Casé e Camila Márdila ganharam o Prêmio Especial do Júri na categoria Interpretação de Cinema Mundial. Selecionado para o Festival de Berlim 2015.

Por que escolhemos entre as obras que identificamos na nossa exploração dois filmes que falam sobre trabalhadoras domésticas? Nossa resposta foi a oportunidade. Não somente a oportunidade de comparar obras que aludem ao mesmo tema, mas, sobretudo, porque as discussões sobre o trabalho doméstico comparecem na literatura da Sociologia do Trabalho como uma reflexão inovadora e fecunda nesse campo. A

perspectiva teórica que mostra a relevância da conexão das dimensões de gênero e trabalho demanda uma revisão do conceito de trabalho e sua necessária ampliação.

Segundo esclarecem Hirata e Kergoat (2007), isso se dá na esteira do conceito de “divisão sexual do trabalho” no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista. As autoras afirmam que esse termo tinha uma ambição maior que o de denunciar desigualdades: sob o impulso do movimento feminista, tratava-se nem mais nem menos de repensar o “trabalho”. O ponto de ancoragem dessa ambição era a ideia de que o trabalho doméstico era um “trabalho” e que, portanto, a definição deste deveria obrigatoriamente incluir aquele. E, ainda, completam: “Assim, pouco a pouco, caminhamos para uma definição não mais centrada na valorização do capital, e sim naquilo que alguns chamaram de ‘produção do viver’” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 596). Ou seja, a crítica apontava a limitação de sustentar uma representação social de esferas separadas, entre a produção e a reprodução. O próprio conceito de trabalho tinha de ser reformulado, para libertá-lo do “paletó estreito de sua compreensão capitalista”, dando origem a uma linha de pesquisas sobre as formas e significados do cuidar. Nessa esteira de reflexões inovadoras era pertinente trazer à visibilidade as empregadas domésticas (na sua maioria mulheres).

Maria Cristina Maneschy (2013) afirma que, como categoria de trabalhadoras, as empregadas domésticas sempre foram historicamente e mesmo fisicamente invisíveis, uma vez que desenvolvem suas tarefas geralmente de modo solitário, nas “áreas de serviço” das residências. No seu estudo esta autora coloca a importância e atualidade dos estudos sobre cuidados, porque ao mesmo tempo que questionam a fundo o sistema econômico e sua lógica, ao mesmo tempo enfatizam as injustiças baseadas no gênero e na classe social. Assim fazendo, ela afirma que essas pesquisas “Desvelam um componente ideológico do sistema econômico, aquilo que Nancy Fraser (1997) denominou de “ordem social de gênero”, a qual se exprime na forma como na sociedade se organizam/separam os cuidados, as categorias sociais que deles se ocupam prioritariamente e as políticas sociais correspondentes” (Maneschy, 2013, p. 211).

Escolhemos então o tema do emprego doméstico na esteira dessas discussões, que são inovadoras e centrais à Sociologia do Trabalho.

Trabalho de cuidado: uma nova versão para o trabalho doméstico

Na mesma época que haviam sido selecionados os filmes que retratavam as empregadas domésticas, uma chamada no Facebook, que ficou publicada por pouco tempo e logo depois foi retirada, surpreendeu pelo oportuno do seu discurso ideológico.

O texto era sobre a busca por “mais do que uma babá, uma pessoa que ‘trabalhe’ na minha casa”. Essa pessoa deveria “[...] ser pau para toda obra, ter percepção do que precisa ser feito e fazê-lo, seja parte do seu trabalho ou não [...] alguém que não esteja contando as horas e sim perceba isso como uma oportunidade de morar em Floripa sem custo e compartilhar da vida de 3 mulheres lindas, que têm muito a ensinar, aprender e

compartilhar”. A pessoa que postava a chamada se autodefinia como “coach, empreendedora digital, escritora, nômade etc.”.

Nesse texto nos chamou atenção a sobreposição de registros nos quais a ambiguidade se organiza em um discurso atrativo que naturaliza certos apelos. Trata-se de um discurso exemplar, em que se aludia à ideologia do empreendedorismo traduzida para o trabalho de cuidado. Um trabalho que não é “trabalho”, mas um apelo à aventura, um investimento criativo e sem hora e, mais, um bom negócio, de “morar em Floripa sem custo”. Com ares de liberdade e de juventude, “Adorar brincar, passear na natureza, ir à praia, fazer coisas na rua, pegar sol”, onde as distâncias entre o trabalho e o lazer se diluem. Uma grande oportunidade para não ser desperdiçada: “Pessoas muito mais qualificadas e educadas do que a melhor babá que eu possa encontrar por aqui podem ter interesse nessa oportunidade”. Ou seja, ainda mais, um currículo que pode ser enriquecido com essa experiência, já que é para pessoas especiais. Um discurso em linha que lembra essa nova ideologia do trabalho do empreendedorismo, em que o lugar de trabalho não é mais visto como espaço da exploração, mas como *locus* de interações humanizadas (Ferreira; Etcheverry, 2014).

O texto do Facebook nos pareceu emblemático dessa postura ambígua que cola no trabalho doméstico (trabalho agora sem aspas), mas nesse caso particular surpreendente, por solicitar trabalho sem salário, sem contrato, sem definição de horas, sem descanso. Uma viagem “sem custo”, de retorno à “casa grande”?

O trabalho doméstico remunerado sempre incluiu tais ambiguidades. Isso transparece nitidamente em ambos os filmes. Embora os autores retratem as relações de trabalho doméstico de mulheres em dois países distintos da América Latina, Brasil e Chile, as representações do cotidiano dessas relações se assemelham significativamente. Em ambos os filmes são histórias de mulheres que dedicaram vários anos da vida ao trabalho de cuidado remunerado para famílias de classe média abonadas.

A Raquel do filme *La Nana* trabalha há 23 anos na casa dos seus patrões e acaba de fazer aniversário de 41 anos. Ou seja, desde os 18 anos dedicou cada dia da sua vida aos cuidados da família Valdés. Por seu lado, Val, empregada doméstica em uma família rica de São Paulo, teve destino semelhante, são 13 anos que trabalha naquela casa. À diferença da primeira, Raquel, que é solteira, Val tem uma filha que deixou pequena em Pernambuco aos cuidados de familiares, para poder ganhar o dinheiro e sustentá-la. Ano após ano mandou esse dinheiro para a filha.

O destino de mulheres pobres que emigram para a cidade grande é compartilhado por ambas. Raquel também veio muito jovem do norte do Chile, não deixou filhos, mas sim a mãe e seus parentes. A história de ambas as trabalhadoras reflete esse quase confinamento a que se veem sujeitas após morar durante anos na casa das famílias que as contratam. São muitos os anos de dedicação em que vivem a vida dos outros como se fosse a da sua família. A ambiguidade é o que define melhor a posição dessas trabalhadoras. Por um lado, têm os afetos e a proximidade do compartilhamento cotidiano, são verdadeiras mães, amigas, “paus para toda obra”. Por

outro, a distância social em momentos se manifesta e torna explícita a condição da diferença social e da subalternidade. São pequenos gestos, mas decisivos, que conduzem à recomposição hierárquica, quando a ambiguidade cede terreno à distância social. A divisão de classes se imprime sempre na divisão dos espaços nos dois filmes.

Adriana Piscitelli (2016) registra que “nas análises recentes sobre domesticidade, essa categoria é considerada um lugar de poder, imersa em processos regulatórios e na produção de economias morais nos quais estão envolvidas diferentes instituições” (Goodfellow; Mulla, 2008 apud Piscitelli, 2016).

Segundo a socióloga do trabalho e do gênero Danièle Kergoat (2016), é importante trazer a definição de “cuidado” dada pelo colóquio internacional Teorias e Práticas do Cuidado, realizado em Paris em junho de 2013, já que ela se vê interpelada por esse novo campo, particularmente pela desconstrução do conceito de trabalho.

O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, podemos defini-lo como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem (Kergoat, 2016, p. 17).

Nesse processo de redefinições, o trabalho de cuidado, segundo a autora, “pode ser considerado o paradigma dessa produção do viver”. Contudo, esclarece que embora essa forma de entendimento confira dignidade ao trabalho doméstico, seja tanto o gratuito como o remunerado, não pode ser obscurecido o fato de que se trata também de um trabalho não qualificado, mal pago, não reconhecido, que geralmente é provido por mulheres que normalmente não têm opção de deixar de fazê-lo. Lembra que essas mulheres situam-se na condição de dominadas na tríplice confluência das relações sociais de gênero, raça e classe. Completa sua avaliação, concordando com Hochschild (2004), de que essas provedoras do cuidado estão em condições precárias e são paradigmáticas da sociedade global. Trata-se, segundo a autora, de uma

globalização na qual se vê o desenvolvimento – e falo agora do *estatuto do emprego* – de formas híbridas de exploração (Galerand; Gallié, 2014), a saber, relações de trabalho nas quais o trabalho não é “nem realmente gratuito” nem “plenamente assalariado e proletário”, retomando as palavras de Jules Falquet (2009)” (Kergoat, 2016, p. 19, grifo da autora).

Em artigo, Jules Falquet (2016, p. 38) lança uma questão interessante:

[...] se o assalariamento/profissionalização das atividades “femininas” no contexto da globalização neoliberal permite um progresso para as mulheres (e para quais delas), ou se ele simplesmente organiza uma nova forma de obtenção de seu trabalho no prolongamento das lógicas patriarcais, além de racistas-coloniais e classistas anteriores.

O mesmo autor também comenta que muitos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) importam mão de obra feminina para atender particulares e empresas, ou para cuidar de idosos, doentes ou crianças para “aliviar” as esposas “nacionais” que exercem atividades remuneradas. Existiria um processo de apropriação coletiva das mulheres empobrecidas. Falquet busca em outras autoras (Ehrenreich; Hochschild, 2003 apud Falquet, 2016) o argumento do surgimento de três figuras de “mulheres globais”, frequentemente migrantes: as babás, as faxineiras e as trabalhadoras do sexo.

Ou seja, haveria uma internacionalização da reprodução social. Segundo o mesmo autor: “A situação das mulheres não privilegiadas por sua posição de ‘raça’ e de classe, as quais constituem a maioria da classe das mulheres e a parte dessa classe mais afetada pela globalização, deve ser colocada no centro da análise” (Falquet, 2016, p. 43) Justifica-se, portanto, trazer para o centro da análise as empregadas domésticas, pelo viés agora da centralidade dos cuidados – elas aparecem agora mais visíveis, dando margem ao ganho de maior reconhecimento e respeito, fruto de tantas reivindicações e lutas sociais.

Compartilhando saberes: experiências de extensão

Dentre os diversos projetos de extensão desenvolvidos em minha trajetória profissional, destacarei somente a participação no projeto intitulado Laboratório Interdisciplinar de Ensino de Filosofia e Sociologia (Lefis), no período de 2013 a 2015 como participante e, de 2016 a 2019, como coordenadora.

Considero o Lefis uma ótima ideia. Criado em 2003, em 17 de outubro de 2016 foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica entre a Universidade Federal de Santa Catarina e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SED/SC), dando continuidade à parceria interinstitucional que já vinha se desenvolvendo desde sua criação. Objetivos: a) Promover e realizar atividades de ensino, por meio de projetos específicos de extensão como cursos de capacitação e de atualização para professores de Filosofia e Sociologia da Rede Estadual de Ensino e para alunos dos cursos de licenciatura de Ciências Sociais e de Filosofia da UFSC; b) Desenvolver metodologias de ensino e produção de material didático por meio de experiências concretas de ensino na Rede Estadual de Ensino; c) Promover, organizar e incentivar a publicação de livros, cadernos de Filosofia e Sociologia de autoria de professores da Rede Estadual, de universidades e/ou outros, com elaboração dirigida ao Ensino Médio; d) Promover eventos que possibilitem a participação de professores e alunos da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino e alunos das licenciaturas da UFSC, tais como seminários, oficinas e exposições; e) Constituir e disponibilizar um acervo bibliográfico e uma biblioteca digital em rede eletrônica com conteúdo de Filosofia e Sociologia para uso de professores e alunos da Rede Estadual de Ensino e alunos e professores dos cursos de licenciatura; f) Disponibilizar infraestrutura adequada de acesso para atendimento de alunos e professores das escolas do Estado de Santa Catarina.

Não obstante o importante papel social que essas disciplinas têm a cumprir, a Sociologia e a Filosofia sofrem um abalo no seu reconhecimento institucional ao se retirar sua obrigatoriedade da grade curricular do Ensino Médio. Isso requer um esforço redobrado de um projeto como o Lefis para trazer um suporte oportuno aos professores e professoras do Ensino Médio atuantes nessas disciplinas, no sentido de contribuir com o desenvolvimento da sua vontade educacional, colaborar com a sua intervenção formativa qualificada e com uma maior visibilidade e reconhecimento institucional dessas matérias.

As atividades de extensão do Lefis integram muitas pessoas. No período em que participei como coordenadora tivemos a contribuição de alunos/as de graduação do curso de Ciências Sociais, pós-graduandos/as, professores/as, mestres/as e doutores/as, principalmente da UFSC, mas também de outras universidades da região. Além da participação destacada de Ms. Sabrina Shultz, professora do quadro da SED/SC disponibilizada por essa entidade para atuar junto ao laboratório, e de Kelly Vieira Meira, bacharel em Ciências Sociais, ambas com uma presença fundamental na mobilização de esforços em torno do projeto. Todas as pessoas que se envolveram

generosamente – porque de forma voluntária – com cada uma das atividades do Lefis no período em que estive na coordenação têm seu nome, e os respectivos projetos aos quais foram vinculados, disponíveis de forma detalhada no Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão (Sigpex) da UFSC e podem ser consultados.

Visando oferecer um panorama das atividades do Lefis ao longo desses quatro anos, segue uma relação de contribuições compartilhadas com a comunidade. O principal foco das ações de extensão foram professores/as de Ensino Médio, mas em várias oportunidades atingimos outros públicos da região, haja vista o compromisso social do laboratório e a vocação da Sociologia e da Filosofia para contribuir com uma consciência bem informada sobre temas que afligem a vida de todos nós e, na esteira desse reconhecimento, por vezes fomos convocados/as para colaborar também com instituições locais.

2016 – Minicurso “Filosofia da Tecnologia”; Minicurso “Discutindo Política e Sociologia a partir da Literatura”; Minicurso “Como debater gênero e sexualidade na escola”; Curso: “Introdução ao pensamento de John Dewey”.

2017 – Evento: “O fim da Polícia?”; Curso “O audiovisual aplicado ao conhecimento interdisciplinar”; Curso “Filosofia da Tecnologia”; Curso “Interpretação, natureza e intencionalidade. O pensamento reflexivo como guia no processo pedagógico nas *Humanidades*”; Curso “As potencialidades pedagógicas da Sociologia da educação: discutindo estratégias de ensino no EM a partir de pesquisas recentes na área”; Curso “Escola: da skholè à crise?”; Curso “Filosofia e questões de gênero”; Curso “Sociologia Política, cinema e subjetividade social”; Curso “Sociologia Política: Estado e neoliberalismo”; Curso “Discutindo Política e Sociologia a partir da Literatura”.

2018 – Curso “Cinema, Trabalho e Educação”; Curso “Ceticismo e Informação”; Curso “Filosofia da Tecnologia”; Curso “Interpretação, natureza e intencionalidade”; Palestra “Mito da democracia racial e racismo no futebol”; Curso “Leitura, contação e formação de histórias filosóficas para educação infantil e ensino fundamental”; Curso “Biopolítica e modernidade em Foucault”; Curso “Reformulação e construção de verbetes na Wikipédia para professores do ensino fundamental e médio”; Curso “Filosofia e questões de gênero”; Curso “Cinema, terrorismo de Estado e conflitos sociais”; Curso “Sociologia Política: o golpe neoliberal de 2016 e as consequências sociais”; Palestra “Refletindo sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): uma abordagem sociológica”; Curso “A Sociologia das Conflitualidades na educação básica: violências, gênero/sexualidades, racismo e direitos humanos”; Curso “Marx: 200 anos, o legado marxiano”.

2019 – Curso “Sensibilização em boas práticas e humanização do SUS/população LGBT+ no contexto da saúde”; Oficina “Sensibilização, reconhecimento e reflexão sobre as violências sofridas pelas pessoas LGBT+ no contexto da educação”; Oficina “Sensibilização, reconhecimento e reflexão sobre as violências sofridas pelas pessoas LGBT+ no contexto da assistência social”; Curso “Ensinando Sociologia e Política com o jogo de cartas ‘Agência’”; Oficina “Formação continuada de professores: alguns desafios e problemas no ‘chão’ da sala de aula em Sociologia”; Curso “Os estudos sociológicos no

campo da deficiência e a integração social”; Palestra “Santa Catarina no contexto da ditadura civil-militar: Comissão Estadual da Verdade e Escola Técnica”; Palestra “A ditadura civil-militar e seus reflexos na atualidade”; Curso “Teoria marxista – Módulo I: concepção, princípios e o sistema filosófico do materialismo histórico-dialético”; Curso “Teoria marxista – Módulo II: ontologia do ser social e a teoria sociológica”; Curso “Sensibilização, reconhecimento e reflexão sobre as violências sofridas pelas pessoas LGBTQ+ no contexto de saúde”; Oficina “Contra a síndrome do preconceito: é direito saber direito”; Palestra “Filosofia e democracia: conhecimento e ignorância”.

Ainda em 2019, entre outras atividades, o Lefis integrou a comissão local para organização do VI Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), realizado nas dependências da UFSC – nesse evento foi responsável também pela exposição e avaliação dos painéis/*banners* e promoveu duas rodas de conversa. No mesmo ano também integrou-se ao “GT Educação” do Instituto Memória e Direitos Humanos, da UFSC, contribuindo na construção e organização das atividades do instituto voltadas à formação dos professores e estudantes da rede pública de ensino.

Além dessas atividades, e correspondendo às metas estabelecidas no Acordo, ao longo desse período a página *web* do Lefis foi constantemente atualizada com notícias e informações relevantes aos/às professores/as de Filosofia e Sociologia; foi desenvolvido um banco de dados destinado aos/às professores/as, para auxiliá-los no planejamento de aulas; organizada a biblioteca física e atualizada a biblioteca virtual.

Conforme consta nas plataformas de registro da UFSC, foram desenvolvidas outras atividades de extensão, muitas das quais já comentadas neste texto no momento em que julguei oportuno; as outras podem ser consultadas nas plataformas Notes e Sigpex disponibilizadas pela UFSC. Dessa maneira, poupo os/as leitores/as de uma apresentação ainda mais extensa neste Memorial.

Recuperando fios: uma narrativa possível

É curioso o ponto de partida que se escolhe para começar a contar uma história. Nas entrevistas em que utilizei o recurso das narrativas, sempre fui surpreendida pelos inícios dos relatos, muitas vezes tecidos a partir de lugares aparentemente distantes daquilo que eu pensava ser o assunto em foco. Foi o que aconteceu comigo, quando me vi embalada pelas minhas lembranças dos *diecisiete* compartilhando das alegrias e esperanças de uma geração que se fazia adulta nos idos da década dos 1970 e das voltas de percurso da época.

É possível dizer, copiando Peter Berger, que talvez o acontecimento decisivo nessa história não seja esse, uma vez que o curso dos acontecimentos que constituem a vida de uma pessoa pode estar sujeito a interpretações alternativas. Afinal, como frisa o autor: “[...] em qualquer situação dada, diante de um número infinito de coisas que poderiam ser notadas, só notamos aquilo que tem relevância para nossos objetivos imediatos. [...] Assim, temos tantas vidas quanto pontos de vista” (Berger, 1986, p. 67-68). O sociólogo está correto em afirmar isso, contudo, embora esse seja um início escolhido entre outros, aprendi também que nunca é qualquer acontecimento que tem um peso significativo nos episódios subsequentes. A mudança ocorrida no Chile com o golpe de Estado em 1973 alterou a vida de todos/as os/as chilenos/as para sempre. Hoje, fazendo minhas as palavras de Patricio Guzmán, “cada vez que passo em cima da cordilheira eu sinto que estou chegando ao país da minha infância. A cidade que estou vendo não mais a reconheço, meu olhar se volta para as montanhas. Talvez elas sejam as portas de entrada que me ajudariam a compreender o Chile de hoje” (*La cordillera de los sueños*, 2019).

Nunca havia me proposto a identificar de maneira sistemática as experiências de formação que ocorreram quando eu era tão jovem e pensar que poderia encontrar nelas ressonâncias preparando a empreitada que, mais tarde, viria a fazer sentido para minha trajetória acadêmica como docente da UFSC. Embora essas influências tenham estado sempre presentes, e de vez em quando pude socorrer a elas, isso sempre se deu de forma espontânea quando a oportunidade o requereu, nunca as tinha organizado com o propósito explícito de tecer os fios de um caminho tão longo de dedicação às Ciências Sociais.

Procurei traçar essa estrada onde se entrelaçaram os meus interesses, as circunstâncias e as escolhas que dali surgiram. Escolhas que foram influenciadas seja pela formação e/ou por vivências profissionais do percurso, seja pelas circunstâncias que se apresentaram como oportunidades, propiciando as definições que dali resultaram. Esse itinerário procurei sempre explicitar no intuito de tecer esses fios. Algumas das escolhas feitas puderam materializar-se em obras mais duradouras, como por exemplo meus investimentos no ensino, por meio da dedicação à graduação e à pós-graduação com todas as interfaces que isso significou. As relações estabelecidas com os alunos e alunas, que a cada novo semestre iniciava, sempre conseguiram recriar meu entusiasmo pela docência e me ensinarem a ser a professora que me tornei.

Assim também aprendi com meus queridos orientandos e orientandas, que me ajudaram a dar sentido à Sociologia como um ofício com qualidades e que estimularam sempre minha imaginação. Fiel à compreensão da Sociologia como um artesanato intelectual, aquele que pode ser uma forma de arte, da lida com a revelação, busquei incentivar suas projeções e inspirações. Do artesanato como exercício da operação, do labor do dia a dia, que requer o trabalho de ajuste, da modelagem com cuidado, de meter a mão na massa, estimei as boas razões da metodologia e da técnica. Não obstante investir nessas boas razões, cuidei para que na ciência, tanto quanto no amor, essa grande concentração na técnica não conduzisse à impotência, aproveitando a verve irônica de Peter Berger (1968, p. 22) para ilustrar esse entendimento. Isto é, preservando as abordagens criativas das inteligências que experimentam.

Cabe aqui, finalizando este testemunho, reiterar minha percepção sobre a qualidade das vivências decorrentes das interlocuções mediadas pelas pesquisas propostas, propiciando em várias oportunidades produções compartilhadas, seja de publicações em coautoria, em apresentações conjuntas de trabalhos em congressos, também no desenvolvimento de atividades de extensão e de ensino. Conforme fui descrevendo através dos diferentes momentos do Memorial, os temas versaram sobre interesses que foram se perfilando no trajeto. Entre esses destaquei algumas atividades nas quais as metodologias qualitativas foram meu foco; assim como os estudos relacionados ao mundo do trabalho (trabalho decente, flexibilização, precarização, empregabilidade, empreendedorismo, terceirização, trajetórias laborais, identidades profissionais, gênero); ao mundo empresarial (responsabilidade social empresarial, formas de gestão e organização); ou a preocupações com sustentabilidade ambiental; e, ainda, a inquietudes voltadas para o campo do ensino.

Fui, assim, recuperando longos fios para urdir essa narrativa possível, criando uma teoria sobre os eventos passados. Criei uma teoria sobre a continuidade. Poderia ser outra, na qual lamentasse as descontinuidades, mas seria outro relato: “se eu tivesse ou não tivesse feito tal ou qual coisa, então...”. O propósito foi encontrar um senso de coerência, que nem sempre é tão nítido nem tão linear. Afinal, as trajetórias sempre são fruto das ações, de pensamentos e sentimentos, criadas em interação com os/as outros/as e com as circunstâncias que condicionam as opções.

Mas, voltando outra vez ao início desta história, quando com 17 anos registrei meu legado no livro da escola. Era praticamente uma obrigação deixar por escrito palavras de agradecimento aos anos que tínhamos cursado naquela instituição. Escrevi a seguinte frase, em ato de resistência a esse chamado da instituição: “*Me canto y me celebro a mí misma*”. Era um ato de rebeldia contra o sentimento de cerceamento à minha autonomia.

Hoje, em concordância com a reflexão de Sennett (1999), deixo uma mensagem diferente como registro neste Memorial. Como membro da comunidade da UFSC, a frase deve incorporar o pronome “nós”, em reconhecimento e gratidão.

Bibliografia citada

- ABRAMO, Laís. Desafios atuais da Sociologia do Trabalho na América Latina: algumas hipóteses para discussão. *In: De la Garza, Enrique (Org.). **Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el siglo XXI***. Buenos Aires: CLACSO, 1999.
- AEDO-RICHMOND, Ruth. **La educación privada en Chile: un estudio histórico-analítico desde el período colonial hasta 1990**. Santiago: Ril, 2000. 238 p.
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 172 p.
- ARANEDA, Danny Monsálvez; URRUTIA, Mario Valdés. El golpe de Estado de 1973 y la intervención militar en la Universidad de Concepción (Chile). **Polis**, Santiago, v. 15, n. 45, dic. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682016000300018>. Acesso em: 10 set. 2020.
- AZEVEDO, Tânia C.; CRUZ, Claudia F. Evidenciação das informações de natureza socioambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região Nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial **UEM-Paraná**, v. 27, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2008.
- BECKER, Howard Saul. **Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BERGER, Peter Ludwig. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BOFF, Clodovis. Comunidades Eclesiais de Base e práticas de libertação. **Teologia Orgânica 2**. Petrópolis: Vozes, s/d.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.
- BOSCHI, R.; VALLADARES, L. Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e papel do Estado. Friburgo: ANPOCS, 1981.
- BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BOTT, Elizabeth. Urban families: conjugal roles and social networks. *In: LEINHARDT, Samuel. **Social networks a developing paradigm***. New York: Academic Press Inc., 1977. p. 253-291.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Unesp, 2004. 86 p.
- BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infrataylorismo como contratempo. *In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual***. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BRUNER, Jerome. **Actual minds, possible world**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1987.
- CALDEIRA, Tereza P. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente.** São Paulo: Cultrix, 1982.
- CAPRA, Fritjof. **O tao da física: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental.** 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1983.
- CARDOSO, Adalberto M.. **O trabalho em trânsito: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CASTILLO, Juan José. Em busca do trabalho perdido (e de uma sociologia capaz de o encontrar...). *In:* KOVÁCS, Ilona; CASTILLO, Juan José. **Novos modelos de produção: trabalho e pessoas.** Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1998.
- CASTILLO, Juan José. Which way forward for the sociology of work? An introduction. **Current Sociology**, v. 47, n. 2, p. 1-4. April 1999a.
- CASTILLO, Juan José. Sociology of work at the crossroads. **Current Sociology**, v. 47, n. 2, p. 21-46, April 1999b.
- CASTORIADIS, Cornelius. Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade. *In:* VOLKER, P. et al. **Revolução e autonomia: um perfil político de Cornelius Castoriadis.** Belo Horizonte: Copec, 1981. p. 117-147.
- CASTRO, Nadya; CARDOSO, Adalberto; CARUSO, Luis Antônio. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil? **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, ano II, n. 1, p. 7-23, maio 1997.
- CORTÉS, Alexis. El movimiento de pobladores chilenos y la población La Victoria: ejemplaridad, movimientos sociales y el derecho a la ciudad. **EURE (Santiago)**, v. 40, n. 119, p. 239-260, ene. 2014. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612014000100011. Acesso em: 20 set. 2020.
- CRANE, A. et al. **The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility.** New York: Oxford University Press, 2008.
- CUPANI, Alberto. **A crítica do positivismo e o futuro da filosofia.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1985.
- CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSC. **Reforma Curricular, Projeto Político-Pedagógico**, 2006. Disponível em: <https://cienciassociais.paginas.ufsc.br/files/2013/05/PROJETO-POL%C3%8DTICO-PEDAG%C3%93GICO1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.
- DALMÁS, Carine. Brigadas muralistas e cartazes de propaganda da experiência chilena (1970-1973). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvonna. S. The discipline and practice of qualitative research. *In:* DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvonna. S. (Org.). **Collecting and interpreting qualitative materials.** 2. ed. Thousand Oaks, London, New Dehli: SAGE Publications, 2003. p. 1-45.

- DERAUTY, Jean-Philippe; MAC MILLAN, Craig. The ILO's decent work initiative: suggestions for an extension of the notion of "Decent Work". **Journal of Social Philosophy**, v. 43, n. 4, p. 386-405, Winter 2012.
- DIEESE. **Perfil do setor elétrico no Brasil e em São Paulo**. São Paulo: Dieese, 2001.
- DIEESE, Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro. *In: Estudos e Pesquisas*, n. 50, mar. 2010. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2010/estPesq50TerceirizacaoEletrico.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.
- DOIMO, Ana Maria. Os rumos dos movimentos urbanos nos caminhos da religiosidade. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 7., 1983, Águas de São Pedro-MG. GT: Lutas Urbanas, Estado e Cidadania. **Anais [...]**. São Paulo: ANPOCS, 1983.
- DOIMO, Ana Maria. Movimento social urbano, Igreja e participação popular: Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha, Espírito Santo. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.
- DRUCK, Graça; BORGES, Ângela. Terceirização: balanço de uma década. **Caderno CRH**, v. 15, n. 37, p. 111-139, jul./dez. 2002.
- DUBAR, Claude. La Sociologie du Travail face à la qualification et la compétence. **Sociologie du Travail**, CNRS/DUNOD, n. 2, p. 179-193, 1996.
- DURHAM, Eunice. A dinâmica cultural na sociedade moderna. **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro, v. 4. p. 32-35, 1977.
- DURHAM, Eunice. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- DURHAM, Eunice. A sociedade vista da periferia. **RBCS**, v. 1, n. 1, p. 84-99, 1986.
- EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A.R. (Org.). **Global woman: nannies, maids and sex workers in the new economy**. Nova York: Metropolitan Books, 2003.
- ELDER JR, Glen H. Perspectives on the life course. *In: ELDER JR, Glen. Life course dynamics. Trajectories and transitions, 1968-1980*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1985, p. 23-49.
- FALQUET, Jules. La règle du jeu: repenser la co-formation des rapport sociaux de sexe, de classe e de "race" dans la mondialisation néolibérale. *In: DORLIN, E. (Org.). Sexe, race, classe: pour une épistémologie de la domination*. Paris: PUF, 2009. (Coleção Actuel Marx Confrontation).
- FALQUET, Jules. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação? *In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 37-46.
- FERREIRA, Laura S., ETCHEVERRY, Maria Soledad. As transformações do trabalho e a ascensão do ideal do empreendedorismo: uma comparação dos casos dos mecânicos automotivos e dos trabalhadores em Tecnologia da Informação. *In: EICS – ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, 4., 2014, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas-RS: UFPel, 2014.
- FEYERABEND, Paul Karl. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FOSSARI, et al. Pesquisa arqueológica no Sítio Histórico Fortaleza São José da Ponta Grossa. *In: Anais do Museu de Antropologia 1987/1988*, Florianópolis, anos XIX e XX, p. 6-74, mar. 1992.

FRASER, Nancy. **Justice interruptus**: critical reflections on the “postsocialist” condition. New York: Routledge, 1997.

FREEMAN, E. **Strategic management**: a stakeholder approach. Boston: Pitman Pub., 1984.

FRIEDMAN, Milton. The social responsibility of business increase its profits. **New York Magazine**, n. 33, p. 122-126, 1970.

GAZIER, Bernard. Introduction: Employabilité – Les lignes directrices européens. *In: Politiques Nationales du Marché du Travail, InformMISEP – Politiques, Employabilité: concepts et politiques*. Observatoire Européen de L'Emploi. Disponível em: <http://www.eu-employment-observatory.net/ersep/bir.fr.asp>. Acesso em: 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

GOLDEMBERG, José; LUCON, Oswaldo. Energia e meio ambiente no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 7-20, 2007.

GOMES, Maria Soledad Etcheverry de Arruda. Igreja comprometida com um projeto libertário: as inovações. **Boletim das Ciências Sociais**, Florianópolis, n. 32, p. 1-14, jan./fev./mar. 1984.

GOMES, Maria Soledad Etcheverry de Arruda. **Coletivismo no bairro**: uma análise sobre o fenômeno da participação. 1987. 258 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

GOMES, Maria Soledad Etcheverry de Arruda. **Empregabilidade nos tempos da reestruturação e flexibilização**: trajetórias de trabalho e narrativas de ex-empregados do setor elétrico brasileiro. 2002. 294 f. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GOODFELLOW, A.; MULLA, S. Compelling intimacies: domesticity, sexuality, and agency. **Home Cultures**, v. 5, n. 3, p. 257-269, 2008.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GUÍA DE ESTUDIOS. Departamento de Ciencias Antropológicas y Arqueología, Universidad de Chile, Sede Oriente, Santiago, Año Académico 1973.

GUIMARÃES, Gonzalo. Subvertendo e construindo o imprevisível. *In: GUIMARÃES, Gonzalo (Org.). Sindicalismo & cooperativismo*: a economia solidária em debate. Transformações no mundo do trabalho. Rio de Janeiro: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – COPPE/UFRJ; São Paulo: Unitrabalho, 2000. p. 7-18.

GUZMÁN, V., MAURO, A., ARAUJO, K. **Trayectorias laborales de mujeres**. Santiago, Chile: Centro de Estudios de la Mujer, s/d. 226 p.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.
- HOCHSCHILD, A. Le nouvel or du monde. **Nouvelles Questions Féministes**, v. 23, n. 3, p. 59-74, 2004.
- HUWS, Úrsula. A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. *In*: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- IBASE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Balanco Social, dez ano: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro: Ibase, 2008.
- ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Report of the Director-General: Decent Work**. Geneva: International Labour Office, jun. 1999. Disponível em: www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm. Acesso em: 20 set. 2020.
- JACQUES, Caroline da Graça; ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. Decent work and corporate social responsibility: contemporary debates about human rights and paternalism in organizations in Brazil and Portugal. *In*: XVIII ISA WORLD CONGRESS OF SOCIOLOGY – Facing an Unequal World: Challenges for Global Sociology. RC 30 – Sociology of Work Contemporary Dynamics of Paternalism. Yokohama, 13 a 19 de julho, 2014.
- JACQUES, Caroline da Graça, SANTOS; Maria João N.; ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. Responsabilidade social das empresas e trabalho digno nas cadeias globais de valor. O caso do Acordo Marco Internacional da INDITEX. *In*: SANTOS, Maria João N. dos; SEABRA, Fernando Miguel (Coord.). **Gestão socialmente responsável: repensar a empresa – teorias, contextos e práticas**. Lisboa: Sílabo, 2015. p. 196-215.
- JACQUES, Caroline da Graça, SANTOS; Maria João N.; ORCHARD, Maria Soledad Etcheverry. Responsabilidade social das empresas, trabalho decente e acordos marco internacionais: um estudo de caso do setor têxtil. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 33, p. 160-192, ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n33p160>. Acesso em: 20 set. 2020.
- KERGOAT, Danièle. O cuidado e as imbricações das relações sociais. *In*: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.
- KUHN, Thomas. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LA CORDILLERA DE LOS SUEÑOS. Direção: Patricio Guzmán. Produção: Renate Sachse. Chile/França. 1h25min. Documentário. 2019. Prêmio L’Oeil d’Or – Melhor Documentário, no Festival de Cannes 2019.
- LAUTIER, Bruno. Por uma Sociologia da heterogeneidade do trabalho. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 7-32, 1999.

- LEEDS, A.; LEEDS, E. **A sociologia do Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LEWIS, Oscar. A cultura da pobreza. *In: SCIENTIFIC AMERICAN* (Coord.). **A ciência social num mundo em crise**. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- LIVRO VERDE – Promover um quadro europeu para a Responsabilidade Social das Empresas. COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, Bruxelas, 2001.
- MACHADO, Luiz Antônio; ZICCARDI, Alícia. Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos. *In: MACHADO, Luiz Antônio. Ciências Sociais Hoje 2: Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS-CNPq, 1983. p. 9-24.
- MANESCHY, Cristina. O emprego doméstico e as relações de gênero no mundo do trabalho. **Multiplicidade. Gênero na Amazônia**, Belém, n. 3, p. 217-218, jan./jun. 2013.
- MARCONDES, Maria da Glória. **A força da periferia: a luta das mulheres por creche em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MATTINGLY, Cheryl. The self in narrative suspense: therapeutic plots and life stories. *In: MATTINGLY, Cheryl. Healing dramas and clinical plots: the narrative structure of experience*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 105-128.
- MILLS, Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OIT. Relatório V – Bureau Internacional do Trabalho. “Desenvolvimento sustentável, trabalho digno e empregos verdes”. *In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO*, 102a. sessão, Genebra, 2013.
- OLIVEN, Ruben George. Por uma antropologia em cidades brasileiras. *In: VELHO, Gilberto (Org.). O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980. p. 23-36.
- OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PIORE, Michael; SABEL, Charles. **The second industrial divide**. New York: Basic Books, 1984.
- PISCITELLI, Adriana. Carinho, limpeza e cuidado: experiências de migrantes brasileiras. *In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 47-56.
- PROGRAMA POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Universidade Federal de Santa Catarina – PPP/UFSC, Florianópolis, 2006.

RAMALHO, José Ricardo. **Trabalho e sindicato em tempo de reestruturação produtiva**. Conferência para exame de professor titular de Sociologia do Trabalho do Departamento de Sociologia da UFRJ, 8/1/1999.

REDFIELD, Robert. [1956]. The little community as a whole. *In*: REDFIELD, Robert. **The little community and peasant society and culture**. 3. ed. Chicago: Phoenix Books, The University of Chicago Press, ,1963. p. 1-7.

ROJAS, Alejandro. La utopía iba a ser nuestra. *In*: ANALES DE LA UNIVERSIDAD DE CHILE. Serie VI, n. 17, diciembre 2005. Disponível em: http://web.uchile.cl/vignette/anales/CDA/an_completa/0,1281,SCID%253D19178%2526ISID%253D665%2526ACT%253D1%2526PRT%253D19043,00.html. Acesso em: 20 set. 2020.

ROSENFELD, Cinara L. Trabalho decente e trabalho digno; cidadania e direitos humanos. Versão preliminar. *In*: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., 2011, Curitiba. GT 15: Novas configurações do trabalho nos espaços urbano e rural. **Anais [...]**. Curitiba, 2011.

RUGGIE, J. G. **Just Business: multinational corporation and human rights**. New York: W. W. Norton & Company, 2013.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. *In*: CARDOSO, Ruth (Org.) **Aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 39-68.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica. **Cadernos de Ciências Sociais**, Florianópolis, v. 4, n. 1, 1983.

SEHNBRUCH, Kirsten; BURCHELL, Brendan; AGLONI, Nurjk; PIASNA, Agnieszka. Human development and decent work: why some concepts succeed and others fail to make an impact. **Development and Change**, v. 46, n. (2), 2015.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SEPÚLVEDA, Daniela. De tomas de terreno a campamentos: movimiento social y político de los pobladores sin casa, durante las décadas del 60 y 70, en la periferia urbana de Santiago de Chile. **Revista INVI**, v. 13, n. 35, 1998.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da (Org.). Desenvolvimento de Comunidade. 2. ed. **Cadernos da CBCISS**, Rio de Janeiro, 1979. SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **RBCS**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, jun. 2000.

TAGLE, Javiera Errázuriz. Intervención y depuración en la Universidad de Chile, 1973-1976. Un cambio radical en el concepto de universidad. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**. [En ligne], Questions du temps présent, mis en ligne le 06 juin 2017, consulté le 30 septembre 2020. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/70688>; DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.70688>.

TENDÊNCIAS REGULATÓRIAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO. P&D – ANEEL; CPFL Energia; GESEL UFRJ; Roland Berger Strategy Consultants, dez. 2014. Disponível em: <http://www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/estudos/reltec9.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982. TOURAINE, Alain. Movimentos Sociais. *In*: MARTINS, J. S.; FORACCHI, M. M. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p. 335-365.

TOURAINE, Alain. **O retorno do actor**: ensaio sobre Sociologia. Lisboa: Instituto Piaget, 1984. (Coleção Economia e Política).

UNEP/ILO/IOE/ITUC. **Green Jobs**: towards decent work in a sustainable, low-carbon world, September 2008. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_158727.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

VAUGHAN, Diane. **Uncoupling**: turning points in intimate relationship. Paper, Vintage Books, 1987.

VELHO, Gilberto; MACHADO, Luiz Antônio. Organização social do meio urbano. *In*: **Anuário Antropológico**, v. 1, n. 1, p. 71-82, 1977.

WALSH, Edward; WARLAND, Rex. Social movement involvement in the wake of a nuclear accident: activists and free riders in the TMI area. **American Sociological Review**, v. 48, p. 764-780, 1983.

WARD, Michael. **Quantifying the world**: UN ideas and statistics. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

WEISHAUP, Marcelo; LYRIO, Paula Marun. A privatização do setor elétrico e seus impactos sobre o trabalho. **Revista Gestão Industrial**, v. 1, n. 1, p. 138-166, 2005.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.